

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO/UnC- CAMPUS DE CANOINHAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ROSIMARI DE FÁTIMA CUBAS BLAKA

**AVANÇOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DO
ENSINO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CANOINHAS-SC**

**CANOINHAS
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ROSIMARI DE FÁTIMA CUBAS BLAKA

**AVANÇOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DO
ENSINO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CANOINHAS-SC**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional na Universidade do Contestado – UnC, Campus de Canoinhas, sob Orientação do Prof. Dr. Armino José Longhi e Coorientação da Prof. Dra. Maria Luiza Milani.

**CANOINHAS
2010**

AVANÇOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DO ENSINO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CANOINHAS-SC

ROSIMARI DE FÁTIMA CUBAS BLAKA

Esta Dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca examinadora como requisito parcial para obtenção do título de: **Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Aprovada em sua versão final em 15/04/2010, atendendo as normas da legislação vigente da Universidade do Contestado – UnC e Coordenação do Programa de Mestrado da UnC-Canoinhas em Desenvolvimento Regional.

Prof^a. Dra. Maria Luiza Milani

Coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. Armino José Longhi
Orientador (UnC-Canoinhas)

Prof^o. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner
Membro (UnC-Canoinhas)

Prof^a. Dra. Maria Bertília Oss Giacomelli
Membro (IF-SC, Canoinhas)

Dedico este estudo ao meu esposo e companheiro Inereu, minhas queridas filhas Kamila e Karla e, minha estimada mãe Elvira, que me incentivaram a concretizar mais uma etapa e conquista pessoal e profissional. Dedico também, a todas as pessoas que residem no meio rural de Canoinhas, pela persistência, trabalho e amor pela terra.

AGRADECIMENTOS

Deus por mais uma vez ter oportunizado desafios que trazem o pensar e principalmente a ação de organizar discussões importantes, as quais carregam o objetivo de adaptar os rumos educacionais dos alunos que vivem no meio rural.

Ao meu orientador Prof. Dr. Armindo José Longhi, e coorientadora Prof. Dra. Maria Luiza Milani, pela disponibilidade, atenção e pelas inúmeras contribuições enriquecedoras à elaboração dessa dissertação.

A Prof. Dra. Maria Bertília Oss Giacomelli pela disponibilidade em fazer parte da banca examinadora desta dissertação e principalmente, pelo interesse da qualidade e acesso ao ensino do município de Canoinhas e região.

Ao Prefeito de Canoinhas Sr. Leoberto Weinert pelo olhar diferenciado para as questões educacionais, em especial da área rural do município.

A Secretária Municipal de Educação Sra. Maria de Lourdes Brehmer pelo apoio e dedicação as questões educacionais, em especial pela autorização do estudo nas escolas municipais do meio rural de Canoinhas.

A todas as pessoas que acreditam no desenvolvimento da qualidade de ensino da educação do campo, em especial a equipe de trabalho da SME, que não medem esforços para auxiliar em todas as tarefas necessárias para efetivação e desenvolvimento das ações planejadas.

Aos representantes das organizações parceiras que entendem e apóiam as ações educacionais do meio rural, se integrando a elas.

Aos professores, diretores e pessoal de apoio pedagógico e administrativo das escolas do meio rural pelo fundamental apoio em todas as atividades desenvolvidas nas escolas do campo e durante o processo da pesquisa.

RESUMO

A partir de 1990, destaca-se um conjunto de iniciativas relativas à educação do campo em nível nacional, por parte da sociedade civil organizada e, posteriormente com o apoio do governo federal. Diante dessas conquistas, objetiva-se com esta pesquisa, estudar os avanços e os desafios existentes no desenvolvimento da qualidade do ensino da Educação do Campo do município de Canoinhas-SC, no período de 2005 a 2009. O período pesquisado é devido à realização de ações planejadas, direcionadas e avaliadas nas treze unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Trata-se de um estudo bibliográfico, documental e de campo. O estudo bibliográfico e documental enfatiza a organização do sistema educacional brasileiro e as suas orientações para o desenvolvimento da educação do campo. Nessa mesma perspectiva, busca-se destacar as ações que subsidiaram a proposição e o desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas-SC, a partir de 2005. Com esse enfoque, apresenta-se a organização administrativa e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, descrevendo algumas iniciativas e inovações desenvolvidas para a realização das ações do Projeto, ressaltando a política pública de educação do campo, em nível local. Por meio das entrevistas realizadas com a comunidade escolar das escolas do campo, apresentam-se a percepção e a importância do desenvolvimento de atividades pedagógicas contextualizadas com o meio rural, entrevistando: 126 professores; 285 pais; e 369 alunos em nível de educação infantil e ensino fundamental. A pesquisa também tem como foco de interesse, buscar o entendimento e as formas de desenvolvimento das atividades pedagógicas que proporcionam a qualidade do ensino e aprendizagem do meio rural. Para saber o nível de percepção e importância que a educação do campo representa para o desenvolvimento local, questionou-se 45 gestores municipais e líderes das comunidades, urbana e rural do município, enfatizando o entendimento dos mesmos sobre o assunto. Entre diversos dados obtidos pela pesquisa, destaca-se o movimento e rendimento escolar dos alunos matriculados no período pesquisado, o perfil profissional dos professores e a formação educacional dos pais dos alunos. Como meta de trabalho e para que todas as ações em desenvolvimento tenham sustentabilidade, a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, planeja formas legais para continuidade e implementação dos planos educacionais do meio rural do município.

PALAVRA-CHAVE: Educação do campo, desenvolvimento educacional, políticas públicas.

ABSTRACT

Since 1990s, a set of initiatives concerning education in rural areas are in evidence at national level. These initiatives began by our organized civil society that afterwards became supported by our federal government, which was a great victory. The main objective of this work is to study advances and challenges concerning the quality of educational development in rural areas located in Canoinhas, state of Santa Catarina, Brazil. All the information used in this work was from the years of 2005 to 2009, due to planned actions that occurred during this time. These actions were all evaluated within thirteen schools that belong to our Municipal Educational System. Therefore, this work is a fieldwork, documentary and bibliographical study. The documentary and bibliographical study were emphasized in our Brazilian Educational Organizational System, and its guidelines to develop education in rural areas. By the same token, all the actions that subsidized proposals and the development of rural interdisciplinary educational projects in Canoinhas, since the year of 2005, are as well in evidence. For this reason, the Pedagogical Administrative Organization of the Municipal Educational Office from Canoinhas, describes some initiatives and developed innovations to accomplish many actions from this project, putting in evidence the rural education public politics, at local level. Through interviews made at school's communities from rural areas, was possible to perceive the importance of contextualized pedagogical activities developments in these areas, being interviewed 126 teachers, 285 parents and 369 students at preschool and elementary school level. This work has also an interest to focus, and seek out understanding and ways to develop pedagogical activities that will provide learning quality and education in rural areas. In order to know the level of awareness and importance that rural education represents to the local development, 45 municipal headmasters were questioned, as well community leaders, from rural and urban areas, emphasizing the understanding about this subject. Among all collected data for this work, the students turnover and educational gain from students enrolled during the time that this research was made, the teacher's professional profile and the parents student's educational graduation were also brought into perspective. As a work goal and in order to have sustainable development actions, the Municipal Educational Office from Canoinhas, develops legal ways to continue to implement educational plans within the municipal rural area.

KEY-WORDS: Rural education, educational development, public politics.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURA

Gráfico 1 - População Urbana e Rural de Canoinhas-SC	48
Gráfico 2 - População da Área Rural de Canoinhas-SC.....	48
Gráfico 3 - População Geral de Canoinhas - urbana/rural entre os anos de 1970 a 2000	49
Gráfico 4 - Composição Econômica do Município de Canoinhas-SC.....	50
Figura 1 - Mapa da Região de Canoinhas – Localizando as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino – Área Rural/2009.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - IDEB 2005/2007 e projeções para o Brasil, Redes de Ensino da Educação Básica.....	60
Quadro 2 - Desempenho escolar das escolas integradas ao projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas, 2005 a 2009.....	61
Quadro 3 – Matrículas de Ensino Médio das Extensões Escolares da Rede Estadual de Ensino com atuação nas Escolas Rurais de Canoinhas.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Escolas da Rede Municipal de Ensino Canoinhas – Área rural 2005 a 2009.....	52
Tabela 2 - Investimento na Educação Municipal período entre 2005 a 2009.....	54
Tabela 3 - Infraestrutura das Escolas do Campo – 2009	54
Tabela 4 - Investimentos nas escolas do campo de Canoinhas	55
Tabela 5 - Profissionais de Educação - Escolas Municipais de Canoinhas em 2009.....	55
Tabela 6 - Situação Funcional dos Professores do Campo – 2009.....	56
Tabela 7 - Local de moradia dos professores	56
Tabela 8 - Perfil dos Professores por Sexo.....	57
Tabela 9 - Formação acadêmica dos professores.....	57
Tabela 10 - Tempo de trabalho na escola do campo.....	57
Tabela 11 - Movimentações dos Professores do Campo – 2007 a 2009.....	58
Tabela 12 - Número Total de matrículas por nível de ensino da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas – 2009.....	58
Tabela 13 - Matrículas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas/2009 - Área Urbana e Rural	59
Tabela 14 - Unidades Escolares e respectivas localizações rurais	68
Tabela 15 - Formação Continuada para educadores do campo de Canoinhas 2005 a 2009.....	73

LISTA DE SIGLAS

- ACT** - Admitido em Caráter Temporário
- Afubra** - Associação dos Fumicultores Brasileiros
- Anresc** - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
- ANEB** - Avaliação Nacional da Educação Básica
- APP** - Associação de Pais e Professores
- CEB** - Coordenação de Educação Básica
- CEI** - Centro de Educação Infantil
- CEJA** - Centro de Educação de Jovens e Adultos
- CFB** - Constituição Federal Brasileira
- CIDASC** - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- CMDA** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário
- CNBB** - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- EC** - Emenda Constitucional
- EBM** - Escola Básica Municipal
- EIM** - Escola Isolada Municipal
- ERM** - Escola Rural Municipal
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EPAGRI** - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A
- FETAESC** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa
- FOCEC** - Fórum Catarinense de Educação do Campo
- FNDE** - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério
- GEM** - Grupo Escolar Municipal
- GPT** - Grupo Permanente de Trabalho
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano

IDI - Índice de Desenvolvimento da Infância

IDEB - Índices de Desenvolvimento da Educação Básica

INCRA - Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

LAC - Levantamento Agropecuário Catarinense

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

PACA - Projeto Aprendendo com a Árvore

PAR - Plano de Ações Articuladas

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

Procampo - Programa de Licenciatura em Educação do Campo

PROEJA-FIC - Programa de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada

PRONERA - Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária

ProInfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional

RME - Rede Municipal de Ensino

SECAD - Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade

SME - Secretaria Municipal de Educação

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

UnB - Universidade de Brasília

UnC - Universidade do Contestado

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNDIME - União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA	19
2.2 PROGRAMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: EDUCAÇÃO DO CAMPO..	26
2.3 EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE.....	31
2.4 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO.....	34
3 CONTEXTO DA PESQUISA	46
3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DE CANOINHAS	46
3.2 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO E SOCIAL DE CANOINHAS	47
3.3 PERFIL EDUCACIONAL DE CANOINHAS	52
3.3.1 Escolas Municipais	52
3.3.2 Corpo docente.....	55
3.3.3 Corpo discente.....	58
3.4 A POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM CANOINHAS	62
3.4.1 Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas.....	67
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	83
4.1 ESTUDO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	83
4.2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO.....	93
4.3 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE O PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CANOINHAS-SC.....	97
4.3.1 Professores.....	97
4.3.2 Pais dos alunos.....	103
4.3.3 Alunos.....	106
4.3.4 Gestores e líderes municipais.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	120

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Texto: Ações do Projeto Microbacias nos municípios Catarinenses

APÊNDICE 2 - Termo de consentimento livre e esclarecido: pais, professores e gestores

APÊNDICE 3 - Termo de consentimento livre esclarecido para menores

APÊNDICE 4 - Questionário para os educadores atuantes nas escolas do campo

APÊNDICE 5 - Questionário para pais dos alunos das escolas do campo

APÊNDICE 6 - Questionário para alunos das escolas do campo

APÊNDICE 7 - Questionário para gestores e líderes municipais

ANEXOS

ANEXO 1 - Decreto nº 245/2009 – Alteração da Nomenclatura das Escolas Isoladas municipais

ANEXO 2 - Parecer nº 010 – Conselho Municipal de Educação (CME) 2005

ANEXO 3 - Resolução nº 01 – CMDA/2006

ANEXO 4 - Logotipo da Educação do Campo de Canoinhas

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado no estudo da dissertação, avanços e desafios no desenvolvimento da qualidade do ensino na Educação do Campo de Canoinhas-SC, integra-se na linha de pesquisa de políticas públicas e desenvolvimento regional.

A temática deste trabalho é discutir o desenvolvimento da qualidade do ensino na educação do campo, abrangendo treze unidades escolares localizadas no meio rural do município de Canoinhas-SC, gerenciadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Como problemática deste estudo, busca-se as possíveis estratégias pedagógicas e administrativas, utilizadas pelo sistema municipal de ensino de Canoinhas para implantar a escola do campo de qualidade e a sua integração ao desenvolvimento social, político e educacional da área rural do município.

De acordo com Arroyo; Caldart; Molina (2004), a escola pode ser um lugar privilegiado de formação de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, a Educação do Campo não se restringe somente à escolarização. Mas, pode-se entender que é no espaço escolar, geralmente enfrentando desafios para realizar educação, que devem ocorrer os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais, formadores do ser humano e da própria sociedade. Esse desenvolvimento educacional acontece pela integração dos conhecimentos abordados formalmente na escola.

O estudo de pesquisa desenvolve-se pelas questões norteadoras embasadas pelo tema e suas implicações da seguinte forma: a formação educacional formal, contextualizada para a população do campo ampliará o capital humano local e conseqüentemente, estimulará as pessoas a permanecerem em suas propriedades, contribuindo com o desenvolvimento local? A rotatividade de educadores Admitidos em Caráter Temporário (ACT) dificulta o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da Educação do Campo? Qual a contribuição do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo para a melhoria da qualidade de ensino do meio rural de Canoinhas? As políticas públicas estão oportunizando aos jovens e adultos do meio rural a ampliação da escolaridade, que favorecerá na obtenção de atividades sustentáveis?

Para responder essas questões, entre outras problemáticas da educação do campo, a pesquisa organiza-se pelo objetivo geral da seguinte forma: estudar os avanços e os desafios existentes no desenvolvimento da qualidade do ensino da Educação do Campo de Canoinhas-SC, no período de 2005 a 2009, período este, em que as Escolas Municipais do Campo realizam atividades pedagógicas planejadas pelo Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo.

Com o mesmo enfoque, direciona-se a pesquisa por quatro objetivos específicos: a) Estudar o sistema educacional brasileiro e as suas orientações que subsidiaram a proposição e o desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas-SC; b) Apresenta a realidade socioeducacional de Canoinhas e a implementação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas-SC; c) Descrever o processo de desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo nas escolas do meio rural; d) Pesquisar a percepção e a importância do desenvolvimento da educação do campo para os professores, alunos, pais, gestores e líderes municipais.

Diante das características socioeconômicas e educacionais predominantes do município de Canoinhas, e por não haver pesquisa nessa área específica de educação do campo a nível local, justifica-se a importância de pesquisar e destacar os avanços obtidos na educação do meio rural no período em destaque.

A partir dos resultados pesquisados, pretende-se mostrar que o campo não é mais um lugar de 'atraso', como percebido durante tantos anos, de acordo com Souza (2006), pode ser considerado, como lugar de possibilidades, desde que, seja dado o seu devido valor por meio de ações inovadoras e condizentes com a realidade local.

A relevância teórica deste estudo é preencher lacuna no que diz respeito à importância da educação formal organizada, contextualizada e integrada ao meio rural, servindo como apoio para o desenvolvimento educacional local ou regional. Demonstra-se que a formação escolar adequada às condições das crianças e jovens e adultos do campo é um fator importante para a formação da autoestima e satisfação de sua condição cultural, social e econômica.

E como relevância prática, a pesquisa está voltada ao desenvolvimento educacional rural do município de Canoinhas, produzido pelas escolas da rede municipal de ensino.

O estudo está dividido em três capítulos: no primeiro, aborda-se a educação como política pública, relatando a história da educação do campo, seu desenvolvimento e a trajetória dos movimentos organizados, demonstrando as conquistas da efetivação da política pública para organização da escola do campo.

Na sequência, apresenta-se a criação dos programas para implementar a educação do meio rural com qualidade, respeitando as suas especificidades locais.

Destaca-se também, as quatro tendências ou modalidades pedagógicas, as quais devem ser observadas para a organização do trabalho pedagógico da escola do campo, de forma contextualizada, de acordo com a visão de Abrão (2009).

Pela contextualização local, apresenta-se o Programa Nacional Escola Ativa, que tem como objetivo desenvolver metodologia e estratégias de ensino específicas às escolas multisseriadas, integrantes da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas.

Como forma de integrar as disciplinas curriculares e atividades escolares, apresenta-se a importância da interdisciplinaridade na educação, relatando os objetivos e os pontos positivos no desenvolvimento do ensino e aprendizagem, desempenhando a integração do trabalho e a eficácia das ações.

Para a realização desta dissertação utiliza-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica, realizada pela leitura e estudo de obras e artigos escritos por autores ligados a história da educação do campo brasileiro, abordando tendências e influências sociais, econômicas e políticas do meio urbano sobre o meio rural.

Para desenvolver atividades educacionais eficientes e sustentáveis, aborda-se a importância da formação do capital humano como ponto fundamental para o desenvolvimento local. Diante disso, se faz referência às necessidades de conhecimento e estudo das raízes culturais próprias, jeito de viver e de trabalhar das pessoas do meio rural. São formas diferentes do mundo urbano, de acordo com a abordagem de Kolling; Cerioli; Caldart (2002), citado por Alves (2009).

No segundo capítulo, apresentam-se os elementos históricos de Canoinhas, observando o contexto socioeducacional da Rede Municipal de Ensino, demonstrando os avanços e desafios a serem superados para desenvolver e organizar a educação do campo de acordo com a realidade local. Descreve-se também, o desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de

Canoinhas, desde a sua criação em 2005, relatando os objetivos e desenvolvimento das ações com o apoio das parcerias integradas no Projeto.

O terceiro capítulo consiste na apresentação e análise dos dados pesquisados, a partir dos questionários, destacando a percepção e importância do desenvolvimento da educação do campo para: professores, alunos, pais, gestores e líderes municipais, envolvidos com a educação do meio rural de Canoinhas.

Com o apoio e disponibilidade da Prefeitura do Município de Canoinhas, principalmente, Secretaria de Educação e escolas municipais do meio rural, obteve-se dados importantes para dar sustentação e credibilidade a este trabalho. A integração de outros dados e indicadores educacionais foram possíveis, pela pesquisa em sites educacionais, entre outros dados gerais da população brasileira.

A aplicação dos questionários realizada entre os meses de agosto a dezembro de 2009, contou com a participação de professores, alunos e pais das escolas do campo de Canoinhas, como também, a participação de gestores e líderes municipais envolvidos de forma indireta ou diretamente no Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas. Desta pesquisa participaram: 126 (89,3%) professores, atuantes em sala de aula; 369 (17,6%) dos alunos matriculados em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental; 285 (28,5%) dos pais de alunos e, 45 (64,25%) gestores e líderes municipais, parceiros do projeto interdisciplinar de educação do campo, Secretários Municipais, Diretores das Escolas Municipais, membros dos Sindicatos Rurais, técnicos das empresas parceiras, professores universitários, conselheiros municipais (Desenvolvimento Agropecuário, Educação, FUNDEB) e funcionários públicos da área da educação, agricultura e planejamento. Para o desenvolvimento da pesquisa de campo seguiu-se os requisitos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UnC), Resolução (CNS196/1996).

Por fim, apresentam-se as considerações finais, referências, apêndices e anexos utilizados nesta dissertação. Todas as orientações organizacionais deste trabalho tiveram embasamento nas normas de Estrutura de Trabalhos Acadêmicos da Universidade do Contestado (NBR 14724).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

A história da educação e do desenvolvimento educacional mostra que a política educacional brasileira propiciou educação significativa em determinadas localizações territoriais, oportunizando melhoria na oferta de educação, principalmente nas áreas urbanas.

Segundo Leite *apud* Antonio; Lucini (2007, p. 178),

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por resguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: 'gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade'.

A população do meio rural, sempre em segundo plano, viveu por décadas defasagens educacional em todos os níveis e modalidades de ensino. A partir da década de 1990, a escola do campo vem ganhando espaço no contexto social, pela participação e insistência da sociedade organizada.

De acordo com Vendramini (2007, p. 123),

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos.

Essas mobilizações e debates foram respeitados devido à continuidade do êxodo rural que se intensificou nas décadas de 1960 a 1970, reduzindo-se cada vez mais a população do meio rural do país, ficando em apenas 19% (IBGE, 2006). Essa situação vem se intensificando nos últimos anos pela a inviabilização da agricultura e o fortalecimento do agronegócio e produção para exportação. Exemplo desta situação é o plantio e exploração do *pinus* e eucalipto, realizado em larga escala pelas empresas multinacionais que produzem celulose.

Com isso, o processo educacional do campo vem conquistando espaços nas últimas décadas, sendo incluído nos debates e nas políticas públicas do Brasil.

Essas novas formas de desenvolvimento econômico transformam as características do campo, alterando principalmente, a subsistência das pessoas residentes no meio rural.

Mas, segundo dados do (IBGE, 2008), dos 192 milhões de habitantes no Brasil, 83,75% residem no meio urbano e somente 16,25% vivem no meio rural. Nesse sentido, os dados do IBGE de 2006 e 2008, comprovam a continuidade da redução da população rural em todo o País.

Com essa redução evidente da população do meio rural no país, há necessidade de ações educacionais que fortaleçam o ensino e aprendizagem das pessoas que ainda permanecem no campo, mudando o paradigma da educação com menos importância, como anteriormente tratada, segundo Fernandes; Molina (2004, p. 60), “[...] a história da educação brasileira e o conceito de educação rural sempre esteve associado à educação precária, atrasada, arcaica, com pouca qualidade e com poucos recursos para seu funcionamento”. Salientando essa definição, esses autores fazem o seguinte registro:

A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial, do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no I Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepará-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura [...]. Enquanto a educação do campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças desses paradigmas são os espaços onde são construídos seus protagonistas (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 62).

Durante séculos, o Brasil como um todo foi considerado um país essencialmente agrícola. O urbanismo é condição moderna da nossa evolução social. Toda a história brasileira é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. Com a evolução econômica do país, a população camponesa adquiriu forças para quebrar o paradigma da educação rural, dita atrasada e sem qualidade, buscando o direito e melhores condições administrativas e pedagógicas a educação do meio rural.

De acordo com Vendramini (2007, p. 123),

Uma importante e significativa mudança de teoria e de prática no que se refere à educação rural foi o movimento nacional desencadeado para a construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Nessa orientação, foram realizadas diversas conferências estaduais e nacionais, sendo a I Conferência Nacional ‘Por uma Educação Básica do Campo’, realizada em 1998 e organizada pelo MST, CNBB, UNICEF e UNESCO. Essa primeira Conferência inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização

popular: Educação do Campo e não mais educação rural, ou educação para o meio rural, ao reafirmar a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo para os sujeitos que vivem e trabalham no campo.

O objetivo da I Conferência realizada em Luziânia, Estado de Goiás, foi mobilizar os povos do campo para a construção de políticas públicas de educação e contribuir com a reflexão político-pedagógica, partindo das práticas existentes. Seguindo os pontos centrais: por uma pedagogia e organização escolar ligada a identidades culturais e aos tempos e espaços dos modos de vida do campo; vinculação com a discussão política, sobre o lugar do campo na construção de um projeto de nação; ligação das políticas públicas de educação com outras questões do desenvolvimento social do campo tais como: estradas, serviços de comunicação, cultura, assistência técnica, saúde, transporte e lazer.

Segundo Arroyo; Caldart; Molina (2004, p. 16) “Este evento foi uma espécie de ‘batismo coletivo’ da luta dos movimentos sociais e dos educadores do campo pelo direito a educação”.

As justificativas para valorização da educação do campo como direito da sociedade, são pautadas na história do povo brasileiro. É no campo que se forma a raça brasileira e se elaboram as forças íntimas da civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo e também do campo, vem às bases em que se assenta a estabilidade administrável de nossa sociedade no período imperial.

O objetivo de resgatar esses valores, que por décadas ficaram ocultos por conta de um período de desenvolvimento econômico e industrial acelerado, enfatizado pelas novas tecnologias na agricultura, coloca os agricultores em dúvida para entender e concorrer com os sistemas econômicos, nacional e internacional.

Porém, pode-se concordar com Azevedo (2009, p. 165) que faz a seguinte observação a respeito do sistema capitalista do Brasil. “O mesmo sistema capitalista que promove a produção urbana e cria mecanismos de controle social promove a migração desordenada e a conseqüente aglomeração urbana sem, contudo, deixar de focalizar o atendimento da educação formal, a população urbana”.

Pela caracterização predominante do país, inicia-se, em 1990, um processo histórico e político de Educação do Campo no Brasil, com a construção de uma proposta de educação dirigida especificamente para a realidade das populações que vivem no campo. A educação desenvolvida nos meios rurais torna-se objeto de

discussão dos sujeitos que a compõem, os educadores e camponeses. Diferentemente de outros momentos, em que a educação rural era objeto de discussão dissociada dos sujeitos sociais que nela atuam.

Nessa concepção, a educação rural foi (re)nomeada como educação do campo, de acordo com a argumentação de Fernandes; Cerioli; Caldart, (2004, p. 25); “Decidimos utilizar a expressão *campo* e não mais a usual *rural*, com o objetivo de incluir no processo [...] uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”.

De acordo com Antonio; Lucini (2007, p. 183),

Essa denominação compreende uma nova concepção do rural, não mais como um lugar de atraso, mas de produção de vida em seus mais variados aspectos: culturais, sociais, econômicos e políticos. Compreende também diferentes povos do campo, como os indígenas e quilombolas que, na lógica da sociedade capitalista, não são mencionados por diferirem das práticas capitalistas de produção, como nos informa o documento da I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, 1998.

Para Vendramini (2007, p.127) o termo Educação do Campo, ou, no Campo refere-se aos sujeitos para os quais se destina a educação, tendo em vista a diversidade, ou melhor, a desigualdade de vida e de produção no campo.

Para Kolling; Nery; Molina (1999, p. 29),

O termo do Campo propõe substituir o usual meio rural para que sejam preservados os conceitos e a importância do sujeito que vive no campo. Este do campo tem sentido pluralismo das idéias e das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (conforme os artigos 206 e 207 da CF/1988). Não basta ter escolas no campo; quer-se ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos, à história e a cultura do povo trabalhador do campo.

Nos Artigos referenciados pela Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988, destaca-se o inciso III que faz abordagem ao pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, bem como a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, proporcionando educação de qualidade.

Anterior à CFB de 1988, na Lei 5.692/71 aponta-se a preocupação com o desenvolvimento socioeconômico do país e o analfabetismo, foi focalizado como problema educacional de fato. Na década de 1980, instituíram-se programas

especiais como; Edurural, programa do governo federal, com o objetivo de minimizar o analfabetismo do País. No entanto, o analfabetismo não foi erradicado até os dias atuais.

A partir da década de 1990, pode-se mencionar um conjunto de iniciativas relativas à educação do campo, por parte da sociedade civil e do Estado, sempre em resposta a pressões dos movimentos sociais. Há mudança significativa a partir da concepção de educação rural. Atualmente intitulada de educação do campo, conforme Caldart (2004, p. 17) refere-se: “[...] um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações”.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, o estado desvinculou a educação urbana da educação rural, destacando esse desmembramento de atenções educacionais, no Art. 28.

[...] que propõe medidas de adaptações à vida do campo, através da oferta de educação básica para a população rural, por meio de adequações:

I – Conteúdos Curriculares

II – Organização Escolar própria

III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Para Vendramini (2007, p.128) “O nome educação do campo, ainda que incorpore uma rica discussão e mobilização social, tem limites em termos de capacidade explicativa, tendo em vista a já assinalada diversidade de sujeitos, contextos, culturas e formas de produção e ocupação no meio rural”.

Outro aspecto para a análise é a amplitude da educação, seja no campo ou na cidade, considerando os diversos espaços e formas de aprendizagem para além da escola. A autora toma como base a concepção de formação como um processo em permanente construção, permeado de contradições e determinada por condições objetivas e subjetivas, em que os sujeitos sociais vão se construindo.

Com esse entendimento a educação rural, ministrada nas escolinhas, quase esquecidas pela sociedade urbana, receberam nova concepção passando a ser chamadas de educação do campo, diante de todas as suas justificativas e importância pela sua existência.

No período de 1998, os sistemas educacionais de ensino realizaram debates sobre o conceito de povos do campo: diversidades de sujeitos e processos produtivos e culturais formadores do movimento da educação do campo.

A LDB, (1996, Art. 1º, p. 4) diz que: “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Nesse sentido o Art. 1º da LDB, apresenta a educação como um conjunto de processos responsáveis pela formação, vinculado à família, à escola, e ao mundo do trabalho, ligando a prática social.

Diante dessa definição a partir dos anos 1990, os povos organizados do campo conseguem agendar, na esfera pública, a questão da educação do campo como uma questão de interesse nacional, ou pelo menos, se fazer ouvir como sujeitos de direitos, pela elaboração de elementos para o Plano Nacional de Educação do Campo, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Os parâmetros condicionadores das reflexões realizadas surgiram a partir dos movimentos sociais do campo. Todavia, outras organizações também se colocaram nessa plataforma de discussão que busca reverter o quadro de insatisfação em relação à educação de qualidade social para todos os povos que vivem no campo, com identidades diversas, compostos por: pequenos agricultores, sem terra, povos da floresta, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assalariados rurais.

Diante disso, avanços foram conquistados depois da luta social por parte dos povos e educadores do campo.

No entanto, entende-se que ainda existem desafios a serem superados na direção de novas experiências de educação específica para o campo, incorporando as especificidades das diferentes regiões do país.

Com a interpretação do Art. 1º da LDB, os avanços ocorrerão de formas diferenciadas, de acordo com a realidade local e serão efetivados, principalmente, com a ação e pressões de organizações não governamentais juntamente com a sociedade civil organizada.

Em 1997, ocorreu o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária promovido pelas organizações do Movimento dos Sem Terra (MST), Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Universidade de Brasília (UnB). Nesse encontro foi delimitado um conceito de Povos do Campo, abrangendo: a cultura

como modo de vida, relação com a produção, tempo e espaço, meio ambiente, organização da família e do trabalho. Os movimentos e organizações pela educação do campo foram crescendo e com eles à junção de esforços.

De acordo com Vendramini (2007, p.123),

[...] a educação do campo foi incorporada e/ou valorizada na agenda de lutas e de trabalho cada vez maior de movimentos sociais e sindicais do campo, com envolvimento de diferentes entidades e órgãos públicos. O que pode ser conferido pelo conjunto de promotores e apoiadores da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em Luziânia (GO), em 2004. Participaram dessa iniciativa, representantes de movimentos sociais, sindicais e outras organizações do campo e da educação, universidades, ONGs e de Centros Familiares de Formação por Alternância, de secretarias estaduais e municipais de educação e de órgãos de gestão pública.

Já o objetivo da II Conferência realizada no ano de 2004, desenvolveu-se especialmente sobre o como efetivar no Brasil um tratamento público específico para a Educação do Campo, enquanto política pública permanente. Foi uma conquista do conjunto das organizações do campo, no âmbito das políticas públicas, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

Essas Diretrizes definem a identidade da escola do campo, de acordo com suas características:

[...] pela vinculação as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (MEC, 2002, p. 37).

Nesta direção, o Ministério da Educação instituiu, em 2002, um Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), criando em 2003, a SECAD, contemplando em sua estrutura a Coordenação Geral de Educação do Campo.

Para Vendramini (2007, p. 124),

Ainda que compreendamos as razões sociais e políticas para a mobilização em torno de uma educação do campo, continuamos questionando a respeito do contexto social, das condições materiais para o desenvolvimento de uma educação do e no campo. Propondo como discussão as questões: O que caracteriza hoje o trabalho no campo? Qual educação é necessária ou requerida para esse espaço? Qual a participação dos movimentos sociais na criação de formas de vida, trabalho e de educação no campo?

Diante dos questionamentos realizados pela autora, entende-se a preocupação para efetivação de uma educação do campo, que esteja de acordo com as necessidades da população rural, desenvolvida por escolas organizadas pedagogicamente e administrativamente e que contemple, em sua missão, ensino de referência e de qualidade.

2.2 PROGRAMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: EDUCAÇÃO DO CAMPO

Com as lutas e movimentos organizados solicitando atenção à educação do campo, em 1998 instituiu-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária com apoio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objetivo desse programa é proporcionar: escolarização formal para trabalhadores rurais assentados; rede de universidades públicas e escolas técnicas, movimentos sociais e sindicais, Secretarias de Educação em todos os Estados da Federação; desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão em diferentes áreas do conhecimento; construção de novas estratégias para a promoção do desenvolvimento rural e melhoria das condições de vida; qualificação para atuar no desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Seguindo a trajetória de planejamento e discussões, em 2002, o MEC, deliberou ao GPT, para reunir os povos do campo, por meio de seus representantes, para discutir sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que foram lançadas através da Resolução nº 001/2002 e aprovadas pelos CNE/CEB. Essa resolução tornou-se marco na formulação e implementação de políticas de educação do campo.

Com a aprovação dessas Diretrizes, formalizou-se um processo inovador de construção de política pública no Governo Federal, conjugando os governos estaduais e municipais, a sociedade civil organizada e os povos organizados do campo.

No ano de 2003, o MEC criou a (SECAD) dividida em quatro departamentos: educação de jovens e adultos; desenvolvimento e articulação institucional; avaliação e informações educacionais e educação para a diversidade e cidadania.

O departamento da diversidade e cidadania foi subdividido em cinco coordenações: ações educacionais complementares; diversidade e inclusão social; educação ambiental, 'educação do campo' e educação indígena.

Com as coordenações organizadas, especialmente, a coordenação de Educação do Campo, foram desenvolvidos pela equipe, eixos de trabalho para a construção de políticas próprias para a educação do campo, baseado na: construção de uma base científica para a superação da dicotomia campo-cidade e a articulação entre educação e desenvolvimento sustentável; construção da esfera pública na interação democrática e anticorporativa entre o poder público e as organizações da sociedade civil; e eficiência administrativa da máquina do estado para realizar os encaminhamentos gerados nos espaços de participação social.

Esses eixos serviram como elementos para a proposta do Plano Nacional de Educação do Campo.

No ano de 2004, organizou-se o II Plano Nacional de Reforma Agrária com a participação dos movimentos sociais, quando foram inseridas novas políticas para viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos, dando-se prioridade para ações de educação e formação dos professores.

No ano de 2005, realizou-se o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, organizado pelo MEC/MDA, para: ampliar e aprofundar as reflexões sobre Educação do Campo, com base em pesquisas e intervenções nas universidades e outros fóruns (agências de financiamentos, organizações não governamentais, entre outros); criações de Centros Regionais de Pesquisas, delimitando o perfil dos pesquisadores, com vínculos e militância nos movimentos sociais do campo, ou docência, projetos de pesquisa entre outras intervenções.

Para dar apoio e incentivo aos educadores do campo, foi lançado, em 2007, pela SECAD/MEC, o Programa de Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), com: atuação em cursos regulares, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, professores em exercício ou em experiências alternativas em Educação do campo, formação por área de conhecimento, formação por alternância, consonância com a realidade social e cultural específica das populações do campo.

A formação de educadores abriu espaços para o diálogo acadêmico considerado um exercício político importante, como salienta Azevedo (2008, p. 165) em seu pensamento: “[...] no processo de formação de educadores do campo, o

pensar é condição primária da investigação de saberes dos conhecimentos da história da ocupação camponesa no Brasil”.

Nesse sentido, a formação acadêmica deve contextualizar seus conteúdos com a vivência do educando, proporcionando atividades reflexivas e críticas em torno da educação do campo.

Em 2008, realizou-se o II Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação do Campo, apresentando-se os resultados obtidos por meio das pesquisas. Nesse mesmo ano, 2008, ocorre outro marco importante na Educação do Campo, o estabelecimento de Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo, por meio da Resolução nº 002, de 28 de abril de 2008, aprovada pelo CNE.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em nível médio, modalidade normal, estabelecida pela Lei 9.131/95 e pela LDB, Lei 9.394/96. Essas diretrizes foram criadas para dar amparo legal ao eixo norteador da realização do ensino no campo, abrangendo o currículo a ser adotado a partir de observações das especificidades locais e regionais do meio rural. As peculiaridades da formação dos educadores atuantes é questão a ser estudada em cada sistema de ensino organizado pelas entidades governamentais, que realizam a gestão das escolas rurais.

De acordo com a descrição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pode-se entender a divisão e a responsabilidade dos diferentes Sistemas de Ensino,

[...] o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica o respeito às diversidades e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nesse sentido, as mudanças e adaptações estão sendo organizadas em conformidade ao Art. 28 da LDB/1996, que propõe medidas de adaptações curriculares à vida do campo, (MEC, 2002, p.4).

Como se pode entender, muitos objetivos foram alcançados para o desenvolvimento da educação do campo. Mas isso não é suficiente, pois as leis precisam sair do papel e serem implementadas na prática cotidiana da população. Para isso a participação dos movimentos sociais organizados é de suma importância. O primeiro passo é reconhecer a conquista do direito registrado em política pública, lei específica para as escolas do campo, elaborada e aprovada pelo

Conselho Nacional de Educação, com a participação da sociedade e homologada pelo Ministério da Educação.

Para dar continuidade a esse processo, faz-se necessário adaptar a oferta de educação básica para a população rural, por meio de adequações nos conteúdos curriculares, organização escolar própria e adequação à natureza do trabalho na área rural. Para que essa questão possa ser desenvolvida com eficiência, é preciso conhecer as tendências ou modalidades pedagógicas nas quais o trabalho deve ser embasado.

De acordo com Abrão (2009, p.285), a organização da ação educativa está agrupada em quatro tendências pedagógicas e organizacionais, tais como:

[...] ruralista, a escola deverá ser vista como a instituição adequada para colocar o homem do campo a par do avanço da cultura e tecnologia a serviço da produção agrícola e assim possibilitar a sua fixação no campo sem ter de migrar para a cidade. Para a urbanizadora, escola, o professor e o currículo de toda e qualquer escola, seja a da cidade ou a do campo, tem de ser adequados para poderem compreender a transformação do homem para atender as necessidades de modernização da sociedade como um todo, necessidade de humanização do educando e seu preparo técnico-profissionalizante aos ditames do mercado de trabalho. Para a reformista, importa, sobretudo, retomar as instituições, inclusive a escola, para que se atinja o ideal de uma propalada justiça social. Nesse aspecto a organização da escola e do ensino deveria estar ligada aos interesses de uma reforma agrária que propiciaria as condições reais para a fixação do homem a terra. E finalmente para a realista, a reorganização escolar como um todo passaria pelo crivo de uma discussão mais ampla: a discussão político-econômica da terra como mercadoria, das implicações de sua posse e de seu uso e de seus mecanismos que seriam acionados para quebrar com o poder e as distorções acionadas pelo latifúndio, principalmente em relação aos trabalhadores do campo, (ABRÃO 2009, p.285).

Essas quatro tendências devem ser consideradas para a organização do trabalho pedagógico, contextualizado com o meio onde está inserida a escola, observando-se as especificidades em todos os seus aspectos.

A realidade da educação do campo no Brasil ainda conta com escolas multisseriadas, concentrando turmas de alunos de 1ª a 4ª série, agrupadas na mesma sala de aula. Diante dessa realidade e necessidade do meio rural, em áreas distantes e de difícil acesso, o MEC proporciona programa pedagógico específico para essa situação educacional. O programa, denominado Escola Ativa iniciou-se no ano de 1990, no Estado do Rio Grande do Norte, foi testado como Projeto

Nordeste¹, projeto piloto em escolas multisseriadas, intitulado de: Programa Escola Ativa. Em 1999, o Programa passou a ser Coordenado pelo Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).

De acordo com Mariz *apud* Azevedo (2006, p. 162),

Escola Ativa surgiu como respostas aos persistentes problemas da ineficiência interna e baixa qualidade da educação, oferecidas em escolas situadas em áreas rurais'. Centrada no aluno, essa metodologia propõe um processo de ensino e aprendizagem diretamente relacionada à vida dos estudantes, cuja efetividade requer que as escolas sejam adaptadas físicas e pedagogicamente.

A operacionalização desse Programa, no Brasil, iniciou-se em 1997, como experiência piloto em 15 escolas do Rio Grande do Norte.

A partir de 2001, as escolas multisseriadas, também denominadas 'isoladas', nos municípios, passaram a receber atenção especial por parte do Governo Federal, com a instituição do Programa de Ensino Escola Ativa. Esse Programa tem embasamento legal na LDB/96, documentado pelos Aspectos Legais/2001 e organizado pelo MEC, Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).

Esse Programa propõe estratégia metodológica, respaldada na proposta pedagógica de cada escola em conformidade com o seu regimento escolar. Isso mostra uma nova situação tanto para as escolas, com relação à exigência da formalização de sua proposta pedagógica, quanto para os profissionais atuantes da Escola Ativa. No que diz respeito ao preparo e orientação das escolas, utilizando-se dos meios legais mais favoráveis ao cumprimento dos objetivos da Escola Ativa, o que equivale dizer, que a Escola Ativa é uma estratégia metodológica voltada para classes multisseriadas e tem como orientação, ensino centrado no aluno e em sua realidade social; professor como facilitador e estimulador do processo de ensino e aprendizagem; gestão deve ser participativa na escola; oportuniza o avanço automático para etapas posteriores, seguindo estrutura modular de acordo com os aspectos legais do Programa.

O objetivo das capacitações para os educadores e fornecimento de materiais pelo MEC, é proporcionar subsídios teóricos e metodológicos para a organização do trabalho pedagógico nas classes multisseriadas, preparando os educadores e

¹ Concebido nos anos de 1980, pelo governo brasileiro em parceria com o Banco Mundial, o Projeto Nordeste objetivava implementar estratégias de desenvolvimento regional a fim de interferir na realidade socioeconômica e educacional da região Nordeste, tendo em vista os graves problemas sociais, bem como, as disparidades regionais (CABRAL NETO *apud* AZEVEDO, 2006, p. 161).

gestores para atuar na realidade da Educação do Campo. O Programa Escola Ativa procura acompanhar o avanço desse direito nas classes multisseriadas. Isso significa tratar a educação escolar como instrumento pedagógico para construir um projeto de desenvolvimento que garanta a igualdade de direitos, justiça social e solidariedade entre os sujeitos do campo.

De acordo com o Caderno de Orientações pedagógicas para formação de educadores das Classes Multisseriadas (2009, p.9), entende-se como estratégias de ensino a seguinte compreensão:

Na concepção de ensino e aprendizagem do Programa Escola Ativa isso significa o fortalecimento do processo educativo baseado na apropriação, na reelaboração e na assimilação de saberes e de conhecimentos, além de suas respectivas implicações práticas para a vida do povo camponês, assim como para sua leitura de mundo. Para realizar essa metodologia de formação propomos que o estudo aconteça com base no seguinte percurso formativo: Atividade Básica; Atividade Prática e Atividade de Aplicação e Compromisso Social.

O material elaborado inicialmente para atender as necessidades do Rio Grande do Norte, não condiz com a realidade do Sul, porém a metodologia de organização da escola está sendo levada em consideração, aproveitando os pontos favoráveis à realidade da região. O MEC, pelas suas coordenações e equipes de trabalho, estuda formas adequadas para alterações do material pedagógico a ser utilizado pelas escolas multisseriadas do campo.

2.3 EDUCAÇÃO E INTERDISCIPLINARIDADE

A junção de esforços para proporcionar melhoria na educação do campo é realizada pelo trabalho conjunto, da equipe multidisciplinar. Na visão Japiassu (1975, p. 41), “[...] somente o trabalho em equipe multi ou interdisciplinar é capaz de permitir uma divisão racional do trabalho, aumentando assim sua eficácia e sua produtividade”.

Ainda, segundo Japiassu (1975, p. 75),

A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um projeto específico. [...] o fundamento do espaço interdisciplinar deverá ser procurado na negação e na superação das fronteiras disciplinares.

A formação continuada proporcionada aos educadores, com cursos, palestras e encontros pedagógicos, acrescenta subsídios e conteúdos diferenciados inovadores e interdisciplinares, para trabalhar com os alunos. Considera-se a interdisciplinaridade não como solução que garantirá um ensino adequado, ou saber unificado, mas do ponto de vista, que permitirá uma reflexão aprofundada, crítica e salutar sobre o funcionamento do ensino. Ela poderá ser vista, segundo Fazenda (1991, p. 32),

[...] como meio de conseguir uma melhor formação geral, pois somente um enfoque interdisciplinar pode possibilitar identificação entre o vivido e o estudado, desde que o vivido resulte na inter-relação de múltiplas e variadas experiências; como meio de atingir uma formação profissional, já que permite a cobertura a novos campos do conhecimento e a novas descobertas; como incentivo à formação de pesquisadores e de pesquisas, pois o sentido das investigações interdisciplinares é reconstituir a unidade dos objetos que a fragmentação dos métodos separou e, com isso, permitir a análise das situações globais, os limites de seu próprio sistema conceitual e o diálogo entre as disciplinas; como condição para uma educação permanente, posto que através da intersubjetividade, característica essencial da interdisciplinaridade, será possível a troca contínua de experiências; como forma de compreender e modificar o mundo, pois sendo o homem agente e paciente da realidade do mundo, torna-se necessário um conhecimento efetivo dessa realidade em seus múltiplos aspectos; como superação da dicotomia ensino-pesquisa, pois nesse novo enfoque pedagógico, a pesquisa se constitui na única forma possível de aprendizagem.

Prosseguindo com o entendimento de Fazenda (1991, p. 31),

O ensino interdisciplinar nasce da proposição de novos objetivos, de novos métodos, de uma nova pedagogia, cuja tônica primeira é a supressão do monólogo e da instauração de uma prática dialógica. Para tanto, faz-se necessário à eliminação de barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas que pretendem desenvolvê-las.

A interdisciplinaridade contextualiza-se com a realidade da educação do campo, na qual a exigência de aquisição de conhecimentos desenvolvidos pelo professor é que faz a diferença da qualidade da educação. É na troca de experiências e saberes que se produz o conhecimento significativo para o aluno, objetivo central da educação do campo.

De acordo com Carvalho (2006, p. 121),

A interdisciplinaridade, por sua vez, não pretende a unificação dos saberes, mas deseja a abertura de um espaço de mediação entre conhecimentos e articulação de saberes, no qual as disciplinas estejam em situação de mútua coordenação e cooperação, construindo um marco conceitual e metodológico comum para a compreensão de realidades complexas.

Nesse sentido, o desempenho educacional nas escolas ganha força e significado, tanto para o aluno, quanto para o professor. Fazem do espaço escolar um espaço de aprendizagem, satisfação e parceria. De acordo com a concepção de Fazenda (1991, p. 109), “[...] a parceria é premissa maior da interdisciplinaridade. O educador que pretende interdisciplinar não é solitário, é parceiro: parceiro de teóricos, parceiro de pares, parceiros de alunos, sempre parceiro”.

Relacionando a questão interdisciplinar, Japiassu (1975, p. 33), apresenta a característica central da interdisciplinaridade, explicitando da seguinte forma: “[...] consiste no fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceitual de análise a fim de fazê-los integrar, depois de havê-los comparados e julgados”.

Em síntese, pode-se dizer que a forma de trabalho integrado e planejado pelo grupo, buscando ações concretas e com objetivos comuns, pode ser considerado um empreendimento interdisciplinar. De acordo com Japiassu (1975, p. 34),

[...] proporciona trocas generalizadas de informações e de críticas; amplia a formação geral de todos quantos se engajam no trabalho, permitindo-lhes descobrir melhor suas opções, assegurando melhor sua orientação a fim de definir o papel que deverá ser o seu dentro da sociedade, aprender a aprender, situar-se melhor no mundo, compreender e criticar as informações recebidas; questiona a possível acomodação dos educadores; prepara melhor os indivíduos para a formação profissional, pela exigência atual da contribuição de várias disciplinas fundamentais, conseqüentemente certa forma polivalente; prepara e engaja os educadores no trabalho e pesquisa em equipe; assegura e desenvolve a formação permanente e continuada.

A interdisciplinaridade no processo educacional possibilita o desenvolvimento e o planejamento, execução e avaliação do ensino e aprendizagem, tratando a avaliação como um processo contínuo de integração e cooperação entre os sujeitos envolvidos no processo educacional de cada escola.

Segundo Fazenda (1991, p. 82),

[...] a avaliação numa sala de aula interdisciplinar transgride, como as demais descritas, todas as regras costumeiras. Ela ocorre diariamente, no processo – na correção dos trabalhos, no olhar do professor, num bilhete passado – e não ao final do curso. A autoridade do professor numa sala de aula comum é autorgada; numa sala de aula interdisciplinar é sempre conquistada, assim como a autonomia. Numa sala de aula interdisciplinar, todos se percebem e se tornam parceiros. Da produção de um conhecimento para uma escola melhor, produtora do homem mais feliz. Numa sala de aula interdisciplinar, a obrigação é alternada pela satisfação, a arrogância pela humildade, a solidão pela cooperação, a especialização pela generalidade, o grupo homogêneo pelo heterogêneo, a reprodução pelo questionamento do conhecimento. Em síntese, numa sala de aula interdisciplinar há ritual de encontro – no início, no meio e o fim.

Essa forma interdisciplinar de entender o processo educacional, desde o planejamento até a avaliação, pode ser a mágica pedagógica que se deseja nas escolas, fazendo da escola um campo de aprendizagem e autonomia para todos, alunos e professores. É a busca do equilíbrio educacional, na qual a aprendizagem ampla, global e integrada está acima de tudo.

2.4 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: NA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

No Brasil, o trabalho no campo desenvolve-se num amplo e diversificado espaço e abrange um conjunto de atividades, entre elas: a agricultura, pecuária, pesca e extrativismo. Além das diversas ocupações do espaço, desde a produção para a subsistência, até a produção, por exemplo, a produção intensiva de *pinus* e eucalipto para a obtenção de celulose.

A educação deve estar integrada ao processo formativo do ser humano, razão dos movimentos de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade.

Esse é o propósito da educação do campo, nas últimas décadas. Com seus movimentos direcionados para a melhoria da qualidade da educação, procura envolver a sociedade, despertando a responsabilidade de suas ações. E com isso busca-se o amparo nas políticas públicas, criadas para atender o meio rural.

Diante disso, a Educação do Campo deve abranger além da escola, as ações desenvolvidas devem estar interligadas e presentes nos movimentos sociais e na organização do povo, para que ocorra a realização de atividades significativas à população do campo. Embora a escolarização seja importante, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana, a educação integral do ser humano é um processo amplo de conhecimento e aprendizagem durante a sua existência.

Para oportunizar ao aluno educação com maior amplitude, a escola deve integrar no desenvolvimento educacional a visão empreendedora. O enfoque no termo empreendedorismo, na escola, proporciona novas reflexões a respeito da prática pedagógica realizada diariamente no ambiente escolar.

Segundo Andrade (2005, p.13),

Para organizar uma proposta pedagógica comprometida com o empreendedorismo, exige a adoção de estratégias que favoreçam e incentivem atitudes e posturas como: autonomia, iniciativa, autovalorização, ética, criatividade, cidadania, liderança, diálogo, participação, desenvolvimento de projetos, resolução de problemas, boa utilização da informação e dos recursos, inovação e pioneirismo.

Esse novo conceito deve ser construído pelo próprio grupo da escola, enxergando as possibilidades imediatas e futuras de mudanças em nível escolar e local.

Outra forma de desenvolvimento é valorizar a postura pedagógica dos professores e as formas de integrar esses valores e conceitos de forma 'imbricada' com os temas abordados do currículo escolar básico.

Os processos educativos são efetivados pelas diferentes iniciativas formais e informais. Apesar de serem distintas, essas iniciativas precisam ser pensadas de forma integrada. De acordo com Boisier (1999), o conhecimento técnico disponível na comunidade é essencial para o desenvolvimento local ou regional e envolve, de forma integrada, o conhecimento sobre os ciclos tecnológicos que podem ser desenvolvidos a partir dos recursos naturais da região. Boisier salienta que não há sociedade desenvolvida sem pesquisa. É preciso produzir conhecimento endógeno vinculado à cultura e ao conhecimento local, considerados como capital cognitivo.

Segundo Alves *apud* Kolling; Cerioli; Caldart (2002, p. 16), para caracterizar a população do campo,

Os povos do campo têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos 'Por uma educação do campo'.

O incentivo dos gestores públicos é o ponto de partida para que as ações educacionais possam ter êxito, no sentido de proporcionar processos de discussões, formação continuada e contextualizada ao ensino e aprendizagem, efetivando as políticas públicas, propiciando às escolas do campo inovações necessárias à vida do campo, integradas ao desenvolvimento local.

As ações e discussões devem ser realizadas de forma participativa, para que os projetos possam criar forma e se integrar ao desenvolvimento local, proporcionando às famílias residentes nas localidades rurais novas opções e diversificação em suas propriedades, possibilitando a permanência do homem no campo com melhores condições de vida.

De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002, p. 4),

A educação do campo tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas o ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria condição das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Pelos documentos criados especificamente para as escolas do campo, considerado como um avanço na educação do nosso país, pensados e elaborados para atender a população rural, é possível entender a importância do trabalho educacional contextualizado e direcionado para o campo. De acordo com Alves (2009, p.111),

Quando dizemos Por uma Educação do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas: pela ampliação do direito a educação e a escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, a cultura e as causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido. [...] Defendemos um projeto de educação integral, preocupados também com as questões de gênero, de raça, de respeito as diferentes culturas e as diferentes gerações, de soberania alimentar, de uma agricultura e de um desenvolvimento sustentável, de uma política energética e de proteção ao meio ambiente. [...] o povo que vive no campo tem que ser sujeito de sua própria formação, não se trata, pois, de uma educação ou uma luta para os, mas sim dos trabalhadores do campo e é assim que ela deve ser assumida por todos os membros deste movimento.

Deve ser evidenciado um aspecto relevante a respeito da citação do autor, a questão da defesa de um projeto integral que inclua a todos, independente do gênero, raça ou cultura, desenvolvendo atividades educacionais que não sejam excludentes. Continuando a citação do mesmo autor constata-se que:

Há currículos deslocados das necessidades e das questões do campo e dos interesses de seus sujeitos. [...] a nova geração está sendo deseducada para viver no campo, perdendo sua identidade de raiz e de seu projeto de futuro. Crianças e jovens tem o direito de aprender da sabedoria de seus antepassados e de produzir novos conhecimentos para permanecer no campo. (ALVES, 2009 p.17).

Quando não há interesse por parte do estado, situação comum observada diariamente nas escolas públicas, os alunos do campo ou da cidade dividem os mesmos livros didáticos, o mesmo planejamento e a organização curricular e pedagógica é comum a todos. Não se enxerga o aluno do meio rural ou do meio urbano de acordo com seu contexto e modo de vida. Tratam-se todos da mesma forma, ou seja, sem atenção voltada para a diversidade de espaço e localização. Essa questão está vinculada também com a formação do professor que não é formado ou este, não tem interesse em buscar conhecimento para distinguir os espaços em que futuramente irá atuar, seja o ambiente rural ou o urbano.

Para Arroyo (2007, p.158),

A educação é pensada no paradigma urbano. [...] apesar de tudo, o campo e a diversidade de seus povos não são esquecidos. A palavra *adaptação*, utilizada repetidas vezes nas políticas e nos ordenamentos legais, reflete que o campo é lembrado como *outro lugar*, que são lembrados os povos do campo como outros cidadãos, o que é lembrada a escola e os educadores como os *outros*. A recomendação destacada é: não esquecer os outros, adaptados as condições do campo a educação escolar, os currículos e a formação dos profissionais pensados no paradigma urbano.

Seguindo o mesmo pensamento o autor continua apresentando as conseqüências da inspiração do paradigma urbano:

[...] a secundarização do campo é marcada na falta de políticas para o campo em todas as áreas publicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Consequentemente os profissionais urbanos, médicos, enfermeiros, professores estenderão seus serviços ao campo. Serviços adaptados, precarizados no posto medico e na escola pobre, com recursos pobres; profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo. (ARROYO, 2007, p.159).

Mediante a luta dos movimentos organizados, conquistas foram alcançadas, entre elas, a realização de convênios entre instituições de ensino superior com o PRONERA, avançando a consciência sobre a importância da formação docente, segundo Arroyo (2007 p.165),

Os movimentos passam a defender que essa estratégia de continuar, porém não mais através de convênios ou compromissos isolados de algumas instituições, mas como responsabilidade publica dos centros, instituições e universidades. Os movimentos sociais passam a exigir a definição de critérios que responsabilizem o Estado, as políticas e as instituições publicas com a formação especifica de profissionais para a garantia do direito público à educação dos povos isolados, para configurar políticas públicas de Estado que assumam a especificidade da formação de educadores do campo. [...] e não apenas que se se adaptem à especificidade da escola rural.

Mas segundo Silva *apud* Molina *et al.*, (2002, p 37-38), um estudo realizado por uma professora da Universidade de Brasília, da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, no qual ela relata desafios para os Educadores e Educadoras do Campo, que atuam em sala de aula, explica a importância do estudo e o conteúdo a ser estudado para efetivar com eficiência o ensino, fazendo a seguinte observação:

A primeira tarefa que temos que cumprir com excelência se refere à necessidade permanente de nos capacitar, de estudar sempre e muito, estudar os diferentes materiais elaborados pela nossa articulação nacional. Como a Coleção 'Por uma Educação do Campo' e principalmente o documento que produzimos a partir do seminário nacional. Intitulado Por uma Educação do Campo. Declaração 2002. E as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (SILVA *apud* MOLINA *et al.*, 2002, p 37-38).

A falta de integração do educador do campo com a realidade do aluno, com o qual ele se propõe a trabalhar, explica-se pela citação de Alves (2009, p.124),

Os professores quase sempre são figuras do meio urbano. Os instrumentos de trabalho do professor, entre os quais domina o manual didático, são os mesmos utilizados nas regiões urbanas do país. A integração dessas áreas rurais com as cidades é muito estreita, como se deduz. Paradoxal é o fato de esses mesmos professores clamarem por materiais didáticos mais adaptados às necessidades da zona rural, falarem em êxodo rural e em cultura específica do campo.

Quando os educadores têm consciência e assumem essa defasagem, ou falta de entendimento teórico e prático, para atuar na educação do campo, fica fácil detectar os problemas e buscar alternativas para auxiliá-los. Porém, quando não há esse tipo de envolvimento profissional aliado à responsabilidade, a educação do campo está condenada ao fracasso. A responsabilidade e o comprometimento profissional fazem a diferença em qualquer área. Na educação, é imprescindível, para que a soma de desenvolvimento integral do aluno, entre habilidades, competências e valores, seja efetivada.

Com a intenção de chamar a atenção para esse importante fato, o autor salienta: “[...] quer por fim produzir um aluno criativo e autônomo, mas não tem clareza de que o primado do manual didático, um rígido roteiro de atividade que oferece tudo pronto ao estudante, não cria situações que viabilizem a formação dessas atitudes” (ALVES, 2009, p. 153).

Esse autor mostra ainda a importância que a qualidade do ensino tem, seja para o campo ou para a cidade. A diferença está na forma de como é realizada e as estratégias e materiais utilizados.

[...] o fracasso completo da escola rural comum, tal como ainda se organiza entre nós, fracasso decorrente do fato de ser ela uma simples escola de cidade transportada e enxertada nas atividades rurais, enxerto realizado sem a menor dose de inteligência e de observação de no qual dominou exclusivamente o simplista e traiçoeiro critério da analogia. Se a escola comum dava resultados apreciáveis na cidade havia de dá-los também no campo. Tal era a maneira de pensar geral, esquecidos os seus propugnadores de que a escola da cidade estava em harmonia com as aspirações citadinas, mas em oposição formal em desejos dos seus camponeses. Teria bastado para condená-la, a verificação cotidiana de que o mestre era um estranho ao meio rural, que não conhecia e menos lhe compreendia as mais elementares necessidades (MENNUECCI 1934, apud SILVA, 2009, p.141).

Diante da especificidade do campo, Arroyo (2007, p. 167) faz questionamento a respeito da educação: “[...] qual a formação específica para ser educador do campo?”

Os movimentos sociais reivindicam que nos programas de formação de educadores do campo seja incluído o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões do campo entre o latifúndio, monocultura, agronegócio e agricultura familiar. Que haja pesquisa sobre os problemas da reforma agrária, expulsão da terra, movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios quilombolas e povos indígenas. Conhecer a centralidade da terra e do território no desenvolvimento da produção da vida, cultura, identidades, tradições, conhecimentos, entre outros aspectos.

Nesse sentido, se desenvolve a centralidade desses saberes para a formação específica de educadores do campo, com temas e conteúdos relevantes à cultura e à história das pessoas que vivem no campo.

Com a expansão dos debates a respeito do assunto, A União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) tem defendido a proposta de formação de docentes, qualificados por áreas do conhecimento, propiciando a formação em duas áreas, fundamental e média, uma vez que a educação do campo é de responsabilidade dos municípios.

Relacionando a formação do professor com o desenvolvimento da educação básica, que abrange a atuação do próprio professor e desempenho escolar do aluno,

o Ministério da Educação elaborou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) Prova Brasil, organizado juntamente com a Secretaria de Educação Básica, (MEC, 2008, p. 15),

A avaliação denominada Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Anresc (Prova Brasil), realizada a cada dois anos, avalia as habilidades em Língua Portuguesa (foco na leitura) e em Matemática (foco na resolução de problemas). É aplicada ‘somente’ a alunos de 4ª série ou 5º ano e 8ª série ou 9º ano na rede pública de ensino em área urbana e tem como prioridade evidenciar os resultados de cada unidade escolar da rede pública de ensino, com os objetivos de: a) contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, redução de desigualdades e democratização da gestão do ensino público; b) buscar o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que estimule o controle social sobre os processos e resultados do ensino.

Como se pode constatar pela citação do PDE 2008, as escolas localizadas no meio rural não são ou não foram incluídas para realizar a Prova Brasil nos primeiros anos de aplicação, 2005 e 2007. Sendo assim, não participaram da avaliação do programa nesses anos de referência. Essa questão deixa uma lacuna na comprovação dos esforços realizados pelas escolas do campo, visto que os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são instrumentos oficiais do rendimento escolar.

Porém, houve mudança na sistemática para a realização da (Anresc), Prova Brasil e da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), ano 2009, regulamentada pela Portaria/Inep nº 87, de 7 de maio de 2009. Esclarece o Art. 3º.

Participarão da Anresc (Prova Brasil) 2009 todos os alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (em regime de 8 anos) e de 5ª a 9º anos (em regime de 9 anos) matriculados em escolas públicas, localidades em zona urbana e rural, com 20 e mais alunos nas séries e anos avaliados.

Com essa mudança, a partir de 2009, ano de referência da Prova Brasil é possível avaliar o rendimento e interpretação dos alunos do meio rural e, observar se os esforços e ações estão apresentando resultados de forma geral.

Para que a educação do campo seja contextualizada em sua totalidade, seria oportuno que os cursos de formação fossem oferecidos nas regiões de concentração de comunidades rurais, em regime semipresencial, articulando a formação pedagógica e docente com a vivência da comunidade e dos movimentos sociais, e que os educadores tivessem preparo específico sobre a realidade do campo, bem como, que os currículos e o material de formação incorporassem essa realidade e a especificidade de ser educador do campo.

Mais ainda, estamos longe dessa prática, pois as estruturas administrativas dos municípios não estão preparadas dessa forma. A interiorização da educação superior com esse enfoque não faz parte da real situação dos municípios.

A característica do quadro de funcionários da educação, para atender a demanda da educação do campo dos municípios, se assemelha ao exposto na citação de Arroyo (2007, p. 171):

O corpo de docentes e gestores que chega a cada dia à escola rural, sem conhecer os significados dessa tensa realidade na formação das crianças, dos adolescentes, jovens ou adultos do campo não terá condições de ser educador, docente, gestor. Nessa tensa dinâmica do campo, radica a urgência de políticas públicas específicas de educação e formação de um corpo profissional. Em síntese: as políticas de formação terão de estar inseridas em uma nova responsabilidade pública do Estado para um projeto de campo, e especificamente, para a garantia do direito universal dos povos do campo à educação. Não terão sentido, ou cairão no vazio, programas isolados de formação, mantendo a ausência crônica de um projeto de campo e de políticas de educação.

Quando Silva (2009) faz referência a Mennucci (1934), verifica-se que ainda estamos reproduzindo modelos daquela época, nos dias atuais, enxertando materiais e metodologias e novamente não ‘enxergando’ a educação do campo direcionada e planejada para o campo. Em 1934, Mennucci fez a seguinte observação:

[...] indispensável uma profunda modificação no aparelhamento escolar primário, normal e profissional, de maneira a estabelecer três quadros de professores inteiramente distintos exercendo funções inteiramente diferentes e apesar de tudo, complementares. Temos de separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mister diferenciá-los quanto à sua orientação e ao seu alcance, cindi-los para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em última análise temos de criar, com características próprias e intrínsecas, o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E criá-lo sem que um inveje a sorte do outro e se julgue em plano inferior na escala social. (MENNУCCI, *apud* SILVA, 2009, p.139).

A escola, com a participação da família e da sociedade, pode produzir e proporcionar essa educação para seus alunos, independente do local de moradia. Entretanto, há necessidade de integração e de responsabilidade local, unindo forças para construir a qualidade de vida, que abrange todos os fatores e necessidades do ser humano.

De acordo com Franco (1999, p.176),

[...] a participação do poder local – entendido como Prefeitura mesmo, em processo de desenvolvimento local integrado e sustentável que podem ocorrer em espaços intra-municipais, municipais ou plurimunicipais. É o que parece mais útil a fazer neste momento em que vive o país e nas condições em que vive, porque estou convencido do seguinte: fora de processos integrados e sustentáveis de desenvolvimento de base local, dificilmente as políticas sociais terão um efeito efetivamente emancipador das populações marginalizadas, sobretudo do campo e nas pequenas e médias cidades do interior do país.

Para desenvolver a participação do poder local, as discussões devem ser realizadas pelo diálogo e consenso, construídos de forma democrática e participativa entre o setor público e os movimentos organizados.

Como se pode entender o desenvolvimento local integrado e sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. (FRANCO, 1999, p. 177).

Nesse sentido, entende-se que para atingir o desenvolvimento local de forma sustentável, são necessárias ações integradas a partir da base, ou seja, iniciando-se com a formação dos educadores e pela educação das crianças. Deve-se desenvolver o espírito e a formação empreendedora, no sentido de autonomia, criatividade e emancipação pessoal, valorizando o local onde vivem e, principalmente, com olhar amplo e investigador para onde se quer chegar.

Nessa perspectiva, Arroyo (2007, p. 174), destaca a necessidade da política de formação, salientando que:

Políticas de formação a serviço de um projeto de campo; frente ao estilo de programas para suprir carências de formação – titulação, as políticas encontrarão sentido se concebidas como parte de um projeto de campo no projeto de Nação. A pergunta “que projeto de formação?” tem que estar articulado a outras: que projeto de campo, de desenvolvimento econômico, social, cultural do campo no grande projeto de nação. A fraqueza da educação rural, a falta de uma rede de escolas, de um corpo de profissionais é uma manifestação a mais do projeto de campo que o modelo de desenvolvimento teve e está construindo. A escola do campo e seus profissionais não se afirmarão se o projeto político for expulsar os povos do campo, expandir com o agronegócio, acabar com a agricultura familiar. Sem gente não serão necessários educação, escolas, profissionais qualificados.

Dessa forma, acredita-se que a educação do campo terá desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento local integrado e sustentável deve ser tratado de forma ampla, não somente como forma de gerar trabalho e renda, mas, sobretudo, como uma nova maneira de olhar o local ambientalmente, com cuidados especiais sobre a natureza, pois o homem faz parte dela.

Esse olhar deve abranger todos os espaços, meio rural e urbano oportunizando qualidade de vida. Planejar e desenvolver ações de forma integrada globalmente, abrangendo questões ambientais, sociais e econômicas, com apoio de parcerias governamentais e não governamentais com objetivam a realização de gestão integrada.

Para isso a formação e integração do capital institucional, composto, pelas instituições públicas e privadas, é um fator importante para o desenvolvimento, (FRANCO, 1999).

É preciso prestar atenção a capacidade de atuar e tomar decisões velozmente, ter flexibilidade organizacional e capacidade de relacionamento com seu entorno, investigar a história das instituições ou organizações, criar normas que possam ser cumpridas por todos, ressaltando as advertências para quem não cumprir. Essas normas são geralmente trabalhadas e desenvolvidas pela família, escola e organizações sociais, que têm papel importante na formação do cidadão.

Para que a constituição dos grupos de trabalho ou de interesse tenha sucesso, é necessário investir no capital psicossocial, (PEYREFITTE, 1999). Para que isso aconteça é necessário rever conceitos, sentimentos, emoções e histórias de vida e de famílias existentes no ambiente em desenvolvimento. Trata-se da construção da autoconfiança coletiva, acreditar no futuro, a certeza que durante o processo terão desafios, mas serão superados em conjunto e não individualmente. São atitudes e comportamentos em transformação por todos que fazem parte do processo.

De acordo com Peyrefitte (1999, p 429), é preciso estar imbuído de profunda confiança no desenvolvimento da natureza humana, em sua aptidão para descobrir soluções úteis e para extrair ensinamentos das experiências. Aptidão para descobrir e inovar, e para a concorrência, confiança, são chaves para a direção participativa por objetivos comuns. A idéia e o conceito de confiança são valores que devem ser

desenvolvidos por diversos programas, direcionados por projetos, amparados nas políticas públicas dos diferentes níveis governamentais.

Para amenizar as dificuldades do desenvolvimento, foi difundido, durante várias décadas, o investimento no capital social. Boisier (1999, p.72), define como: “atores organizados; predisposição dos atores de cooperação interpessoal baseada na confiança e na reciprocidade”. Como todo capital, é produtivo, e onde existe, é utilizado pelos indivíduos para reproduzir relações e ambientes virtuosos, favoráveis ao desenvolvimento. A vantagem é que quanto mais se desenvolve o capital social, mais ele se reproduz.

Na concepção de Peyrefitte (1999, p. 430), “O conhecimento de uma firma depende, portanto do investimento material e humano que ela fez no passado”.

O autor exemplifica com os índices de crescimento dos países destruídos em período de guerra. O conhecimento humano, no dia seguinte à guerra, está no mesmo nível que no dia anterior a ela. Ou seja, o que se perdeu foi o capital material. Mesmo com o capital material destruído, porém com o capital social elevado, geram-se forças para a reconstrução, não somente de bens materiais, mas a reconstrução de novas idéias, planos e novas aprendizagens inclusive da força e união, criando laços de solidariedade, respeito e confiança entre o grupo e a sociedade.

Segundo Peyrefitte, (1999, p. 431),

Sem capital o trabalho não pode produzir, e vice-versa. Imaginemos uma sociedade em que esteja ausente a competição, a motivação para a realização pessoal do trabalho, o respeito ao indivíduo, à propriedade e a iniciativa privada, a inclinação para o risco responsável, a inovação a pesquisa, a valorização da atividade comercial etc. Ela terá um capital humano de força zero. De que lhe servirão recursos naturais, máquinas abundância de dinheiro e mão-de-obra, se a vida econômica dela está paralisada pela desconfiança?

Pela citação, pode-se entender que a confiança existente entre os grupos de trabalho é tão importante, quanto os fatores materiais e juntos são condições necessárias para o desenvolvimento local e regional.

O capital humano traz em si as competências e habilidades individuais de cada membro do grupo, geralmente estimulados desde cedo pela educação formal e informal. Quando esse processo é realizado com atenção desenvolve nas pessoas, o hábito e o prazer de estudar, proporcionando com isso, a busca de tecnologias

adequadas e inovadoras de acordo com cada atividade, possibilitando modos de por em prática o que se aprende e, ao mesmo tempo, adquirindo outras habilidades para se atingir a qualidade das atividades planejadas em desenvolvimento.

3 CONTEXTO DA PESQUISA

3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DE CANOINHAS

Para entender a caracterização atual do município de Canoinhas, é necessário conhecer aspectos importantes de sua história, as formas de crescimento e desenvolvimento desde a sua fundação, há quase um século.

Baseado no histórico disponível no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (2007, p.17), o município desenvolveu-se a partir da chegada de imigrantes alemães, poloneses, ucranianos, italianos e sírio-libaneses e a primeira atividade econômica foi o extrativismo da madeira e da erva-mate.

Em 1888, o município denominava-se Santa Cruz de Canoinhas e integrava-se ao município de Curitiba. Nove anos mais tarde, em 1902, tornou-se distrito e, posteriormente, em 1911, foi considerado município de acordo com as divisões territoriais estabelecidas pela legislação vigente. Daí em diante, conquistou sua emancipação política e administrativa em 12 de setembro de 1911.

A região de Canoinhas foi palco da Guerra do Contestado que ocorreu entre os anos de 1912 e 1916. Essa Guerra envolveu diversos municípios vizinhos na disputa por terras, liderado por um poderoso fanatismo religioso.

A economia do município de Canoinhas, predominada pela cultura econômica da região do Contestado, centra-se no extrativismo florestal, principiado a partir da metade do século XIX.

De acordo com Tokarski (2005, p. 19). “Desde esse tempo os moradores, a maioria de origem paranaense, tinham na erva-mate a principal fonte de renda, praticando alguma pecuária de subsistência e na mesma finalidade uma pequena agricultura”.

No mesmo estudo, Tokarski (2005, p.21) enfatiza que:

Nessa porção regional, onde as florestas eram abundantes, privilegiou-se a coleta da erva-mate e o plantio das lavouras rudimentares. Os precursores da colonização regional reclamavam do sombreio das florestas, um estorvo que não lhes deixava crescer o viçoso pasto para as alimárias. Então era preciso dizimá-la e, se possível, lucrar com a morte de milhões de árvores.

Diante dessa visão econômica, a devastação da madeira existente na região foi sendo realizada.

Durante décadas a erva-mate foi fonte de enriquecimento acentuado, visto que o produto era comercializado sem dificuldades e com expansão comercial.

Segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (2007, p.20), durante décadas, a produção agrícola local permaneceu sem alterações significativas, trazendo como citação, um texto escrito pelo Prefeito Alinor Vieira Corte (1938), com a seguinte observação:

Cerca de oito anos passados este município praticamente não possuía agricultura e verificando o vulto atual da produção da lavoura canoinhense, principalmente de trigo, centeio e milho. [...] anotou que, o futuro do município de Canoinhas depende do desenvolvimento de sua agricultura. [...] além do trigo e do centeio, é vultosa a produção de milho, feijão, batatas, mandioca e a promissora produção de cebola, além de outras culturas que podem ser cultiváveis na região.

O município de Canoinhas foi marcado por um sistema agrícola rudimentar, no qual os proprietários rurais cultivavam predominantemente milho e feijão e poucos agricultores tinham acesso a máquinas agrícolas, o que dificultava a produção de grãos nas pequenas propriedades.

Nos anos de 1970, a onda das monoculturas e da mecanização, provocadas pelo agronegócio, estimularam plantações em extensas áreas de terra, que foi somada à contribuição da devastação florestal abrangendo também o município de Canoinhas. Ocorreram crescimento e desenvolvimento do cultivo de milho, feijão e soja. Com a migração de japoneses oriundos do Estado de São Paulo, iniciou-se o cultivo, em grande escala, de batata-semente, objetivando a exportação desses produtos agrícolas, predominando a mudança da economia local e abrangendo a mão-de-obra local existente, principalmente dos pequenos agricultores com mecanização agrícola rudimentar.

3.2 ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE CANOINHAS

O município de Canoinhas localiza-se ao Norte do Estado de Santa Catarina, Região Sul do País. Sua Área é de 1.145 km² representando 1.2007% do Estado, 0.2031% da Região e 0.0135% de todo o território brasileiro, (IBGE, 2000). Na divisão territorial do município a área rural, abrange a maior extensão com 1.115 Km², representada em 97,37%, enquanto a área urbana possui 30 km², e representa

2,63% do município em divisão territorial, (IBGE, 2000). De acordo com o IBGE, 2000, Canoinhas conta com um total 51.631 habitantes. Sendo que 73,41% da população concentram-se na área urbana e 26,59%, residem na área rural, de acordo com a distribuição do Gráfico 1.

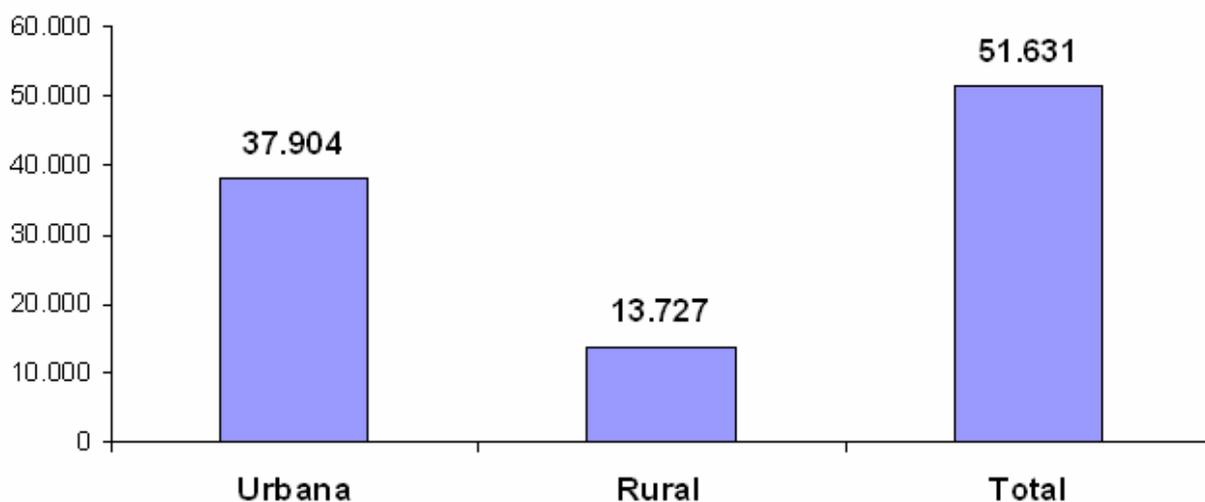


Gráfico 1 – População Urbana e Rural de Canoinhas-SC
Fonte: IBGE (2009a)

Nos últimos 30 anos, o município de Canoinhas, semelhante aos demais municípios da região e do país, modificou a composição de sua população residente na área rural, totalizando-se em apenas um quarto da população rural, de acordo com o Gráfico 1.

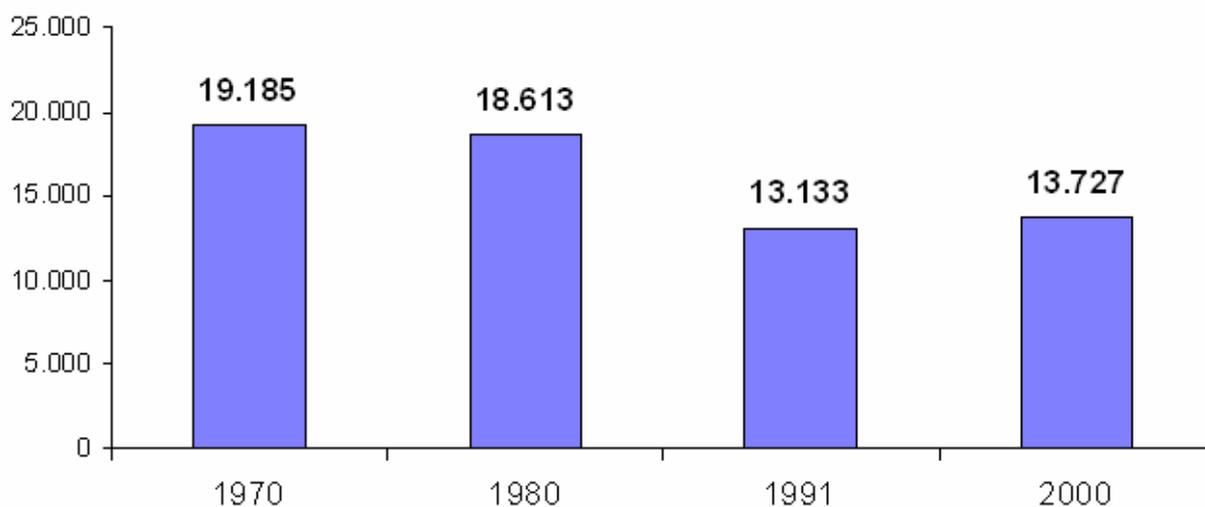


Gráfico 2 - População da Área Rural de Canoinhas-SC
Fonte: IBGE (2009b)

A população do campo alterou-se no decorrer das décadas. No período de 1970 a 1980 teve um decréscimo de 2,98% e de 1980 para 1991, reduziu-se a população do município de Canoinhas, em 29,44%. Devido à alteração dos limites municipais e criação do município de Bela Vista do Toldo, desmembrado de Canoinhas em 1994. Entretanto, observando os números de população dos anos de 1991 a 2000 da área rural de Canoinhas, constata-se que esse número aumentou em 594 pessoas, ou seja, 4,32%.

De acordo com (IBGE 2009), pesquisa realizada diretamente no escritório local de Canoinhas, esse aumento da população se deu pelas novas alterações dos limites territoriais, entre os municípios da região, ocorrido no período de 1991 a 2000.

Como se pode perceber, o número populacional do município de Canoinhas, no período de 1970 a 2000, teve alterações, tanto na área rural, como na área urbana, constatando-se pelo Gráfico 3.

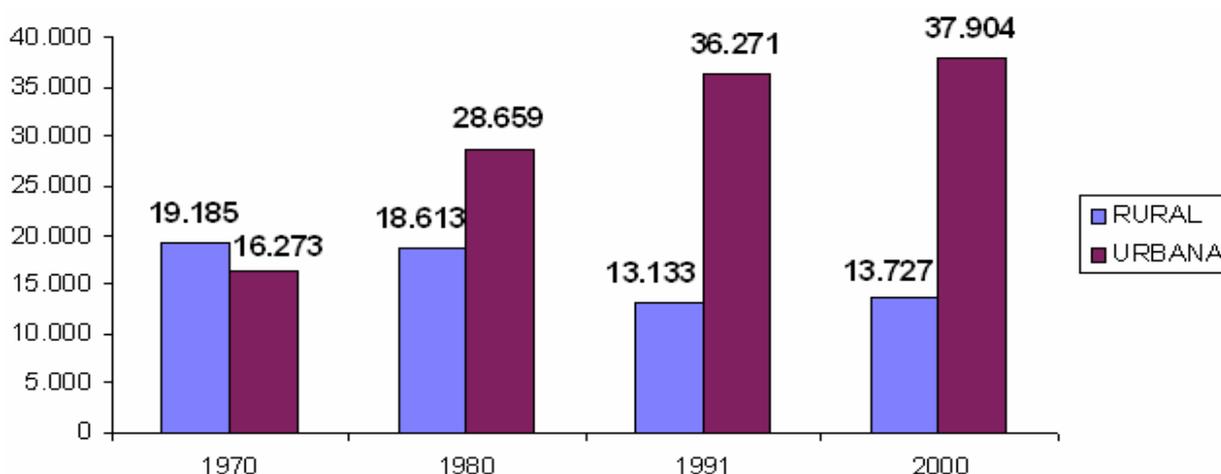


Gráfico 3 – População Geral de Canoinhas – urbana e rural entre os anos de 1970 a 2000
Fonte: IBGE (2009c)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Canoinhas é de 0,78. Está em 191º lugar na posição da Unidade Federativa (PNUD 2000); e o Índice de Desenvolvimento da Infância (IDI) 0,720 (Unicef 2004). A taxa de analfabetismo é de 5,8% pessoas com 15 anos ou mais, (IBGE, 2000).

De acordo com o Caderno do Movimento Econômico de Canoinhas de 2008, organizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a renda do

município é proveniente principalmente de quatro origens, como se pode visualizar no Gráfico 4.

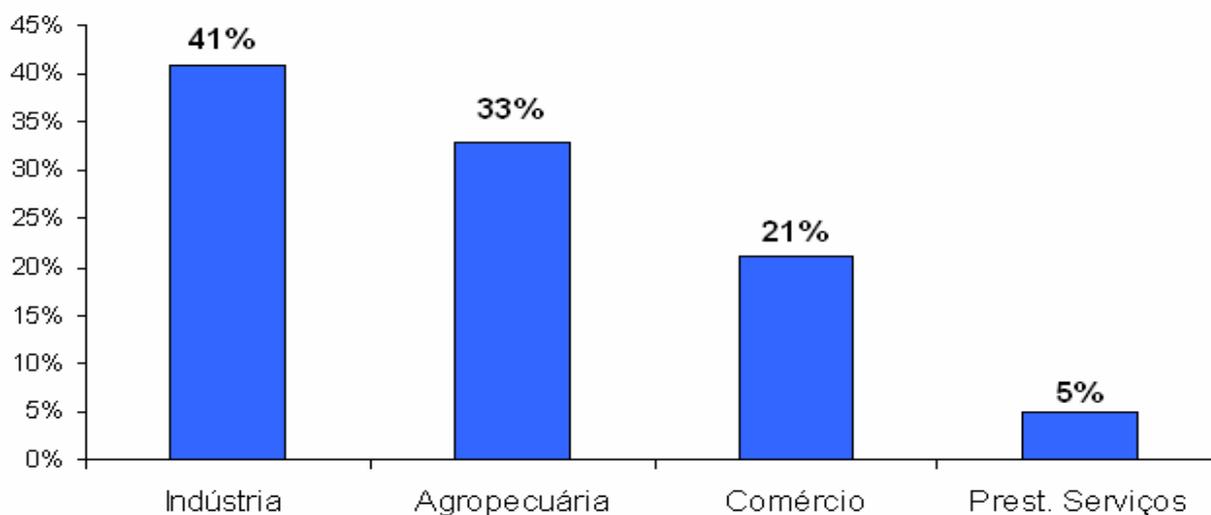


Gráfico 4 – Composição Econômica do Município de Canoinhas-SC

Fonte: Caderno do Movimento Econômico de Canoinhas-2008 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas-SC (2009).

No percentual da indústria, o setor madeireiro predomina com 62%, o setor papelero com 27%. Completando-se o percentual com cerâmica vermelha e extrativismo da erva-mate. No setor agrícola, destaca-se o cultivo de soja, milho e fumo, nas pequenas propriedades de agricultura familiar, que têm grande relevância econômica para o município e região, contabilizados nos percentuais do comércio², e na pecuária a terminação do bovino de corte.

De acordo com o levantamento da Afubra³ (2006), realizado no Planalto Norte Catarinense, Canoinhas possui 1.958 estufas de fumo na área rural. O Jornal Correio do Norte, publicou em 30 de junho de 2009, entrevistando o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canoinhas, o qual relata a situação da safra de fumo de 2009, salientando que apesar dos problemas climáticos na região que acelerou a colheita e diminuiu o rendimento do produto, os agricultores estão satisfeitos com a comercialização. Em média, o fumo foi vendido a R\$ 6,05 o quilograma, superando as expectativas dos agricultores e compensando as perdas de outros produtos cultivados na pequena propriedade.

² Fonte: Caderno do Movimento Econômico de Canoinhas/2008 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas-2009

³ Associação dos Fumicultores Brasileiros – Afubra (2006).

Por se um município que tem sua economia baseada no extrativismo e agropecuária entende-se a necessidade de direcionamento das políticas públicas para incentivar a formação e manutenção das 3.200 famílias de agricultores, residentes nas áreas rurais do município, de acordo com o LAC⁴/2004. Justifica-se também, a necessidade de direcionamento de atividades pedagógicas das escolas do campo, voltadas para a realidade econômica e social desse município.

As necessidades existentes na área rural de Canoinhas podem ser observadas no estudo do perfil e da percepção dos jovens das microbacias: Córrego de Souza, abrangendo as localidades de Rio d'Areia do Meio e salto d'Água Verde, na mesma localidade de Canoinhas-SC. Essa pesquisa foi realizada no ano de 2008, pela Universidade do Contestado - Campus de Canoinhas/Porto União, Curso de Serviço Social e Epagri – escritório local. Teve o envolvimento de jovens de 14 a 28 anos, totalizando em 325 jovens, população da pesquisa.

Entre as questões pesquisadas, o que mais chamou atenção foi à percepção dos jovens entrevistados em relação à área rural onde vivem. Destacam-se as dificuldades encontradas, de acordo com a conclusão da pesquisa (2008, p.113).

Percebe-se que os jovens pesquisados de ambos os sexos têm anseios, perspectivas, expectativas e desejos, inerentes a fase do desenvolvimento em que se encontram. É possível destacar que a vida urbana é referencial para quem vivem no meio rural planeje o seu futuro. Pode-se perceber que os pesquisados são influenciados pelas ferramentas da tecnologia a exemplo da telefonia celular. Estar em contato imediato com o próximo, já se tornou uma necessidade deles, não pelos mesmos motivos que os jovens do meio urbano podem justificar, mas por entenderem que eles têm direito ao usufruto desse bem. Mas a rotina da produção agropecuária já os fez pensarem que o atual quadro das políticas públicas não favorece o modo de produção do meio rural.

Essa pesquisa pode e deve servir de referência para a implementação de projetos e programas que oportunizem melhorias nas condições de vida atual e futura da população do meio rural de Canoinhas.

⁴ Levantamento Agropecuário Catarinense – LAC (2004).

3.3 PERFIL EDUCACIONAL DE CANOINHAS

3.3.1 Escolas Municipais

Considerando a caracterização econômica e social de Canoinhas, passa-se a apresentar as especificidades das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino (RME), todas localizadas nos bairros e área rural. Há necessidade de um Projeto Político Pedagógico que contemple as diversidades da área urbana e rural com qualidade de ensino.

No ano letivo de 2009, a Rede de Ensino compunha-se de 36 Unidades Educacionais. Na área urbana 06 Escolas Básicas Municipais (EBM), 04 Grupos Escolares Municipais (GEM) e 13 Centros de Educação Infantil (CEI).

A área rural, contexto desta pesquisa no ano de 2009, compõe-se de: 06 Escolas Básicas Municipais (EBM) e 07 Escolas Isoladas Municipais (EIM), totalizando em 36,1% das unidades escolares da rede de ensino. Como se pode observar na Tabela 1, o número de unidades escolares no campo alterou-se no período de 2005 a 2009, devido ao processo de nucleação de escolas multisseriadas.

Tabela 1 - Número de Escolas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas - área rural 2005-2009

Escolas do Campo				
2005	2006	2007	2008	2009
21	18	13	12	13

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009a)

De acordo com a Tabela 1, no ano de 2009, foi criada 01 (uma) unidade escolar. A Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas optou por criar essa unidade escolar com estrutura física, para atender a comunidade da Campina dos Adelinos. Esse processo de implantação ocorreu devido à necessidade de atendimento atual de alunos com idade escolar, séries iniciais do ensino fundamental, que residem há 100 km de distância da sede do município, localidade de difícil acesso. A decisão foi tomada após estudo realizado *in loco*, que não mostrou alternativa para transportar esses alunos para a unidade escolar mais próxima.

O investimento financeiro realizado pela SME, basicamente, provém do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional (EC) nº

53/2006. Regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou entre 1998 a 2006.

Os recursos financeiros transferidos à educação, considerado financiamento da educação, FUNDEB, são baseados no número de matrículas dos alunos, informadas pelo Censo Escolar em cada ano letivo, Programa Educacenso (MEC/Inep). O valor mínimo nacional pelo aluno ano, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados é organizado de acordo com a estimativa de receita do FUNDEB e no município.

A partir do ano de 2005, a distribuição do financiamento por aluno ano passou a ser diferenciada de acordo com o Decreto nº 5.374, de 17 de fevereiro de 2005:

Fixando, para o exercício de 2005, o valor mínimo anual por aluno de que trata o art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 1º Fica estabelecido, para o exercício de 2005, o valor mínimo de que trata o art. 6º, § 1º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, em R\$ 620,56 (seiscentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º Para fins do disposto no art. 2º da Lei nº 9.424, de 1996, e no art. 2º, § 1º, alínea "c", do Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997, ficam estabelecidos os seguintes fatores de ponderação para a diferenciação do custo por aluno no ensino fundamental:

I - 1,00 para os alunos das séries iniciais das escolas urbanas;

II - 1,02 para os alunos das séries iniciais das escolas rurais;

III - 1,05 para os alunos das quatro séries finais das escolas urbanas;

IV - 1,07 para os alunos das quatro séries finais das escolas rurais; e

V - 1,07 para os alunos da educação especial do ensino fundamental urbano e rural.

Parágrafo único. Em função do disposto neste Decreto, ficam fixados os seguintes valores mínimos nacionais garantidos pela União em 2005, para os alunos referidos nos incisos I a V do caput deste artigo.

(MEC/FNDE-2009)

Já em 2009, referenciando as matrículas informadas no censo escolar de 2008, a rede municipal de ensino de Canoinhas contou com uma receita anual do fundo e coeficientes dos recursos por ente governamental de R\$ 11.021.373,86. (onze milhões, vinte e um mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), proveniente do (MEC/FNDE-2009).

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Canoinhas-SC, há uma série histórica de aplicação de recursos dos últimos 05 anos na educação. Esses investimentos são relativos às receitas de impostos e transferências constitucionais, mínimo de 25%, conforme o Art. 212, da CFB/1988, que ocorreu da seguinte forma:

Tabela 2 – Investimento na Educação Municipal período entre 2005 - 2009

Investimento na Educação Municipal				
2005	2006	2007	2008	2009
28,37%	28,83%	28,41%	28,16%	30,14%

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Canoinhas/SC (2010).

Como se pode observar, a administração municipal de Canoinhas está investindo na Educação, de acordo com a legislação vigente.

Quanto aos recursos disponíveis nas treze unidades escolares do campo, pode-se dizer que aos poucos estão sendo equipadas. A rede de energia elétrica abrange 100% das escolas e comunidades do campo. A informática já é realidade em 09 escolas, as quais possuem laboratório em funcionamento. Os computadores são adquiridos através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - (ProInfo) disponibilizados pelo MEC/FNDE, 2009. Esse programa tem objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica.

Além desses equipamentos do ProInfo, as escolas realizam parcerias com empresas e entidades colaboradoras da Educação do Campo, para adquirir maior número de máquinas. Um exemplo de parceria é a empresa Souza Cruz que fez doação de 10 computadores, móveis e infraestrutura apropriada para a sala de informática para uma das escolas do campo.

A rede de internet ainda não chegou até as escolas do campo, devido à ausência de equipamentos adequados para captação do sinal no meio rural de Canoinhas. A internet via DSL tem alcance máximo de 3 km e abrange atualmente somente a área urbana. Em alguns pontos e locais do meio rural há internet via rádio, mas não possibilita o acesso para a maioria da população rural.

Em 07 escolas há disponibilidade de espaço adequado para bibliotecas em 06 com quadra de esportes. Há organização de espaço adequado para alimentação escolar em 11 escolas do campo, como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 - Infraestrutura das Escolas do Campo – 2009

Infraestrutura			
Lab de Informática	Biblioteca	Quadra de esportes	Refeitório
9	7	6	11

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009b)

As escolas rurais apresentam características físicas e de organização diferenciadas das escolas urbanas. Na área rural há necessidade do transporte

escolar diariamente para atender os alunos que residem em localidades diferentes e por vezes com certa distância da escola. A média de atendimento pelo transporte escolar realizado diariamente é de 2.500 alunos, entre alunos matriculados na rede municipal de ensino, como também alunos da rede estadual de ensino. São 4.235 km rodados por dia. Os gastos com transporte escolar terceirizado são altos, como se pode observar na Tabela 3.

Outro investimento diferenciado, além dos professores, gestores e suporte pedagógico e administrativo, lotados nas escolas do campo, é a existência do Técnico agrícola, contratado a partir do ano de 2006. Atualmente, são 04 profissionais da área técnica agropecuária, que desenvolvem atividades direcionadas em todas as escolas do campo, com atendimento em forma de rodízio, durante no período do ano letivo. Segundo dados do Departamento de Licitações da Prefeitura de Canoinhas – 2009, os gastos mais expressivos realizados nas escolas do campo foram realizados nos anos de 2008 e 2009, com previsões no orçamento municipal para 2010.

Tabela 4 - Investimentos nas escolas do campo de Canoinhas

ANO	Transp. Escolar	Salário Técn. Agríc	Constr./reformas
2005	1.472.085,96	-	-
2006	1.805.876,77	58.840,60	-
2007	2.227.233,50	56.314,70	-
2008	2.391.131,55	66.489,28	285.758,39
2009	2.234.795,45	70.000,00	278.973,97

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009c)

3.3.2 Corpo docente

Para atender a demanda de alunos matriculados no ano letivo de 2009, a SME conta com 606 profissionais lotados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, escolas urbanas e rurais, de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5 - Profissionais de Educação - Escolas Municipais de Canoinhas em 2009

Total de Profissionais			
Urbana		Rural	
nº	%	nº	%
405	66,8	201	33,2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009d)

A demanda das unidades educacionais, em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental na área urbana é atendida pela SME de Canoinhas, com 405 profissionais. Estes representam 66,8% do quadro de profissionais das Escolas e Centros de Educação Infantil. Na área rural, são 201 profissionais, resultando em 33,2% da Rede Municipal de Ensino. Esse total de 606 profissionais de educação, das escolas da rede, é formado por: gestores, professores, técnicos agrícolas e profissionais de apoio administrativo e pedagógico.

As tabelas, a seguir, apresentam o perfil profissional desses profissionais, especialmente dos educadores, atuantes diretamente em sala de aula.

Dos 201 profissionais, 141 estão envolvidos diariamente com os alunos do ensino infantil e fundamental em sala de aula das treze escolas do campo de Canoinhas.

A Tabela 4 demonstra a situação funcional desses 141 professores. Os professores ACT são em número maior nas escolas do campo, caracterizando uma situação de rotatividade entre a educação do campo.

Tabela 6 - Situação Funcional dos Professores do Campo - 2009

Efetivo		ACT	
nº	%	nº	%
60	42,5	81	57,5

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009e)

A maior parte dos professores que atuam nas escolas do campo reside no centro da cidade ou bairros urbanos do município, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 - Local de moradia dos professores

Cidade		Campo	
nº	%	nº	%
78	55,3	63	44,7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009f)

A presença de mulheres atuando como professora, nas escolas do campo é predominante, como mostra a tabela 8.

Tabela 8 - Perfil dos Professores por Sexo

Masculino		Feminino	
nº	%	nº	%
26	18,4	115	81,6

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009g)

Conforme os dados do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas (2009), nas escolas do campo existem ainda, professores cuja formação é somente do Ensino Fundamental, devido à ausência de professores habilitados para as escolas distantes da sede. Os demais professores estão em processo de formação ou já estão formados como se pode observar pela Tabela 9.

Tabela 9 - Formação acadêmica dos professores

Téc.						
Ens.Fund.	Agríc.	Curs. E.M.	Ens. Médio Curs. Grad.	Magist. Curs. Grad.	Graduação	Pós-Grad.
2	4	3	4	1	99	28
1,40%	2,80%	2,10%	2,80%	0,70%	70,20%	20,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009h)

O tempo de permanência dos professores nas escolas do campo influencia na sua integração com a comunidade escolar e local. Como se pode observar na Tabela 10, a permanência dos professores da RME está entre 5 a 10 anos.

Tabela 10 - Tempo de trabalho na escola do campo

Menos de 1 ano		1-5 anos		5-10 anos		Mais de 10 anos	
nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
3	2,1	15	10,6	76	54,0	47	33,3

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009i)

A rotatividade dos professores, durante o período letivo, é preocupante. Dessa realidade o processo de ensino e aprendizagem fica prejudicado, devido a SME ter que contratar outro professor, por períodos menores de tempo, que também não conseguirá criar vínculos com os alunos e o trabalho da escola. As solicitações de licença prêmio, direito do servidor público efetivo, por período de 3 meses a cada

5 anos de trabalho ininterrupto, de acordo com o Estatuto do Servidor Público Municipal de Canoinhas, Lei 2.305, de 03/07/1990, Art. 106, também contribui com essa rotatividade.

Como se pode observar, no ano de 2008 predominou os afastamentos de professores por Licença Prêmio e Desistências/Exonerações nas escolas do campo. Nas licenças de tratamento de saúde, incluem-se a licença maternidade e tratamento médico, predominando em 2009, (Tabela 11).

Tabela 11 - Movimentações dos Professores do Campo – 2007 a 2009.

Movimentação de Professores			
ANO	Lic. Prêmio	Lic. Saúde	Desistência
2007	1	7	6
2008	7	2	24
2009	6	8	21

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009j)

Os dados referentes a 2005 e 2006, período anterior ao da pesquisa, não foi possível localizar informações.

3.3.3 Corpo discente

Em relação ao número de alunos, que freqüentaram as escolas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas em 2009, estes totalizaram 6.583 matrículas, (censo escolar/2009) na Educação Infantil e Ensino Fundamental, séries iniciais e séries finais, somando as matrículas das escolas do meio urbano e do meio rural, conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Número Total de matrículas por nível de ensino da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas – 2009

Nível de Ensino	Urbana	Rural
Ed. Infantil	1558	196
EF - 1ª a 4ª	1610	975
EF - 5ª a 8ª	1322	922
Total	4490	2093

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC(2009l)

A Tabela 13 apresenta os números absolutos e percentuais das escolas do meio urbano e do meio rural da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas.

Tabela 13 – Matrículas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas/2009 - Área Urbana e Rural

Total de Matrículas			
Urbana		Rural	
nº	%	nº	%
4.490	68	2.093	32

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009m)

Em análise dessa Tabela, 33% dos alunos da rede municipal de ensino estão nas escolas do campo, (Censo escolar/2009), se analisar o total de matrículas da rede municipal de ensino de Canoinhas. É um número considerável de alunos que necessitam de atenção, educação de qualidade e contextualizada com o local.

O município de Canoinhas possui outras redes de ensino em nível de educação básica, rede estadual e particular, de acordo com os dados do Censo Escolar/2009, a rede estadual cadastrou no sistema educacenso 7.140 alunos, rede particular 604 alunos e a rede privada filantrópica 124 alunos. Diante destes dados o município de Canoinhas possuía em 2009, 14.451 alunos matriculados na educação básica, desde a educação infantil ao ensino médio. A prioridade das demais redes de ensino é oferecer ensino na área urbana, ficando para a rede municipal de ensino a responsabilidade do atendimento total no meio rural.

Os indicadores do IDEB (2007) demonstram as ações da SME de Canoinhas, no sentido de proporcionar melhorias na qualidade do ensino de toda a rede de ensino de sua abrangência. A inserção de programas e projetos vem carregada de objetivos que despertam o interesse e compromisso das comunidades escolares da rede de ensino. Os números apresentados pelo MEC/IDEB de cada ano letivo são indicadores educacionais que proporcionam a reflexão e estudo dos dados para o planejamento e avaliação das ações realizadas no decorrer dos anos letivos.

O Quadro 1 demonstra o DEB 2009, resultados da Prova Brasil em 2007, um instrumento de medida das competências leitora e matemática, aplicado aos alunos de 4ª séries (anos iniciais), 8ª séries (anos finais) e 3ª séries do ensino médio.

IDEB	Anos Iniciais		METAS		Anos Finais		METAS		Ensino Médio		METAS	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
BRASIL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
SANTA CATARINA	4,3	4,7	4,4	6,4	4,1	4,1	4,1	6,0	3,5	3,8	3,5	5,3
CANOINHAS R.M.E.	4,1	4,1	4,1	6,2	3,9	4,0	3,9	5,8	-	-	-	-

Quadro 1 - IDEB 2005/2007 e projeções para o Brasil, Redes de Ensino da Educação Básica.

Fonte: MEC/Inep (2009)

Nesse ano de referência (2007), os dados apresentados pelo IDEB referem-se ao total do Brasil, Estado de Santa Catarina, Rede Estadual de Ensino e especificamente os resultados da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas. De acordo com Quadro 1, nas séries iniciais do Ensino Fundamental atingiu-se a meta de 4,1 para 2007; nas séries finais, ultrapassou-se a meta do IDEB de 3,9, obtendo-se 4,0.

“A Prova Brasil ocorre de dois em dois anos, é na realidade um teste composto apenas de itens calibrados e pertencentes a uma escala previamente definida pelo MEC”. (MEC 2009, p.6).

Pelos indicadores do MEC/Inep/2007, os percentuais da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas são: taxa de Aprovação, 94,0% nas séries iniciais, e 91,8% séries finais.

As taxas de Reprovação e Abandono referem-se aos dados do MEC/Inep/2005; aprovação nas séries iniciais: 2,7%; finais 4,8%; e, a taxa de abandono nas séries iniciais de 0,3% e, nas séries finais, 0,9%. Esses resultados referem-se à totalidade das matrículas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas (urbana e rural), relativos ao ano de 2005 e 2007.

A distorção idade-série da rede de ensino é de 12,5% dos alunos da 4ª série, anos iniciais do (EF), acima da idade inadequada. Na 8ª série (EF) esse percentual é de 14,6%; na 3ª série do (EM) (Rede Estadual de Ensino), 20,3% (MEC/Inep/2005).

De acordo com o Plano de Ações e Metas (2008) da SME, organizado no Plano de Ações Articuladas (PAR), pretende-se atingir a taxa de aprovação, até 2012, em 95% no ensino fundamental, séries iniciais e finais. A reprovação por faltas, reduzir em 2%. Para reduzir em 5% a distorção idade/série, tem-se como

meta a implantação gradativa de programa de correção de fluxo, a ser iniciado em 2010.

Esses dados são relevantes e vêm sendo analisados com atenção em todas as Unidades Escolares, quando os gestores promovem reflexões, discussões e planejamentos condizentes a cada realidade, procurando, pelas atividades internas, realizar ações educacionais para estimular a elevação dos índices de desempenho. O objetivo da SME de Canoinhas é proporcionar melhoria na qualidade do ensino, formando uma rede de atividades sequenciais entre os níveis de ensino, abrangendo toda a educação básica.

Diante desses números, entende-se a importância e a necessidade de ações pedagógicas planejadas e direcionadas para nortear o desenvolvimento educacional da rede de ensino, elevando o nível de organização e adequação das atividades escolares, para se atingir o nível 6,0, meta do MEC, até 2021.

É importante ressaltar que as Escolas Rurais do Município de Canoinhas não realizaram a Prova Brasil no ano de 2005 e 2007, por isso, não se pôde avaliar o rendimento e desenvolvimento dos alunos pelos dados do IDEB nesses anos. Por ser um processo avaliativo por amostragem, oferece resultados de desempenho do Brasil, regiões, unidades da federação, municípios e para as escolas participantes, representa um importante instrumento para a melhoria da qualidade do ensino.

Pela Portaria Inep nº 87, de 07 de maio de 2009, a rede municipal de ensino de Canoinhas foi contemplada pela avaliação, Prova Brasil em 2009, tanto para as escolas urbanas, como para as escolas rurais, de acordo com a especificidade dessa legislação. Desse processo participaram 12 escolas, entre elas 6 são escolas da área rural. Por essa avaliação, pode-se analisar o desenvolvimento da educação do campo, mesmo de forma parcial.

O Quadro 2 apresenta resultados da Aprovação, Reprovação, Transferência e Evasão das escolas do campo, com comparativos entre os anos de 2005 a 2009.

ANO LETIVO	MAT. INIC.	MAT. FINAL	APROV.		REPROV.		ABAND.		ADMIT.		TRANSF.	
			NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
2005	2.247	2.192	1.996	93,86	196	5,81	19	0,33	173	5,70	209	9,26
2006	2.145	2.081	1.925	93,02	156	6,47	15	0,51	151	5,06	200	11,86
2007	2.208	2.146	2.032	95,61	114	3,62	26	0,77	120	5,65	156	7,46
2008	2.153	2.112	1.959	92,71	153	6,81	17	0,47	148	7,44	172	8,67
2009	2.132	2.081	1.955	95,65	126	3,81	16	0,53	101	4,66	136	9,34

Quadro 2 – Desempenho escolar das escolas integradas ao projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas, 2005 a 2009.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009n)

Outro dado importante na educação do campo é a questão do analfabetismo, pois se destaca 5,8% de analfabetos existentes no município (área rural e urbana), IBGE/2000. O Projeto Interdisciplinar de educação do Campo de Canoinhas também desenvolve ações de apoio para minimização do analfabetismo daquelas pessoas que não tiveram oportunidade de escolaridade na idade adequada.

O Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, desde 2005, vem realizando ações em conjunto com a Rede Estadual de Ensino de Canoinhas para reduzir o percentual de analfabetismo de pessoas com mais de 15 anos de idade. Diante disso, pode-se concluir que, no decorrer do período de 2000 a 2009, algumas dessas pessoas se alfabetizaram por conta dos programas de alfabetização de adultos que está sendo desenvolvido no município, por meio do Programa Nacional Brasil Alfabetizado.

Desde 2006, a SME, em parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA - Canoinhas realiza o processo de matrículas e apoio pedagógico para atender as turmas existentes no meio rural.

O apoio das parcerias mencionadas anteriormente, principalmente nesse caso, com a rede estadual de ensino, CEJA - Canoinhas soma-se esforços entre todos os envolvidos no processo educacional do município, tanto em ações diretas como indiretas, na educação formal ou informal.

3.4 A POLÍTICA SOCIAL PÚBLICA DA EDUCAÇÃO EM CANOINHAS

A preocupação em proporcionar educação de qualidade também com a população do campo é um desafio que está sendo superado pela SME de Canoinhas. No ano de 2009, o Conselho Municipal de Educação (CME), observando os avanços na educação do campo, deferiu a emissão de Resolução para alterações das denominações dos nomes das escolas 'isoladas' com o objetivo de valorizar e resgatar a autoestima desses sujeitos. Diante da resolução do CME o departamento de Lei e Decretos da Secretaria Municipal de Administração emitiu o Decreto nº 245/2009, alterando as denominações das Escolas Isoladas Municipais (EIM), para Escolas Rurais Municipais (ERM). (ANEXO 1).

O objetivo dessa alteração é valorizar o espaço onde a escola está inserida, eliminando o estigma de isolamento, proporcionando a construção de planos de desenvolvimento, oportunizando a equidade para todos.

Para proporcionar a Educação Básica completa aos alunos do meio rural em nível de Ensino Médio, a Secretaria Municipal de Educação mantém parceria com a Rede Estadual de Ensino. Essa parceria iniciou no ano de 2002, organizada por meio de extensões⁵ escolares estaduais, localizadas em 03 (três) unidades-sedes das localidades rurais de: Rio d'Areia do Meio, Rio do Pinho e Distrito de Felipe Schimdt. Os alunos do ensino médio utilizam as estruturas físicas, transporte e alimentação escolar das escolas municipais, totalizando em 305 alunos matriculados (censo escolar/2009) nas próprias localidades rurais. Para facilitar o acesso educacional por esses adolescentes, filhos de agricultores, as aulas do Ensino Médio são ofertadas nos três períodos, (matutino, vespertino e noturno), para que tenham a oportunidade de utilizar toda a estrutura das escolas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, conforme o Quadro 3.

Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Localidades Rurais	Nº de Matric.	Turno
EEB. Almirante Barroso	EBM. Maria Izabel de Lima Cubas	Rio d' Areia do Meio	148	M e V
EEB. Manoel da Silva Quadros	EBM. Rio do Pinho	Rio do Pinho	84	V
EEB. Irmã Maria Felícitas	EBM Benedito Therézio de Carvalho	Distrito: Felipe Schimdt	73	N
Total de Matrículas = 305				

Quadro 3 – Matrículas de Ensino Médio das Extensões Escolares da Rede Estadual de Ensino com atuação nas Escolas Rurais de Canoinhas.

Fonte: Secretaria das Escolas Estaduais de Canoinhas-SC (2009).

O objetivo da Secretaria Municipal de Educação com esse arranjo é proporcionar aos alunos egressos do Ensino Fundamental, a continuidade de seus estudos em nível médio nas localidades rurais, em escolas próximas às suas residências e, continuar a convivência integral com seus familiares e comunidades.

Em 2008, a Rede Municipal de Ensino de Canoinhas aderiu ao Programa Escola Ativa, com o Plano de Ações Articuladas (PAR) organizado pelo MEC. O objetivo é adequar à metodologia de ensino das escolas com turmas multisseriadas. A capacitação dos educadores teve início em 2009, inserindo-os nas estratégias de

⁵ Matrículas em nível de Ensino Médio – Extensões Escolares em parceria com a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina.

gestão de acordo com as orientações e direcionamentos do documento, Aspectos Legais de 2001, organizado pelo MEC.

Esse processo está sendo desenvolvido e avaliado pela equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Educação que realizam cursos de formação continuada, mensalmente e, acompanhamento periódico com visitas às escolas multisseriadas do meio rural.

O processo de nucleação das escolas do meio rural de Canoinhas foi realizado no campo. As unidades escolares das comunidades foram agrupadas por proximidades de forma a preservar a identidade, formando-se unidades sedes. Essa questão possibilitou o acesso para os alunos e professores.

De acordo com o texto enviado ao MEC/SECAD, Parecer CNE/CEB nº 23/2007.

O processo de nucleação de escolas rurais não é exclusivo do Brasil, uma vez que esse modelo, com diferentes nomenclaturas, aplicou-se em países tão diferenciados como Estados Unidos, Costa Rica, Índia, Irã, Colômbia, Canadá. No Brasil, as primeiras experiências situam-se nas décadas de 70 e 80 e foram ampliadas em decorrência da atual LDBEN e da criação do FUNDEF, de que resultaram uma acentuada municipalização no Ensino Fundamental. Este processo corresponde, na prática, ao fechamento ou desativação de escolas unidocentes (multisseriadas), seguido pelo transporte dos alunos para escolas maiores, melhor estruturadas e abrangendo ciclo ou ciclos completos, funcionando como núcleo administrativo e pedagógico.

Por esse processo, a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas já agrupou cerca de 50 unidades escolares com classes multisseriadas entre 1998 até 2009. Esse processo abrangeu as escolas municipalizadas e as próprias da rede municipal de ensino, com as mesmas características de turmas multisseriadas. A realização desse processo oportunizou diferentes formas do ensino e aprendizagem, conquistando a aceitação dos pais e comunidades.

A municipalização de ensino em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental, realizada em 1997, foi uma estratégia do governo estadual, concretizando por meio do Decreto nº 2.344, de 21 de outubro de 1997, no qual transferiu ao município a execução das atividades de gestão das escolas rurais. A partir de 1997, a Rede Municipal de Ensino integrou à sua gestão, 30 (trinta) Unidades Escolares, entre Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Multisseriadas, todas localizadas na área rural do município. A integração dessas escolas à rede municipal de ensino se deu pelo Decreto nº 031, de 16 de março de

1998. A partir dessa data, a Secretaria Municipal de Educação assumiu a responsabilidade de atendimento e desenvolvimento de todo o processo educacional da área rural⁶.

É importante salientar que esse processo de municipalização não ocorreu somente no município de Canoinhas, mas em todos os municípios do Estado de Santa Catarina. Foi uma estratégia do governo estadual para transferir as responsabilidades de atendimento da Educação Infantil e Ensino Fundamental para os municípios, amparado no Art.11, da LDB/96, que trata da organização da educação nacional, com base no Art. 4º, (LDB/96), que determina o direito à educação e dever do estado de educar.

Em 1997, o governo do Estado de Santa Catarina lançou o projeto de nucleação das escolas multisseriadas, com o objetivo de reduzir o número de escolas rurais, em especial as escolas isoladas compostas de turmas multisseriadas. A intenção do projeto é oportunizar melhorias de ensino e aprendizagem aos alunos e profissionais das escolas rurais, organizando as turmas de alunos de acordo com a idade/série em salas unisseriadas. Esse projeto foi acatado pelos municípios catarinenses, devido ao acúmulo de escolas integradas às suas redes de ensino, principalmente às localizadas nas áreas rurais. Deste então, Canoinhas, como outros municípios do Estado, adotaram esse sistema para reduzir as classes multisseriadas ao máximo possível. A desativação e/ou paralisação dessas escolas ocorreu por meio de decretos municipais, após processo de conscientização, discussão e estudo das viabilidades e possibilidades entre Secretaria Municipal de Educação e comunidades escolares, observando e cumprindo as normas e objetivos específicos aos alunos e professores, com alimentação adequada, transporte escolar e principalmente a garantia de melhoria da qualidade do ensino nas escolas núcleos/sedes. Os professores passaram a concentrar suas responsabilidades somente no ensino e aprendizagem, garantindo apoio pedagógico e administrativo a ser praticado por outros profissionais da escola.

⁶ A partir de 1998, as Escolas da Rede Estadual de Ensino, localizadas na área rural foram integradas oficialmente a Rede Municipal de Ensino dos municípios, processo de municipalização do ensino, em nível de educação infantil e ensino fundamental.

De acordo com Alves (2009, p.110),

[...] é indisfarçável a indignação que permeia o diagnóstico da situação educacional dominante no campo, traduzida nas denúncias contra as práticas escolares vigentes, que omitem as específicas necessidades do campo e desenraizam socialmente as crianças e jovens.

Essas práticas escolares desvinculadas com o campo acontecem pela falta de direcionamento das atividades pedagógicas, e isso está incluída a formação do professor, e gestão das secretarias de educação que administram o processo de ensino e aprendizagem, das escolas do meio rural. São vários fatores que envolvem a descontextualização das atividades pedagógicas e cada município, região ou estado precisa ter, primeiramente definido, qual a realidade local e como deve ser trabalhada a educação desse local.

A contextualização das atividades escolares é o ponto central do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, pensado e planejado para abranger todas as escolas localizadas na área rural do município, de acordo com as especificidades locais. Em 2005, ano de criação e implantação do Projeto, totalizavam 21 Unidades Escolares, com atendimento de alunos em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Entre as quais: 06 Escolas Básicas Municipais (EBM), 01 Grupo Escolar Municipal (GEM) e 14 Escolas Multisseriadas, nomeadas como Escolas Isoladas Municipais (EIM).

Durante esse período, a SME continuou realizando o processo de nucleação nas unidades escolares com maiores possibilidades de acesso, reduzindo para treze escolas na área rural, no ano de 2009.

Outra ação de política pública local é a implantação do Projeto Pedagógico do Programa de Educação de Jovens e Adultos, Formação Inicial e Continuada (PROEJA-FIC). A “Kombi” do conhecimento: Uma proposta inovadora na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no meio Rural de Canoinhas. Esse projeto é constituído por uma parceria entre Prefeitura de Canoinhas, Secretaria Municipal de Educação e Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC). Essas entidades têm como objetivo, integrar o conhecimento básico do ensino fundamental com a informática, incluindo pessoas acima de 18 anos. A inicialização do curso está previsto para o segundo semestre de 2010 nas comunidades rurais de Canoinhas, realizando-se em unidades escolares sedes do meio rural.

Também considera-se como ação de desenvolvimento educacional local, a implantação do Projeto de capacitação de Jovens da Agricultura Familiar do Planalto Norte Catarinense, denominado de 'Profissionalização da Agricultura Familiar: enfrentando desafios e construindo alternativas'. Este projeto é desenvolvido pela UnC – Canoinhas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, aprovado pelo CNPq, Edital 23/2008.

Com início no primeiro semestre de 2009, atende inicialmente, uma turma de adolescentes e jovens de 12 a 18 anos de idade na localidade Arroios, Canoinhas, integrando alunos do ensino fundamental e médio com desenvolvimento na EBM. Guilhermina Veiga Ferreira, situada na mesma localidade.

O projeto inovador, criado pela UnC, tem como objetivo geral: “estimular os jovens do campo a vislumbrarem perspectivas de permanência no campo por meio de moderna gestão da propriedade rural” (UnC, 2008, p. 13).

3.4.1 Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas

Diante da legislação vigente e em busca de adaptação de proposta pedagógica direcionada às escolas do campo, a partir do ano de 2005, a SME de Canoinhas vem estruturando e desenvolvendo ações conjuntas entre gestores públicos, professores, pais, alunos e técnicos das entidades parceiras⁷, introduzindo como forma de organização e direcionamento do trabalho pedagógico o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo. O objetivo desse Projeto é estudar formas de reorganização do currículo escolar básico, voltado às especificidades de cada comunidade escolar rural, adaptando ações e estratégias interdisciplinares

⁷Prefeitura Municipal de Canoinhas, Secretarias Municipais, Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR, 26ª Gerência Estadual de Educação, Associação de Pais e Professores (APPs), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A (EPAGRI), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Escola Técnica Dama, Escola Aprovação, Escola Agrícola Vidal Ramos (CEDUP), Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), Universidade do Contestado de Canoinhas (UnC), Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA), Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (CMFUNDEB), Comitê Vale do Rio Canoinhas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Produtores Rurais, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa Rigesa, Empresa Milli, Associação dos Fumicultores Brasileiros (Afubra), Empresa *Alliance One* Brasil Exportadora de Tabacos, Empresa Souza Cruz, Cooperativa Regional Alfa Ltda (Cooperalfa), Cooperativa Crédito Rural Vale Canoinhas Ltda (Credi Canoinhas).

relacionadas a cada contexto escolar, estabelecendo vínculo entre o cotidiano e a cultura local.

O Projeto foi amparado no Art. 28, da LDB/1996, seguindo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002. O objetivo do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas, para o meio rural do município de Canoinhas, não é somente abranger as disciplinas curriculares organizadas na Educação Básica, com a interdisciplinaridade, mas também, integrar as parcerias e a população rural no desenvolvimento das ações. O destino das ações prioritárias a ser desenvolvido a curto, médio e longo prazo, objetiva alcançar o desenvolvimento do meio rural de forma duradoura, objetivando desta forma, a sustentabilidade das ações, organizadas no plano municipal de desenvolvimento rural e plano de ações e metas da SME.

Integrando-se aos objetivos de desenvolvimento no meio rural, o sistema educacional do município de Canoinhas propõe atividades relacionadas à inclusão da população do campo, pela educação formal, com o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, o qual abrange as 13 (treze) unidades escolares localizadas na área rural/2009, conforme Tabela 14.

Tabela 14 – Unidades Escolares e respectivas localizações rurais

UNIDADES ESCOLARES	LOCALIDADES RURAIS
1.EBM Alberto Wardenski	Salto d' Água Verde
2.EBM Barra Mansa	Barra Mansa
3.EBM Benedito Therézio de Carvalho	Felipe Schimdt
4.EBM Guilhermina Veiga Ferreira	Arroios
5.EBM Maria Izabel de Lima Cubas	Rio d' Areia do Meio
6.EBM Rio do Pinho	Rio do Pinho
7.EIM Bonetes de Cima	Bonetes de Cima
8.EIM Campo dos Buenos	Campo dos Buenos
9.EIM Campina do Ribeiro	Campina dos Ribeiros
10. EIM Menino Jesus	Fartura de Baixo
11. EIM Prof ^a . Edemita Conceição Rosa	Paula Pereira
12. EIM Campina dos Adelinos (extensão da EBM. Barra Mansa)	Campo dos Pontes
13. EIM Sítio dos Corrêas (extensão da EBM. Barra Mansa)	Sítio dos Corrêas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009o)

Para visualizar as localidades das unidades escolares rurais, demonstradas na Tabela 14, apresenta-se mapa de Canoinhas na Figura 1.

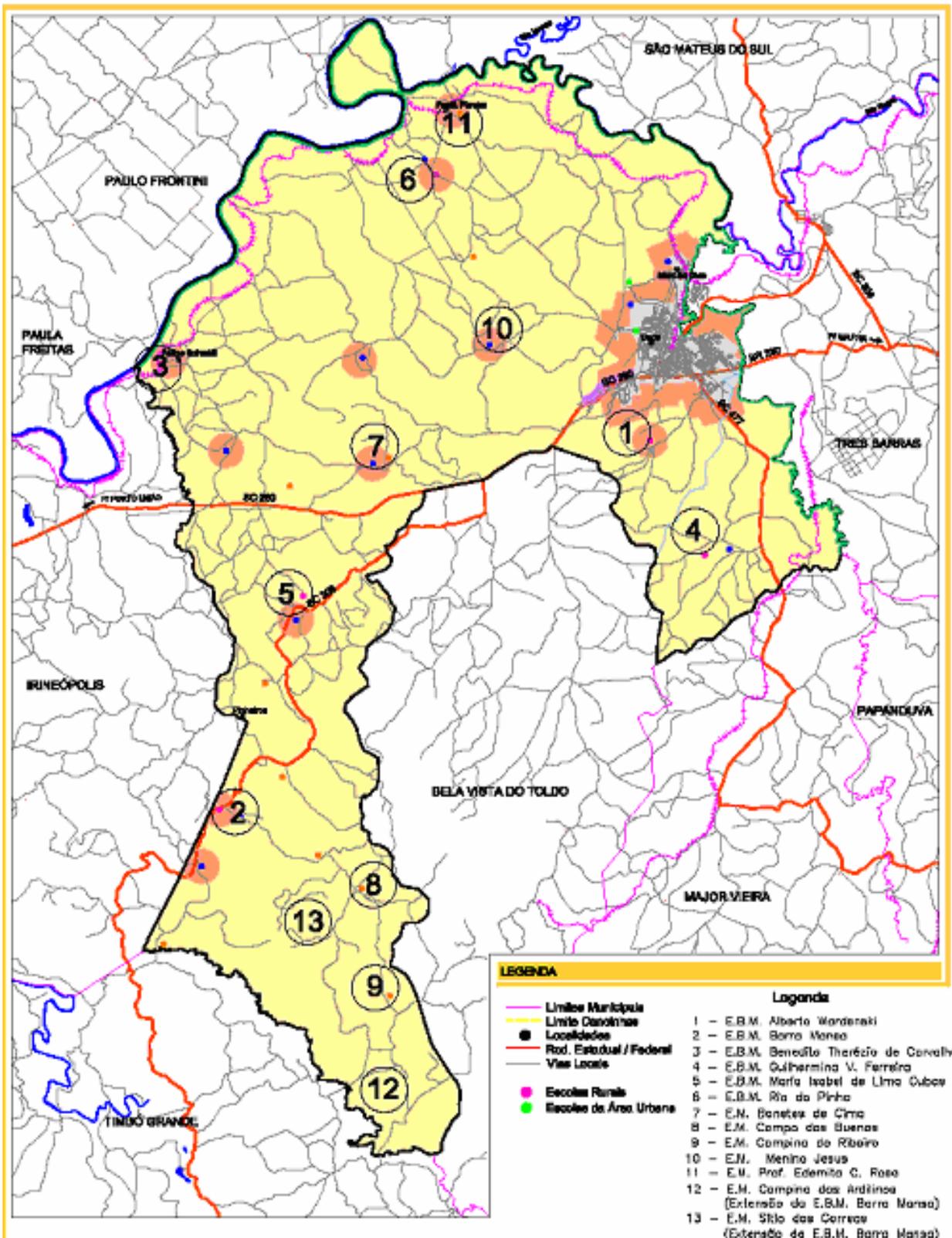


Figura 1 - Mapa da Região de Canoinhas – Localizando as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino - Área Rural - 2009

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Obras de Canoinhas-SC (2009).

É importante salientar que o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas, integra em seu desenvolvimento mais duas Unidades Escolares: GEM. Reinaldo Krüger e GEM. Ney Pacheco de Miranda Lima, localizadas no meio urbano do município.

A justificativa para esse atendimento é o percentual significativo de alunos matriculados nessas escolas, provenientes do meio rural. Diante dessa característica escolar, e pelo desempenho do projeto, os pais dos alunos solicitaram atenção especial nas atividades escolares básicas, bem como no período contraturno, introduzindo atividades direcionadas para o campo.

Desde o início do Projeto (2005), essas duas unidades escolares estão integradas às ações propostas pelo projeto, tendo resultados nas atividades desenvolvidas pelos professores, técnicos agrícolas, alunos e pais.

Canoinhas é um município que tem sua economia baseada, em parte, na agropecuária e extrativismo, daí entende-se a necessidade de direcionamento das políticas públicas educacionais voltadas para a formação das famílias dos agricultores. Principalmente quando se observa o percentual de população residente na área rural, (26,59%) de acordo com (IBGE, 2000), esta população anseia por atividades educacionais desenvolvidas para as suas especificidades.

Diante disso, o conhecimento dos avanços e desafios, no que diz respeito à Educação do Campo no Município de Canoinhas, no período de 2005 a 2009, trará subsídios para novas iniciativas a serem executadas a respeito da qualidade do ensino na Educação do Campo.

A implantação do Projeto Interdisciplinar de Educação no Campo originou-se da iniciativa e organização da Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, atendendo às solicitações formalizadas por representantes e líderes das localidades rurais e locais. Entre eles, os integrantes, membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA). As reivindicações dos conselheiros para esse projeto partiram da construção do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, organizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, lançado em 2007. Durante a elaboração desse Plano, os membros representantes da Secretaria Municipal de Educação traçaram objetivos e metas propondo adequações na educação rural do município de Canoinhas. Outro fator importante para a criação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo foi o

levantamento das demandas levantadas na execução do Projeto Microbacias 2, (Projeto da Epagri) nas localidades rurais entre 2004 e 2005, em Canoinhas.

As reuniões para mobilizações e levantamento das demandas ocorreram em todas as áreas de cobertura das microbacias do município de Canoinhas, que conseqüentemente abrange todas as Escolas da Rede Municipal do meio rural. Esse levantamento norteou-se pela metodologia de mobilização comunitária, conduzida pelos profissionais da Epagri, por meio de questionamentos dos grupos de pessoas de cada comunidade, observando a produção agropecuária das famílias, problemas e dificuldades existentes no meio rural. Maiores informações sobre o Projeto Microbacias 2, estão descritas no (APÊNDICE -1) desta pesquisa.

Segundo os levantamentos das reuniões do Projeto Microbacias 2 (2002), especificamente na questão educacional das localidades rurais de Canoinhas, os anseios e necessidades da população do campo foi salientado da seguinte forma:

Melhoria do nível de conhecimento geral e específico; melhoria no ensino público; adequação da matriz curricular das escolas rurais; educação 'deficiente', o que quer dizer deficitária, não atende as necessidades da população do campo; falta de resgate cultural e valores familiares; nível de conhecimento, "pobre", o que quer dizer, descontextualizado com a realidade do aluno; ausência, ou falta de acesso a biblioteca pública; materiais escolares fora do contexto; ausência de cursos de Alfabetização para adultos; necessidades de conhecimento em nutrição e saúde; ausência de ensino/cursos profissionalizante nas áreas agrícola para adolescentes e jovens; falta de acesso a informática nas escolas; falta de formação e prevenção do uso adequado de agrotóxicos; incentivo a novas alternativas de renda; falta de motivação pessoal e profissional; ausência de núcleo escolar que ofereça atendimento a creche e jardim para crianças de 0 a 6 anos de idade, (DIAGNOSTICO MICROBACIAS – 2 CANOINHAS, 2002).

Em análise a essas necessidades levantadas com a população rural, composta por pais e familiares dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, houve a necessidade de criação de ação imediata. O Projeto Interdisciplinar foi à alternativa pensada pelos gestores da SME para atender, de forma ampla, essas reivindicações, consideradas coerentes e necessárias para o desenvolvimento educacional do meio rural e, conseqüentemente, do município. Essa alternativa de desenvolvimento educacional para a educação do campo foi uma alternativa encontrada pela SME, visto que, até (2005), a SME realizava gestão pedagógica comum na rede de ensino, independente da localização e contextualização das escolas, meio urbano ou rural. Para Canoinhas, esse foi o

momento oportuno para planejar e realizar ações educacionais condizentes com o meio rural e o Projeto Interdisciplinar foi uma alternativa de trabalho aceita pelas comunidades escolares do campo.

Com o prosseguindo das discussões, criou-se o Fórum Municipal de Educação do Campo, com a participação de organizações governamentais e não governamentais interessadas e preocupadas com o desenvolvimento rural. Com uma comissão executiva, composta por técnicos e especialistas da área educacional, definiram-se objetivos específicos de curto, médio e longo prazo, tendo por base o objetivo geral: viabilizar programa de ensino de educação do campo, voltado às necessidades específicas, de cada comunidade, pela inserção de novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, visando ao desenvolvimento, conscientização, modernização e valorização das atividades rurais com estímulo à fixação do homem no meio rural. Esses objetivos específicos são:

- Oferecer Palestras e Cursos de Formação Continuada aos professores e profissionais das escolas do campo;
- Oportunizar aos gestores, professores, pais e alunos momentos para planejamento, apresentações e avaliações das ações de forma participativa em cada comunidade escolar.
- Integrar as secretarias municipais e parcerias, buscando o comprometimento profissional e técnico de forma multidisciplinar, melhorando a qualidade e diversidade das atividades sustentáveis da população rural.
- Propor nucleação nas Escolas Municipais, multisseriadas, com número de matrícula inferior a 20 alunos, com condições de segurança e acesso aos alunos e professores.
- Desenvolver proposta de alfabetização e letramento das séries iniciais do ensino fundamental, adaptando conteúdos curriculares, através de projetos direcionados por eixos temáticos, de acordo com a especificidade de cada comunidade rural.
- Proporcionar alfabetização de jovens e adultos, buscando o apoio de entidades educacionais parcerias.
- Solicitar junto à Gerência Regional de Educação/Canoinhas, adaptações no currículo escolar em nível de Ensino Médio, prioritariamente nas extensões das Escolas da Rede Estadual de Ensino;
- Oportunizar a elevação da escolaridade através da formação e qualificação profissional para jovens agricultores nas áreas do campo, buscando parcerias de Escolas credenciadas.
- Convidar as entidades governamentais e não governamentais de Canoinhas a formular projetos inovadores, que sejam adaptáveis, tanto em áreas rurais, como urbanas do Município, com o objetivo de diversificação do trabalho e geração de renda; (PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CANOINHAS, 2007, p.8).

Um dos avanços da educação do campo em Canoinhas é a participação das organizações parceiras, que continuam acreditando e apoiando o Projeto

Interdisciplinar de Educação do Campo. A participação é direta e ativa, oferecendo capacitações dos professores, visitas, planejamento e avaliações das ações. As reuniões do Fórum acontecem semestralmente, nas quais há integração entre os professores das escolas do campo e os demais integrantes do Fórum.

As capacitações dos educadores do campo em Canoinhas ocorrem desde a implantação do Projeto, conforme Tabela 15.

Tabela 15 – Formação Continuada para educadores do campo de Canoinhas – 2005- 2009.

Formação Continuada para Educadores do Campo	
2005	Palestras informativas - Temas contextualizados com o campo (20h/a)
2006	I Seminário de Educação do Campo - Oficinas Pedagógicas: (20h/a)
2007	II Seminário a Interdisciplinaridade na Educação do Campo (20h/a)
2008	III Seminário de Educação do Campo - Projeto de desenvolvimento (20h/a)
2009	IV Seminário de Educação do Campo - Nosso Contexto (20h/a)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC (2009p)

No primeiro ano de implantação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, 2005, a SME de Canoinhas iniciou as atividades, realizando palestras informativas nas escolas. Foi uma forma de introdução de assuntos relacionados ao contexto escolar. O apoio das organizações parceiras contribuiu pela disponibilização de seus profissionais, como forma de integração de suas organizações às escolas do campo.

Neste primeiro ano, as palestras tiveram como tema: Educação Sanitária, ministrada pelo técnico da CIDASC, Empreendedorismo e Sucesso Rural, pelo Professor da Escola Técnica Dama e; A importância do Turismo Rural, realizada pelo Professor do Curso de Turismo da UnC-Canoinhas. Essas palestras tiveram como público alunos e professores das séries finais do Ensino Fundamental das escolas do campo.

O objetivo da introdução desses assuntos, abordados pelos profissionais de outras organizações, foi o de abrir possibilidades de novos conhecimentos no contexto escolar. Dessa forma, também mostrar aos gestores e professores das escolas do campo, outras maneiras de desenvolver conhecimento mais generalizado, fazendo com que a escola desenvolva sua autonomia e contribua com a comunidade escolar.

Em dezembro de 2005, a SME, pela Coordenação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, apresentou os objetivos e a justificativa da implantação do

Projeto para o Conselho Municipal de Educação. Depois da apresentação, o Conselho Municipal de Educação (CME) realizou considerações e aprovou a iniciativa, emitindo o Parecer nº 010/2005 (ANEXO 2).

No ano de 2006, ocorreu o lançamento do Projeto Interdisciplinar Educação do Campo, na reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. Nessa oportunidade, além dos conselheiros, fizeram-se presentes autoridades municipais, gestores públicos e de entidades privadas, professores, pais de alunos das escolas do campo e organizações parceiras. Foi o marco para que os objetivos do projeto fossem colocados em prática e se tornasse política pública municipal, tendo como aprovação a Resolução nº 01 do CMDA/2006 (ANEXO 3).

Com a aprovação do Projeto pelos Conselhos, principalmente o CME, foram contratados 06 Técnicos Agrícolas, com carga horária de 20 horas semanais por processo seletivo elaborado e executado pela SME. Com mais esse profissional disponível, as escolas elaboraram seus planos de ação, com a participação de toda equipe da escola.

Ainda no início do ano letivo de 2006 a SME foi novamente buscar o apoio das parcerias para realizar o I Seminário de Educação do Campo. O evento realizou-se em forma de oficinas pedagógicas direcionadas ao campo, com os seguintes temas: cuidados sanitários e higiene; empreendedorismo na escola; associativismo na escola; planejamento da propriedade rural. As palestras foram ministradas por técnicos da Epagri, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Escola Técnica Dama.

Para que o Projeto fosse identificado por todos os envolvidos no processo, foi criado um logotipo, por meio de concurso na modalidade de desenho, relacionado ao contexto do campo (ANEXO 4).

Todos os alunos das escolas do campo tiveram a oportunidade de participar. Após a execução do trabalho, organizou-se equipe de educadores da SME e representantes das escolas do campo para avaliar e escolher o logotipo que melhor contextualize a realidade do campo de Canoinhas.

As capacitações para os educadores do campo prosseguiram no ano letivo de 2007, com o II Seminário de Educação do Campo, abordando o tema: Interdisciplinaridade na Educação do Campo. Contou-se com o apoio dos técnicos da Epagri e de Educadora da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC.

Neste caso o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo abrange além da escola e das disciplinas trabalhadas pelos professores. É uma forma de chamar atenção das entidades parceiras sobre a educação e formação do campo em todos os seus aspectos.

Nesse mesmo ano (2007), ocorreu a organização do Fórum de Discussões e Planejamento Estratégico para a Educação do Campo de Canoinhas. Os membros do Fórum compõem-se de pessoas vinculadas ao desenvolvimento do município, principalmente ao meio rural.

Com essas ações em andamento tanto pedagógicas, quanto administrativas, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina (FETAESC), Florianópolis-SC, convidou a SME de Canoinhas para participar e apresentar a experiência da educação do campo de Canoinhas – Rede Municipal de Ensino, no Seminário de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Nesse evento, discutiu-se sobre o desenvolvimento do território de Santa Catarina, relacionando-o à educação do campo.

No ano de 2008, o III Seminário de Educação do Campo abordou o tema: Projeto de desenvolvimento. As palestras foram realizadas por educadores da Universidade Federal de SC e Técnicos da FETAESC, apresentando a legislação e trajetória da educação do campo.

Em 2009, o IV Seminário de Educação do Campo de Canoinhas, teve como tema: Nosso Contexto. Fez com que os educadores do campo realizassem reflexões a respeito do município de Canoinhas, salientando a água, solo e a realidade dos demais recursos naturais existentes. As palestras foram realizadas por técnicos e educadores das organizações parceiras: (Epagri, Escola Técnica Vidal Ramos, UnC-Canoinhas e Comitê da Bacia do Rio Canoinhas).

Entre a formação continuada, reuniões e discussões sobre o tema Educação do Campo, especialmente em nível local, a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, por meio de seus representantes e gestores, foi convidada pelo Instituto de Educação do Campo, Centro de Ciências da Educação (CED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a integrar-se do Fórum Catarinense de

Educação do Campo (FOCEC)⁸. O objetivo é que a SME levasse as experiências desenvolvidas com a educação do campo no município de Canoinhas, compartilhando com as entidades composta pelo FOCEC, o qual foi criado em 2008 para unir forças e realizar discussões sobre a efetivação de educação do campo no Estado de Santa Catarina.

O objetivo do FOCEC é apoiar e incentivar os municípios catarinenses na formação de alunos para o curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, oferecido pela UFSC; criar turmas de jovens agricultores de 18 a 29 anos para o Programa Saberes da Terra, apoiado pela Secretaria de Estado da Educação de SC; ampliar as relações com a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de responsabilizar a execução da legislação, realizando ações de parceria com as secretarias municipais de educação, formalizando pacto para o desenvolvimento da educação do campo em todo estado de Santa Catarina.

Pelas participações da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, especialmente professores das escolas do campo, pode-se analisar que está havendo boa atuação dos professores na realização das discussões, pois se percebe o envolvimento nas ações e preocupação com a continuidade do Projeto.

O I Fórum de Educação Ambiental Escolar, realizado em Canoinhas, no ano de 2006, contou com a participação de escolas da rede municipal, estadual e particular de ensino dos municípios de: Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira Três Barras e Porto União. Este fórum foi organizado pela 26ª Gerência de Educação de Canoinhas, Secretarias Municipais de Educação e Empresa Rigesa, pelo Projeto Aprendendo com a Árvore (PACA). A SME, por meio da Educação do Campo, apresentou projetos interdisciplinares desenvolvidos nas escolas.

Representantes de educadores e gestores das escolas do campo e SME participaram o Seminário de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, organizado pela FETAESC, em Florianópolis-SC, no ano de 2007, quando

⁸ O Fórum Catarinense de Educação do Campo (FOCEC) é composto por representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAESC) UFSC/Instituto Educampo, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Centro Vianei de Educação Popular, Movimento das Mulheres Campesinas, Via Campesina, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), INCRA/Proneira, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Secretaria de Estado da Educação (SED), União dos Dirigentes Municipais (UNDIME).

apresentaram as experiências da interdisciplinaridade na educação do campo, mostrando ações desenvolvidas e as suas formas de planejamento.

Ainda em 2007, dezessete educadores, representantes da SME e das escolas do campo, participaram do curso para educadores de educação do campo, promovido pela FETAESC (Florianópolis). Esse curso apresentou a história da educação do campo, seus avanços e desafios, demonstrando a conquista de incluir, esse tema nas políticas públicas. Com ações em desenvolvimento e a ousadia em inovar, os municípios de Santa Catarina buscam exemplos dos municípios que possuem experiências práticas, para implantação de projetos semelhantes em seus municípios, observando as características semelhantes de desenvolvimento do meio rural.

No primeiro semestre do ano de 2009, a SME foi convidada a apresentar suas experiências e animar a comunidade rural de Major Gercino-SC.

Neste mesmo ano, a coordenação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas, demonstrou pelos registros de ações, que a educação pode contribuir com a preservação do solo, participando da Campanha de Uso e Manejo do Solo, no município de Mafra-SC. Essa campanha é ação da Epagri, parceira do projeto de Canoinhas.

Ainda no ano de 2009, a FETAESC, parceira do projeto, novamente proporcionou curso de formação continuada em Florianópolis, a 24 educadores que foram representar a educação do campo de Canoinhas. Este encontro foi realizado por professores da UFSC e técnicos da própria FETAESC, teve como objetivo estudar a realidade do campo brasileiro, mostrando as perspectivas de futuro dos jovens do meio rural e refletindo sobre o papel da educação na construção de um novo mundo rural.

Na continuidade deste encontro, os 24 educadores de Canoinhas realizaram uma visita no município de Santa Rosa de Lima-SC, próximo a Florianópolis. A intenção desta visita foi mostrar as diversas possibilidades de geração de renda e transformação econômica desta localidade rural. No encontro pode-se observar que os jovens estão integrados no planejamento e gestão das propriedades familiares, garantindo a sustentabilidade das atividades locais.

Quando as ações demonstram a realidade concreta, passam a ser acreditadas pelas pessoas. Tornam-se exemplos e podem ser aproveitadas para a

realização de outras ações, em outros lugares. Com isso o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo também fez parte das discussões proporcionada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), no II Fórum CONTAG de Educação do Campo em Brasília, no ano de 2009. A participação da SME de Canoinhas serviu de referência, integrando-se aos seminários temáticos do evento.

O objetivo geral do Fórum é formular Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário no Meio Rural, que contempla as diversidades sociais e regionais do país. (CONTAG, 2008, p. 11).

Entre participações e capacitações envolvendo professores e gestores das escolas do campo, há também a colaboração e parceria do (SENAR), que realizou cursos para todas as escolas do campo, trabalhando temas tais como: ervas medicinais, cultivo, identificação e utilização. Esses cursos abrangem: professores e pais das escolas do campo.

É importante salientar que nas capacitações e participação nas discussões relativas à educação do campo são planejadas e observadas às especificidades do que se quer atingir.

De acordo com Souza (2006, p. 24), “[...] conhecimento requer compromisso, planejamento, reflexão e indagação especialmente. Surte do encontro (estabelecimentos de relações) entre saberes científicos reconhecidos e aqueles saberes do cotidiano, da experiência”. Concordando com a citação e buscando cada vez mais subsídios para entender a educação do campo como um todo e suas partes, os cursos de formação de educadores do campo e participações em eventos, proporcionados em Canoinhas, possibilitam reflexões no sentido de diferenciar as ações para o nosso local, nesse sentido, auxilia na forma de planejar novas ações que podem ser realizadas com as escolas do campo.

A emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência de experiências. Nesse sentido, é importante voltar ao objetivo geral do projeto de educação do campo de Canoinhas e salientar que, no momento da elaboração do Projeto (2005), o objetivo geral tinha uma intenção emergencial, diante das necessidades e críticas levantadas pelas pessoas que ajudaram a construir os diagnósticos, não se aprofundando no termo ‘fixação’.

Atualmente pode-se interpretar a palavra 'fixar', conforme Lovato (2008), citando a afirmação de Abrão (1986, p. 32):

[...] no sentido da população do campo, busca-se as origens do ruralismo, iniciado na década de 1920, no movimento conhecido como Ruralismo Pedagógico, cuja idéia estava imbuída pelo regionalismo do país e a fixação do homem no campo. Esse movimento ruralista continha uma doutrina de cunho sentimental com exortação do meio rural.

O objetivo do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas pode ser comparado com que diz Antônio; Lucini (2007, p. 179), citando Calazans (1993). "A idéia de fixação do homem ao campo exaltava de forma romantizada uma educação voltada à 'vocação' do país, entendida como agrária. Da terra deveria o homem retirar a sua felicidade e somente nela conquistaria o enriquecimento próprio e do grupo social do qual fazia parte".

Na verdade, o Projeto não tem essa intenção pedagógica e administrativa de querer fixar alguém num determinado lugar, onde não se tenha vínculos sociais, culturais, econômicos e educacionais, necessários para o bem estar das pessoas.

As ações do Projeto são voltadas, para defender uma educação que favoreça o bem-estar do homem no campo, formando-o e oportunizando-lhe acesso ao conhecimento com qualidade.

Continuando com a citação Antonio; Lucini (2007, p. 179),

Esse ideal pedagógico se perpetuará por muitas décadas e podemos dizer que somos seus herdeiros, pois a idéia de uma educação vocacionada ressurgem em todos os momentos que a educação do campo é discutida, embora os significados desta 'vocação' possam diferir. O entendimento comumente realizado parece estar sedimentado na concepção de educação rural, como aquela que, além de ensinar a ler, contar e escrever, pode incluir técnicas agrícolas em seu currículo e assim estará contribuindo para fixar o homem no campo.

Nesse sentido, a finalidade do projeto é inserir práticas educativas diferenciadas, isto é, compromissadas com os interesses e a emancipação dos educandos. Entende-se que é à base da formação profissional e pessoal que determina a permanência do trabalhador num determinado lugar, norteando seu rumo. A mobilidade espacial é um fator intenso nos dias de hoje, próprio do movimento que o sistema capitalista perfaz para sua acumulação na atualidade, caracterizada pela flexibilidade e vulnerabilidade do mercado. Esse entendimento é suficientemente claro para que os gestores do projeto planejem e avaliem as ações

constantemente, procurando satisfazer as necessidades apontadas pela população do campo de Canoinhas.

Diante das reivindicações e provocações desafiadoras, a SME motivou-se para elaborar um projeto de trabalho centrado na necessidade e caracterização do município, tendo atenção para não deixar o currículo básico em defasagem e sim acrescentar metodologias e estratégias de ensino de forma interdisciplinar.

Sendo assim, os ganhos com o trabalho interdisciplinar, nas escolas do campo, são muitos, e não somente para os alunos. Todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem estarão preparados nos vários setores do conhecimento.

Essa forma que aos poucos se organiza uma equipe multidisciplinar com atividades interdisciplinares para inserir novas práticas pedagógicas no currículo escolar básico, visando ao desenvolvimento, conscientização, modernização e valorização das atividades rurais, como propõe o objetivo geral do projeto.

As ações do projeto em reorganizar ou adaptar o currículo básico está em conformidade com a concepção de Saul *apud* Antônio; Lucini, (2007, p. 186).

As opções que buscam reorganizar o currículo das escolas do campo, em seus aspectos de participação coletiva não apenas restritas ao planejamento curricular, mas também aos elementos didáticos, metodológicos, são dimensões socioeducativas situadas na dinâmica permanente de decisão do ensino e da aprendizagem. Portanto são opções em que a comunidade, os educadores, educandos e escolas tomam como mobilizadoras sobre suas próprias construções curriculares como um 'processo em constante construção, que se faz e se refaz [...] como um caminho onde a participação do atores que interagem no processo educativo é condição da sua construção'

De forma planejada e constantemente avaliada, as atividades escolares e as propostas de trabalho ganham formas, baseadas nos dois eixos norteadores do projeto:

- 1) eixo Humano: desenvolvendo atividades direcionadas à alimentação, saúde e saneamento, higiene e doenças, sexualidade, vida familiar e social, trabalho - economia geral - crédito rural, administração da propriedade, do lar e planejamento em geral, ciência e tecnologia, cultura, artesanato, associativismo e cooperativismo.
- 2) eixo Agrossilvipastoril: desenvolve os conteúdos básicos, salientando o meio ambiente, agricultura, fruticultura, olericultura, silvicultura, solo, mecanização agrícola, agrotóxicos, saneamento ambiental, paisagismo e jardinagem, irrigação e drenagem, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, suinocultura, avicultura, piscicultura, pequenos animais e olericultura. (PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2007, p.24)

Todos esses assuntos são integrados nas áreas de conhecimento básico comum, contextualizados e adequados nos conteúdos propostos pelas disciplinas de:

língua portuguesa, matemática, ciências, geografia, história, língua estrangeira, arte, educação física e educação religiosa (na forma do Art. 33 da LDB/1996).

Para a segurança do professor em sala de aula, a SME, promoveu reuniões e discussões para a realização do planejamento anual. Os professores foram reunidos por nível de ensino, educação infantil, séries iniciais e séries finais. Em grupos organizaram o planejamento das atividades como forma de direcionamento do trabalho pedagógico. As atividades foram pensadas de acordo com os eixos do projeto, integrados ao currículo básico. Os planejamentos realizados pelos professores foram avaliados e estruturados pela SME e, posteriormente, distribuídos para as escolas do campo.

Com amparo legal, as escolas do campo realizam atividades em contraturno para os alunos, de acordo com o interesse e capacidade de espaço físico e de profissionais de cada unidade escolar. De acordo com o Art. 23 LDB/1996, a carga horária dos alunos é garantida; “[...] de diversas formas de organização, sempre que o interesse de aprendizagem, assim o recomendar”.

Complementando com o Art. 7º, § 2º das Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo (2002):

As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuarem aprendendo assim o exigirem.

As atividades geralmente são chamadas de oficinas pedagógicas, tais como: atividades com enxertia, cultivo de mudas, artesanatos, pintura, dança, música, leitura, informática, pesquisa, visitas para estudo, preservação de nascentes, entre outras atividades. Essas atividades são consideradas a parte diversificada do currículo do ensino fundamental, pois envolve os conteúdos e atividades escolhidas em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, de acordo com as características regionais e locais.

Com isso, as aulas práticas de maior interesse dos alunos são realizadas no período contraturno, para as quais contam com o apoio do técnico agrícola e professores disponíveis da escola, de acordo com as possibilidades de cada comunidade escolar e suas peculiaridades locais.

Essa proposta inovadora garante a formação integral do aluno está nos objetivos propostos pelo Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, porém, pretende-se demonstrar em qual tendência pedagógica esse trabalho está articulado. Analisando-se as quatro modalidades ou tendências, entende-se que o sistema de ensino municipal de Canoinhas está mais voltado, pedagogicamente, para a primeira e a segunda tendência: ruralista e urbanizadora. Na primeira, por ser almejada pelas pessoas que vivem no campo. Como instituição educacional que deve ser adequado à realidade dessas pessoas, com características próprias e também, por ser uma proposta pensada para apoiar, com atividades inovadoras, a permanência ou decisão própria das pessoas para ficar no campo, com alternativas de renda organizada, reduzindo a migração para a cidade. Desta forma, se evitará o êxodo rural e aglomerações nos bairros da cidade. Na segunda, pela preocupação em adequar as estratégias de ensino, viabilizando-se formação continuada dos educadores, de acordo com o contexto em que estão trabalhando, somando-se o apoio dos técnicos agrícolas que fazem parte do quadro de profissionais das escolas do campo, justamente para integrar a teoria com a prática educativa de forma efetiva.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 ESTUDO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Para estudar o sistema educacional brasileiro e as suas orientações que subsidiaram a proposição e o desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas-SC, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Com esse material buscou-se os subsídios utilizados a respeito das mudanças de paradigmas relacionados à educação do meio rural.

Pelas bibliografias utilizadas, a exemplo de Vendramini (2007, p.123), pode-se entender que a educação do campo não surgiu no vazio e nem foi iniciativa das políticas públicas, mas desponta até hoje, por meio de reivindicações dos movimentos sociais organizados em cada local, principalmente dos trabalhadores do campo que sofrem com a ausência de condições materiais e educação contextualizada.

Para proporcionar educação do campo de acordo com o contexto socioeconômico do meio rural, surge à necessidade de analisar o percentual populacional residente no meio rural de Canoinhas, foi de 26,59%, (IBGE 2000), o que chama a atenção para a redução da população rural nos últimos 30 anos. Essa situação não é característica somente de Canoinhas, pois de acordo com Vendramini (2007, p. 121) a redução da população do meio rural é questão nacional. No Brasil, a população rural está reduzida a 19% e as causas do êxodo rural estão ligadas às dificuldades socioeconômicas pelo que passa o país. Essas causas são destacadas pela inviabilização da agricultura e fortalecimento do agronegócio para exportação.

Contextualizando essas causas gerais do país com o meio rural de Canoinhas, observam-se as mesmas características: crescimento do agronegócio e extrativismo de *pinus* e eucalipto para exportação. Enquanto a agricultura familiar luta pela sua sobrevivência, cultivando em pequenas áreas de terra a fumicultura e alimentos para subsistência das famílias.

Para implementação de política social pública de educação em nível local, especialmente no meio rural, a SME de Canoinhas embasou-se na Lei 5.692/71, a qual salienta a preocupação com o desenvolvimento socioeconômico do país, dando enfoque ao analfabetismo da área rural. Seguindo com a observação da CFB de

1988, Art. 205, a que descreve a educação como direito de todos e dever do estado e da família, a ela deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Na seqüência, analisou-se a LDB/1996, que descreve, em seu Art.28, a proposição de medidas e adaptações para implementação da educação do campo. A especificidade da LDB proporcionou melhor entendimento das legislações, iniciando-se as discussões em torno da educação do meio rural.

Com esta pesquisa, foi possível entender e confirmar a teoria de Vendramini (2007), a qual diz que a educação do campo surgiu dos movimentos organizados do e pelo campo. Dessa forma, a leitura sobre o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, promovido pelas organizações governamentais e não governamental realizado em 1997, que demonstrou a força e a união das pessoas na delimitação do conceito emitido aos povos do campo, destaca o respeito à sua cultura e a seu modo de vida. Logo em seguida a instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária reforçou a participação e o direito dos povos do campo como cidadãos comuns.

A mobilização e iniciativa dos movimentos organizados resultaram na realização I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em 1998. De acordo com Vendramini (2007, p.123), essa conferência, “[...] inaugurou uma nova referência para o debate e mobilização popular: Educação do Campo e não mais Educação Rural”. Segundo Arroyo; Caldart; Molina (2004, p.16). “Este evento foi uma espécie de “batismo coletivo” da luta dos movimentos sociais e dos educadores do campo pelo direito a educação”. Já a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, se desenvolveu, especialmente, com o objetivo de discutir formas para efetivar uma política pública específica e permanente para a educação do campo.

Também foi realizado o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo em 2005. O interesse do MEC/MDA em organizar esse evento teve como objetivo ampliar e aprofundar as reflexões sobre educação do campo, disponibilizando dados e relatórios para consulta pública.

O FOCEC é um mecanismo de discussão e reflexão importante, que proporciona motivação e conhecimento no sentido de viabilizar adequações necessárias e adaptação das escolas do campo, fazendo com que os gestores públicos da SME de Canoinhas sintam-se amparados e subsidiados no desenvolvimento das ações locais e estaduais.

Em se tratando de sistema de ensino municipal, este necessita de embasamento legal para desenvolver ações. A decisão ou adesão do MEC em deliberar grupo permanente de trabalho específico, para estudar e ouvir as causas do campo foi o referencial para a SME de Canoinhas, de que a educação do campo faz parte dos planos de governo federal e, nesse sentido, pode ser considerada política pública de educação.

Outra forma de embasamento e legitimidade de que é possível organizar e desenvolver ações na educação do campo foi o lançamento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução nº 001/2002, aprovada pelo CNE/CEB. Essa Resolução tornou-se marco inédito na perspectiva de formulação e implementação de políticas de educação no campo, em especial como subsídio para direcionar as ações nas escolas do campo e também para inserir reflexões sobre a forma de como poderá ser conduzida a educação do campo.

Como se pode perceber, o MEC continua apoiando e implementando a política pública de educação do campo. Em 2008, lançou as Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo, por meio da Resolução nº 002, de 28 de abril de 2008, as quais foram aprovadas pelo CNE.

Para os municípios que ainda possuem escolas no meio rural, a exemplo de Canoinhas, a criação da SECAD/MEC, proporciona acesso às Secretarias Municipais de Educação, mantendo diálogo a respeito da educação do campo, possibilitando adesão em programas pedagógicos a exemplo do Programa Escola Ativa, existente na rede municipal de ensino de Canoinhas.

Na equipe de professores, que atuam nas escolas do campo de Canoinhas, ainda não há aqueles com formação específica para a educação do campo. Porém, pode-se acreditar que com o apoio e entendimento do MEC sobre essa necessidade, será possível oferecer curso de graduação ou pós-graduação a exemplo do Programa de Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), disponibilizado pela SECAD/MEC. Dessa forma, os professores poderão se especializar nas disciplinas e conteúdos direcionados para a educação do meio rural.

A trajetória de discussões, desafios, dedicação de grupos e integração das organizações e movimentos da sociedade civil e do governo, são considerados avanços na educação do campo. São esses avanços e também os desafios que fazem com que a SME de Canoinhas continue sendo incentivada para implementar ações na política pública de educação no campo.

Foram esses avanços e a leitura da trajetória vivida pelos movimentos, que levaram o município de Canoinhas, especialmente a Rede Municipal de Ensino, a ousar na criação de um Projeto inovador e interdisciplinar para a Educação do meio rural.

O Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas está embasado na citação de Kolling; Nery; Molina (1999, p.29), “[...] não basta ter escolas no campo, é preciso construção de escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado as causas, aos desafios, aos sonhos, à história e a cultura do povo trabalhador do campo”.

Pela orientação do segundo objetivo específico, a pesquisa se desenvolveu a partir da gestão administrativa e pedagógica realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas, enfocando, em especial, as escolas do meio rural.

A contextualização do estudo desta dissertação desenvolve-se pela análise e apresentação da realidade socioeducacional de Canoinhas, tendo como parâmetro a implementação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo no município.

Como é possível observar, pelos dados e descrições anteriores da pesquisa, a Rede Municipal de Ensino é a única fonte de educação formal em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental no meio rural.

Diante disso, o atendimento às treze escolas, entre as quais: Escolas Básicas, Grupo Escolar e Escolas Multisseriadas são mantidas e gerenciadas pela SME. Do total de 36 unidades escolares na Rede Municipal de Ensino, 36,1% fazem educação do campo.

Sobre o período pesquisado (2005 a 2009), pode-se notar que houve alteração dos números de unidades escolares existentes no meio rural do município. Destaca-se que, entre 2005 a 2008, ocorreram desativações de 09 unidades escolares. Essas desativações foram realizadas pelo processo de nucleação, transferindo alunos e professores para unidades escolares núcleos, com melhores

condições de infraestrutura física e de pessoal, objetivando proporcionar melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos e professores.

Ao analisar-se os números de estabelecimentos de ensino do meio rural, no período pesquisado, identifica-se uma tendência de queda nesta variação de nucleações, salientando-se que, no ano de 2009, a SME de Canoinhas responsabiliza-se pelo atendimento escolar de mais uma localidade rural, denominada Campina dos Adelinos. Essa localidade é de difícil acesso e é distante de outras escolas. Dessa forma, não se torna viável o transporte escolar.

Com a criação dessa Unidade Escolar, integrada ao Programa Escola Ativa, por ser caracterizada multisseriada, a RME de Canoinhas totalizou 13 escolas localizadas no meio rural. Isso significa que todas as localidades estão sendo atendidas com Educação do Campo planejada para a realidade local.

Para atender a demanda de alunos matriculados, a SME conta com 606 profissionais lotados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, das escolas urbanas e rurais. Esse total divide-se entre: diretores escolares, professores e pessoal de apoio administrativo e pedagógico. No meio urbano, totalizam 405 (66,8%) e no meio rural são 201 (33,2%), profissionais atuando na educação municipal.

De acordo com o censo escolar (2009), a SME cadastrou e atendeu 6.583 alunos em nível de educação infantil e ensino fundamental. No meio urbano são 4.490 (68%) matrículas na Rede de Ensino. No meio rural, a educação do campo soma 2.093 (32%) alunos matriculados, filhos de agricultores canoinhenses.

Aqui se pode fazer referência ao questionamento de Vendramini (2007, p. 124), sobre qual educação é necessária ou requerida para esse espaço? Diria então, para esse percentual de alunos (32%), filhos de agricultores do município, geradores de economia e da história local, a educação deve ser contextualizada e de qualidade, favorecendo a formação de futuros gestores e preservadores das propriedades rurais do município.

O desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar e do Programa Escola Ativa, referenciados na pesquisa, estão propiciando educação de qualidade e contextualizada para os alunos matriculados no meio rural?

Diante do quadro de alunos e professores das escolas do campo da RME, destaca-se o perfil dos 141 professores, equivalente a (70%) do total, atuantes diretamente em sala de aula.

Inicia-se pela situação funcional dos professores das escolas do campo, na qual a predominância é de (ACT), totalizando 81 (57,5%) professores. O problema dessa situação é a rotatividade desses educadores.

Em cada início de ano letivo há a escolha de vagas para professores ACT, realizada por processo seletivo na SME. Esses professores são contratados para desempenhar atividades pedagógicas durante o ano letivo. Em muitos casos para cobrir licenças temporárias, o que agrava ainda mais a situação.

Essa problemática, pela qual passam as escolas do campo todos os anos letivos, pode ser comparada com a citação de Alves, (2009, p.124), quando faz a seguinte observação: “[...] os professores quase sempre são figuras do meio urbano”.

De acordo com os números de professores ACT, citados acima, essa é a conclusão a que se chega, em relação à rotatividade e a impossibilidade do professor criar vínculos com a comunidade escolar onde atuam. Somente 200 dias letivos, ou por vezes, menos ainda, não são suficientes para se conhecer a realidade do aluno, sua história, cultura, costumes e as necessidades que devem ser trabalhadas no meio rural.

Outra questão é a instabilidade do emprego, pois sabendo que é temporário, não motiva o profissional a planejar para longo prazo, nem a se formar para tal. Sem contar que a formação continuada, oferecida pela SME, fica totalmente prejudicada, pois não há continuidade de formação para esses professores.

Outra questão importante abordada na pesquisa foi o local de moradia dos 141 professores, destacando a consequência da rotatividade.

Diante dos dados, comprova-se que 78 (55,3%) deles se deslocam diariamente de suas casas do meio urbano para trabalhar nas escolas do campo. Problemática apontada por Arroyo (2006, p.114), enfatizando que:

[...] o que enfraquece a escola do campo são os fracos vínculos que têm o corpo de profissionais do campo com as escolas do campo. Não é um corpo nem do campo, nem para o campo, nem construído por profissionais do campo. É um corpo de que está de passagem no campo e quando pode se liberar sai das escolas do campo. Por aí não haverá nunca um sistema de educação do campo!

Diante dessa dificuldade, a SME de Canoinhas planeja aumentar os percentuais de professores efetivos, preferencialmente com formação e capacitação, residente no campo, evitando dessa forma, os transtornos de transporte e adaptação desses professores, bem como, a redução dos afastamentos e desistências durante cada ano letivo. Concordando com Arroyo (2007), essa decisão significa dar prioridade a políticas de formação de educadores do campo e para o campo.

Como se pôde observar no capítulo 3, a movimentação de professores pelo processo de desistência predominou nos últimos anos, (2008 e 2009). Segundo informações da SME/2009, essas desistências são, principalmente, nas séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries), dos professores das disciplinas específicas que residem na área urbana. Das causas das desistências, não se têm dados, mas pode-se entender esse processo com o que diz Arroyo (2007, p.171):

O corpo de docentes e gestores que chega a cada dia à escola rural, sem conhecer os significados dessa tensa realidade na formação das crianças, dos adolescentes, jovens ou adultos do campo não terá condições de ser educador, docente, gestor condizente com a realidade local.

A falta de conhecimento da realidade do campo pode ser considerada como conseqüência, para as desistências dos professores.

Outro fator curioso na educação do campo em Canoinhas é a predominância de professoras do sexo feminino. Estes totalizam 115 (81,6%), enquanto que professores do sexo masculino somam 26 (18,4%). Revela um modelo de educação do século passado, no qual a função de educar, principalmente na área rural, ficava por conta das mulheres professoras.

Quanto ao grau de formação dos professores atuantes em sala de aula, há avanço na RME de Canoinhas, pois há predominância dos professores graduados e pós-graduados, totalizando 127 (90,20%), dos 141 professores.

Mas não se observa a mesma situação de formação de professores das áreas rurais em nível de Brasil. De acordo com (MEC/Inep 2002), apenas 09% dos professores atuantes nas séries iniciais do Ensino Fundamental apresentam formação superior, 91% não possuem habilitação adequada.

Na comparação entre a situação do Brasil e a realidade de Canoinhas, foco da pesquisa, a formação dos professores pode ser considerada um avanço na educação do campo, são somente 05 (3,50%) dos professores ainda não possuem

formação adequada, estes se encontram em processo de formação nas escolas, universidades e faculdades do município e/ou região.

A predominância de graduados e pós-graduados é um ponto positivo para a qualidade de ensino, mesmo que essa formação não seja especificamente, programa de formação de educação do campo.

Diante da necessidade de formação para o campo, a SME vem solicitando parceria à UFSC e Universidade Aberta do Brasil (UAB), para proporcionar cursos de graduação e pós-graduação na área específica do campo, atendendo as reivindicações dos próprios professores do município de Canoinhas.

De acordo com Arroyo (2007, p.167),

Os movimentos sociais reivindicam que nos programas de formação de educadores do campo seja incluído o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões do campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar.

Essas questões condizem com a realidade de Canoinhas e será o necessário para a formação continuada dos professores, no sentido de propiciar formação contextualizada com a própria história e características socioeconômicas e educacionais.

Para analisar o tempo de permanência dos professores nas escolas do campo, tomou-se como parâmetro o período de 1 a 10 anos ou mais. Nesse quesito há predominância está entre 5 e 10 anos, com 76 professores (54,%), em seguida estão os que trabalham por mais de 10 anos nas escolas do campo como docentes com o número de 47 (33,3%).

Na comparação com a situação dos professores, efetivos e ACT, os números não se equivalem, pois a predominância está nos ACT. Então, se deduz que os professores contratados temporariamente, acabam geralmente voltando, no ano seguinte, para as escolas onde já trabalharam no ano anterior. Na minoria, ou seja, 18 professores ACT atua nas mesmas escolas de 1 a 5 anos.

Diante dessa situação, pode-se entender que a questão de ser ACT ou efetivo não altera a permanência dos professores no meio rural. Pois eles sempre voltam para as escolas do campo. Com essa análise, a SME pode continuar motivada a realizar educação continuada aos professores, pois de alguma forma há seqüência e continuidade nas atividades educacionais do campo.

Com referência aos recursos financeiros investidos nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, tendo-se como base 2005 a 2009, constata-se que estes são prioritariamente da receita de impostos e transferências constitucionais e composição do FUNDEB. Por meio de pesquisa realizada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Canoinhas, os investimentos ultrapassaram, em todos os anos, o mínimo de 25% estipulado pela CFB/1988, obrigatoriedade a ser investido na educação.

Quanto aos investimentos, especificamente para a educação do campo em Canoinhas, observa-se que o transporte escolar, serviço terceirizado, consome percentual significativo do orçamento da SME. Salientando-se que no ano de 2009, foi investido, somente em transporte escolar, 20% do recurso do FUNDEB.

Entende-se esse serviço necessário e prioritário, devido à extensão territorial do meio rural e o número de escolas e alunos que foram agrupados pelo processo de nucleação ocorrido desde 1998.

Quanto aos investimentos na infraestrutura física das escolas do meio rural, foi demonstrado pela SME, que estes ocorreram em maior proporção nos anos de 2008 e 2009. Segundo dados pesquisados, no ano de 2009, foram construídas duas unidades escolares para atender as classes multisseriadas nas localidades de Sítio dos Corrêas e Campina dos Adelinos. As demais construções e ampliações de salas de aula, cozinhas, refeitórios e banheiros, priorizando as necessidades de determinadas escolas do campo.

Com o Programa Luz para Todos do governo federal, 100% das comunidades mesmo as mais distantes da sede do município, também foram contempladas com energia elétrica, possibilitando a inclusão de recursos tecnológicos. Com isso oportunizou informática em 09 unidades escolares, equivalente a (69,2%) das escolas do meio rural. Os laboratórios de informática são compostos com computadores do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), disponibilizados pelo MEC/FNDE, 2009.

A dificuldade para a complementação do acesso à informação é a ausência de rede de internet banda larga nas escolas, dificultando pesquisa *on line* nas escolas.

Para incentivar a leitura e pesquisa, 07 (53,8%) escolas do campo, possuem bibliotecas, com acervos condizentes com os níveis de ensino atendidos pela escola. Em certos casos, os acervos são condizentes com o meio rural.

Porém, observa-se que mais escolas deveriam possuir bibliotecas com diversidade de acervo, para que esses materiais de pesquisa auxiliassem o planejamento das aulas do professor e atividades dos alunos, direcionadas à especificidade do campo.

A Educação do Campo deve abranger além da escola, as ações devem estar interligadas e presentes nos movimentos sociais e na organização do povo, para a realização de atividades significativas da população do campo. Os materiais disponíveis, tanto na área de pesquisa como inclusão digital, devem proporcionar acesso de toda comunidade.

Para a prática desportiva e de lazer, 06 escolas do campo, (46,1%) da totalidade, possuem quadras de esportes, as demais unidades escolares realizam atividades desportivas em outros locais com área verde, não impossibilitando as atividades educativas externas. Ainda há inexistência de locais com área coberta para essa prática desportiva nas escolas do campo. O que vem confirmar a pesquisa realizada por (MILANI *et al.*, 2008, p. 113) quando os jovens reclamam da falta de espaços para lazer, acesso à tecnologia, entre outras necessidades importantes para a qualidade de vida no meio rural.

Os espaços para realização da alimentação escolar, refeitórios nas escolas do campo, encontram-se organizados em 11 escolas. Entende-se como um dos espaços necessários, principalmente nas escolas do campo, devido à permanência de alunos em contraturno na escola e a realização das refeições nos intervalos de aula. A alimentação escolar na RME é distribuída para 100% das escolas, com acompanhamento nutricional da equipe multiprofissional da SME.

Os indicadores do IDEB, (2007) comprovam a dedicação da SME de Canoinhas, no sentido de proporcionar qualidade de ensino em toda a sua rede de ensino. A inserção de programas e projetos inovadores vem carregada de objetivos que despertam o interesse, dedicação e compromisso nas comunidades escolares da RME.

Na avaliação da Prova Brasil (2007), nos anos iniciais do ensino fundamental (4ª série), a Rede Municipal de Ensino de Canoinhas atingiu a média 4,1 na escala

de avaliação proposta pelo MEC no ano de 2007. E nos anos finais do ensino fundamental (8ª série) ultrapassou a meta proposta pelo MEC, media de 3,9 atingindo a média, 4,0 na rede municipal de ensino.

Esses indicadores estimulam a realização de atividades inovadoras por todos os envolvidos no processo educacional. Pois a avaliação das competências do aluno é resultado do empenho de todos os educadores, inclusive da gestão geral da RME, refletindo-se na gestão administrativa e pedagógica, organizada pela Secretaria de Educação do Município.

Nos anos de referência da pesquisa (2005 e 2007), os alunos das escolas do campo não realizaram a Prova Brasil. Diante disso, não se tem avaliação específica do MEC sobre o desempenho ou o desenvolvimento dos alunos do meio rural.

Porém, esses dados poderão ser observados pela Prova Brasil de 2009, quando 06 escolas do campo 46,1% foram incluídas no processo avaliativo, devido à mudança da legislação do MEC/IDEB.

4.2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Integrando-se aos planos e metas de desenvolvimento do meio rural do município de Canoinhas, o sistema educacional da rede de ensino, propõe atividades pedagógicas relacionadas à vida do campo. Para atingir o desenvolvimento educacional esperado, criou-se, em 2005 o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo para as escolas do campo em Canoinhas-SC.

A abrangência das ações do projeto não se limitou apenas às disciplinas curriculares organizadas na Educação Básica. Mas também, a integração das parcerias, entidades governamentais e representantes da população urbana e rural do município de Canoinhas. O objetivo é também realizar ações interdisciplinares, em nível de desenvolvimento local.

De acordo com Carvalho (2006), a interdisciplinaridade, por sua vez, não pretende a unificação dos saberes, mas deseja a abertura de um espaço de mediação entre conhecimentos e articulação de saberes.

Concorda-se com essa citação, pois se pode dizer que o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo nasceu dessa forma, construído com a participação e integração da população rural e urbana, de forma multidisciplinar, com

apoio e entendimento das entidades que participam ativamente do processo de formação e capacitação do capital social. Com esse projeto, definiram-se atribuições e ações educacionais a serem realizadas com a responsabilidade da área educacional com apoio das entidades parceiras.

Segundo o entendimento de Fazenda (1991), o ensino interdisciplinar nasce da proposição de novos objetivos, de novos métodos, de uma nova pedagogia, cuja tônica primeira é a supressão do monólogo e da instauração de uma prática dialógica. Para tanto, faz-se necessário a eliminação de barreiras entre as disciplinas e entre as pessoas que pretendem desenvolvê-las.

No trabalho específico com a educação do campo, educação do meio rural, as barreiras são muitas, principalmente a mudança da práxis educacional dos professores, gestores e comunidade escolar. De acordo com Fazenda (1991), o trabalho interdisciplinar não pode ser realizado de forma isolada. Esse foi um dos desafios do projeto, o entendimento e a conscientização das pessoas, pois tanto escola, como comunidade e organizações parceiras do projeto, que todos têm uma parcela de responsabilidade de fazer educação, seja de maneira formal ou informal no meio rural.

A reorganização do currículo escolar dos 2.093 alunos em nível de educação infantil e ensino fundamental (censo escolar-2009) ocorre de modo interdisciplinar, sem interferir na matriz curricular da educação básica. Por isso, considera-se que a ousadia do projeto respalda-se na concepção de Saul *apud* Antônio; Lucini, (2007), quando referem-se na importância da participação coletiva da comunidade na escola, auxiliando com idéias e ações estruturantes, inclusive na reorganização e planejamento do currículo escolar.

Diante dessa citação, entende-se que a comunidade escolar composta por professores, alunos e pais, deve estar presentes e mobilizada sobre suas próprias construções do saber, atuando como protagonista do próprio aprendizado.

Desde o princípio do projeto (2005), o desenvolvimento pedagógico das escolas do campo, foi avaliado pela SME, resultando em dados e reflexões para os próprios professores e parceiros do projeto. Por isso, o objetivo é analisar os pontos positivos e reorganizar os negativos, como um caminho no qual a participação do atores que interagem no processo educativo é condição necessária na construção de novos planos e atividades.

Pelo processo de ensino e aprendizagem das escolas do campo e, as características do desenvolvimento das atividades escolares, o Projeto Interdisciplinar está voltado para a tendência pedagógica ruralista e urbanizadora, de acordo com as orientações de Abrão (2009). Os eixos norteadores do projeto, eixo humano e agrossilvipastoril, estimulam o desenvolvimento das atividades de forma contextualizada e interdisciplinar.

A preservação dessas tendências na educação do campo em Canoinhas está em conformidade com o que diz (Alves, 2009), o qual faz crítica aos currículos deslocados das necessidades e interesses dos sujeitos do campo.

Essa é uma preocupação e um desafio do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo em Canoinhas: manter as disciplinas básicas, porém, com o desenvolvimento de conteúdos que favoreçam a contextualização com a vivência e experiências do aluno, tornando as aulas atrativas e significativas com aprendizagem além do ensino básico.

No acompanhamento do rendimento dos alunos do ensino fundamental do campo, consideram-se os diferentes números de matrículas, inicial e final de cada ano letivo. Constata-se que os desafios são muitos na questão do rendimento escolar.

Os percentuais de aprovação foram maiores nos anos de 2007 (95,61%) e 2009 (95,65%), atingindo bons índices, superando as expectativas do plano de metas da SME, de 95% em toda rede de ensino.

Já a reprovação, considerada como ponto negativo da avaliação e do desenvolvimento do ensino, atingiu percentual menor no ano de 2007 com (3,62%) da matrícula final.

A evasão retrata a ineficiência da escola, problemas socioeconômicos, desinteresse do aluno e da família em relação à educação. Esses números são preocupantes se forem relacionadas essas e outras causas existentes nas escolas. No ano de 2005, primeiro ano do projeto, o percentual foi menor (0,33%), aumentando para 0,53% em 2009, despertando preocupação e (re)planejamento de novas ações pela SME.

Segundo pesquisa na SME de Canoinhas (2009), os maiores números de evasão nas escolas do campo estão relacionados aos alunos das séries finais do ensino Fundamental (5ª a 8ª series). Os alunos se evadem para trabalhar e ajudar

na renda familiar. Mesmo com essas justificativas coerentes com a realidade socioeconômica das famílias dos alunos, pode-se questionar e revisar a hipótese inicial desta pesquisa: o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo está contribuindo com a melhoria da qualidade de ensino do meio rural de Canoinhas.

Nesse caso poder-se-ia complementar, dizendo: as estratégias de ensino utilizadas pelos professores das escolas do campo estão conseguindo motivar os alunos para permanecerem na escola? Ou, o problema é socioeconômico e a escola não tem alternativas para manter o aluno na escola?

Considerando-se estes agravantes, a análise dos números de evasão, levamos à constatação do trabalho infantil ser conseqüências da realidade de famílias pobres e de baixo nível educacional, destacando que 67% dos pais entrevistados não concluíram o ensino fundamental, como será analisado a seguir. Também, pode-se concluir de acordo com Azevedo (2009, p. 149),

Trabalho e educação são atividades que, no curto prazo, são competitivas. As crianças, de forma geral, deveriam compreender essa questão. É preciso analisar a relação entre trabalho infantil e educação, incluída a associação do trabalho precoce com a evasão escolar. É necessário também como o trabalho da criança pode constituir o principal mecanismo de transmissão da pobreza por gerações.

Essa questão revela-se como impacto social e (des)comprometimento da política pública à inserção social da população não urbana.

A admissão de novos alunos matriculados, revelados nos movimentos escolares são resultados positivos, pois se pode entender como preferência pela escola pública e o compromisso dos pais em não deixar seus filhos fora da escola. Esse percentual salientou-se no ano de 2008, pelo maior número de alunos admitidos (7,44%).

Outro fator importante na questão dos alunos admitidos nas escolas do campo é a mudança de residência das famílias para o campo, seja saindo do meio urbano, ou transferindo-se de outros locais, (municípios, estados). Isso pode comprovar que o campo não está se esvaziando como salientam os dados do IBGE.

Finalmente as transferências, dado de preocupação para a escola do campo, possibilitando várias interpretações: insatisfação pela escola do campo, mudança das famílias para área urbana, outro município ou estado e até mesmo famílias desfazendo-se de suas propriedades rurais.

São questionamentos que envolvem interpretação de outros setores públicos e privados na área social e econômica, além do setor educacional. De acordo com os dados levantados pela SME de Canoinhas, os resultados gerais de alunos transferidos estão distribuídos: no ano de 2006 (11,86%) ano de maior percentual; diminuindo no ano de 2007 para (7,46%), aumentando em 2008 para (8,67%), crescendo ainda mais em 2009 (9,34%). Diante desses números que crescem e decrescem, fica sempre o questionamento, o que está acontecendo? As políticas públicas criadas e regulamentadas para a população do campo estão sendo efetivadas, ou faltam planejamento e ações práticas eficientes?

4.3 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE O PROJETO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE CANOINHAS-SC.

Para desenvolvimento do estudo de campo seguiu-se os requisitos do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UnC), Resolução CNS 196/1996, o qual realizou análise das questões da pesquisa. Todos os sujeitos envolvidos no estudo da pesquisa foram esclarecidos quanto aos objetivos, informados do direito de recusa à participação em qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo de qualquer natureza. Após os esclarecimentos, a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado em duas vias, (APÊNDICE - 2 e 3).

4.3.1 Professores

As respostas a questão norteadora sobre a percepção e importância do desenvolvimento da educação do campo para os professores, foram obtidas pela pesquisa de campo, realizada por meio de questionários aplicados a 126 (89,3%) professores atuantes em sala de aula, das escolas do meio rural de Canoinhas, de acordo com (APÊNDICE – 4).

Na questão referente à participação geral na escola e o envolvimento no Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas, obteve: 81 (64,2%) que responderam que se envolvem totalmente; 44 (35%) concordam que o envolvimento é parcial e 01 (0,80%) não respondeu a questão.

Pela pesquisa foi possível analisar, como está sendo possível integrar cada disciplina com o eixo norteador proposto pelo projeto. Algumas respostas demonstram o desconhecimento ou (des)comprometimento com o assunto, relatando que, quando possível, é trabalhado, porque nem todos os assuntos abordados nos conteúdos são possíveis de serem integrados. A relação teoria e prática são desafios diários durante o processo. Porém, há relatos que as dificuldades foram maiores no início do projeto, mas com o apoio do técnico agrícola na escola essas dificuldades estão sendo minimizadas.

Os pontos positivos da questão estão embasados nas respostas de que os professores procuram sempre relacionar os conteúdos com o tema gerador nas discussões, produções textuais, debates, teatro, entre outras atividades pedagógicas.

Na disciplina de ciências os professores utilizam exemplos ligados ao campo, adaptando técnicas aos conteúdos trabalhados, com contextualização dos assuntos no planejamento prévio das aulas.

Por meio dos projetos de trabalho realizados nas escolas, está ocorrendo uma das formas de integração, propondo atividades que permitem ao aluno participar ativamente, entendendo a importância do tema, associado à sua realidade que o cerca. Os professores concluem dizendo que a integração dos conteúdos com o contexto do aluno está diretamente ligada à forma de planejar as aulas e às estratégias de ensino utilizadas.

Nesse sentido recorre-se a afirmação de Fazenda (1991, p. 31) quando faz referência a interdisciplinaridade: “o ensino interdisciplinar nasce da proposição de novos objetivos, de novos métodos, de uma nova pedagogia”. Diante da citação e da conclusão dos professores, percebe-se que estão entendendo a necessidade de se planejar de forma diferenciada e, acima de tudo, realizar planejamento prévio das aulas.

Ao investigar se há trabalho em grupo entre professores, apoio administrativo e pedagógico, 94 (75%) afirmou que há integração; 28 (22%) responderam que a integração acontece às vezes; 03 (2%) demonstraram não visualizarem a integração na escola; e 01 (0,8%) não respondeu.

Aos professores que não percebem a integração pode ser atribuída à reduzida participação nas reuniões das escolas, são professores ACT, por vezes

com carga horária mínima, 10 h semanais, nem sempre conseguem estar presentes nos encontros pedagógicos e reuniões proporcionadas pela escola. A situação funcional dos professores mostra que 81 (57,5%) são ACT, afastando, de certa forma, a presença constante do professor na escola.

Quanto às discussões e planejamento direcionados à educação do campo, 96 (76%) afirmaram que ocorre durante os encontros e reuniões pedagógicas; 11 (9%) não percebem essa relação; 15 (12%), responderam que o direcionamento acontece em certos momentos; e, 04 (3%) não se manifestaram.

Na questão sobre a percepção dos professores na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos participantes do projeto, as respostas positivas são animadoras, pois 123 (98%) responderam que sim e 03 (2%) respondeu que não. As respostas negativas podem ter diferentes interpretações: professores que não se envolvem com a escola, não têm conhecimento do projeto, ou professores com pouco ou mínimo tempo de trabalho na escola.

Para justificar os números, foi questionado como se pode perceber essa melhoria. Nessa questão, vale a pena relacionar depoimentos sistematizados que demonstram a percepção dos professores:

Os alunos se mostram mais interessados e integrados com as atividades diárias e a escola; compreendem o porquê das atividades e levam as experiências para serem testadas em suas casas, relacionando a teoria com a prática, por exemplo: conseguem visualizar como os conteúdos de ciências e matemática está ligada na vida diária.

Percebe-se mais entrosamento dos alunos com os conteúdos da disciplina; Estão mais interessados, inclusive nos debates relacionados aos temas do contexto escolar e familiar. Conseguem relacionar a teoria com a prática, melhorando o seu desempenho escolar. Estão mais conscientes, demonstrando isso através de suas atitudes. Há maior interesse e motivação para aprender. A prática integrada à teoria é o maior incentivo ao ensino e a aprendizagem. Através das atividades práticas, é possível alcançar e perceber a aprendizagem dos alunos. O projeto incentiva os alunos a participar e a estudar mais, uma vez que envolve os assuntos ligados ao seu dia a dia. Os assuntos estão sendo contextualizados com a realidade do campo, cada vez mais, porque se entende a importância dessa contextualização. Embora o processo educacional seja lento, muitas ações desenvolvidas pelo projeto já despertaram mudanças de comportamento nos alunos, professores e funcionários da escola. (ESTREVISTAS DOS PROFESSORES)

Os professores entrevistados percebem a melhoria da integração dos pais e comunidade na escola pelo interesse das famílias em levar os conhecimentos desenvolvidos na escola para suas casas. Percebem também, que as famílias estão mais presentes na escola e aprovam as ações do projeto.

Na questão levantada sobre a melhoria da qualidade do ensino e, se esta apresenta mudanças de comportamento dos alunos na escola. As respostas apresentadas pelos professores destacam-se com os itens: valorizações do meio onde vivem; 110 professores responderam positivamente, ou seja, acreditam que está acontecendo valorização e conscientização da importância do lugar onde vivem; 89 professores acreditam que os alunos estão acrescentando valores e conscientização na questão ambiental; 62 professores percebem maior interesse e motivação nos alunos para aprender; 29 professores estão percebendo redução nos índices de faltas dos alunos, principalmente daqueles alunos costumadamente ausentes da escola, e somente 01 professor respondeu que não percebe alterações nos comportamentos dos alunos.

Em relação ao interesse do professor em conhecer os dados e resultados de (aprovação, reprovação, evasão, transferências) da escola, nos últimos 03 anos. Os professores entrevistados, 68 (54%) deles, responderam que têm interesse em conhecer os dados; 23 (18%) responderam que não conhecem; e 35 (28%) dizem que conhecem parcialmente.

As justificativas para esse desconhecimento pode ser o curto período de tempo na escola no caso dos professores ACT. Porém, há relevante interesse de professores, inclusive a observação dos índices anuais de aumento de aprovação, redução de reprovação e a atenção nas evasões. Eles relatam que são informados pela equipe pedagógica e administrativa da escola, nas reuniões pedagógicas, realizadas bimestralmente.

A presença do técnico agrícola na escola do campo se dá devido à implantação do Projeto Interdisciplinar. Diante disso, verifica-se a percepção dos professores em relação ao novo profissional na equipe: 63 (50%) percebem a interação do técnico com a equipe da escola; 57 (45%) percebem essa integração parcialmente e, 06 (5%) não observam boa integração.

Para 46 (37%) dos professores entrevistados, a permanência do técnico agrícola na escola, cerca de 10 h semanais é suficiente; 77 (61%) consideram insuficientes. Gostariam que estivesse presente mais horas por semana na escola; e, 03(2%) não responderam.

Acredita-se que esses professores alheios aos assuntos ligados às escolas do campo, profissionais atuantes na escola, pode ser aqueles que permanecem na

escola em número de horas reduzido, por exemplo, 10 horas aulas semanais, pouco tempo para integração nas atividades escolares.

Ao ser questionado sobre o interesse do técnico agrícola na integração aos conteúdos do currículo escolar, 84 (67%) responderam que percebem o interesse do mesmo; 33 (26%) entendem que tem interesse parcial; 06 (5%) observam, pelas suas atitudes, pouco interesse e, 03 (2,5%) não responderam. Os técnicos agrícolas são contratados com o objetivo de desenvolver a integração entre a teoria trabalhada pelo professor com a prática dele com os alunos.

De forma geral, questionou-se se o técnico agrícola propõe novas alternativas de trabalho, integrando o ensino e a aprendizagem de acordo com a proposta do Programa Interdisciplinar de Educação do campo, visto que ele possui a técnica das atividades agrícolas. Das respostas obtidas, 64 (51%) afirmam que sim, salientando que ele traz sugestões e novidades da área, procurando a integração de todos, interligando a aula teórica com a prática, relatando que os mesmos realizam atividades diferenciadas por meio das oficinas pedagógicas e diálogo com alunos. Incentivam com novas alternativas de trabalho e adaptam as idéias e formas de desenvolver os conteúdos. Com o conhecimento técnico buscam envolver os alunos e despertar o valor pela área rural. Mostram, na prática, as novas alternativas de ensino nas diversas disciplinas do currículo escolar básico. 52 (41%) professores assinalam o desempenho dos técnicos agrícolas, como parcialmente; 07 (6%) não visualizam propostas inovadoras e, 03 (2%) não opinaram nessa questão.

Solicitou-se aos entrevistados para realizarem uma avaliação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, desenvolvimento entre 2005 a 2009.

Os conceitos foram atribuídos da seguinte forma: 30 (24%) atribuíram o conceito ótimo; 93 (74%) bom e, 03 (2%), conceituaram como regular.

Essa avaliação pode ser fundamental para uma avaliação geral do desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas. Se forem utilizados os conceitos de forma ampla, pode-se entender que realmente os 2%, que atribuíram o conceito Regular, pode ser os mesmos professores que não se integraram ao projeto e estão descontextualizados na sua função de professor de escola do campo.

Pelos conceitos positivos atribuídos pelo projeto, no período de 2005 a 2009, pode-se perceber certa significância dele, para a qualidade do ensino no meio rural, sustentados nos seguintes relatos dos professores:

Mudanças de postura da comunidade escolar, valorização do ambiente externo, pelo incentivo e desenvolvimento das hortas, pomares e jardins. Valorização da escola do meio rural. Atenção às questões ambientais. Atividades contraturno voltadas à realidade dos alunos. O desenvolvimento da interdisciplinaridade proporcionada pelo projeto. Melhora da aprendizagem e trocas de experiências entre os educadores da escola. Trabalho de grupo na escola. Integração dos conteúdos, experiências e dificuldades do ensino e aprendizagem. Maior atenção do professor ao desenvolver o conteúdo planejado. Melhoria na interação alunos/professores e comunidade. A escola está se tornando referência de teoria e prática. Desenvolvimento das atividades pedagógicas sobre os eixos norteadores propostos pelo projeto. Maior interesse para apreender e melhoria da qualidade do ensino. Ênfase ao contexto da escola. (ESTREVISTAS DOS PROFESSORES)

Finalmente o relato de que a ação interdisciplinar é um ponto positivo que se aprende a cada dia. Esse depoimento é considerado pela citação de Japiassu (1975, p. 75), o qual salienta que: “[...] a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um projeto específico”.

Considera-se então, como ponto positivo, a percepção dos professores sobre a importância da interdisciplinaridade, principalmente por esse processo estar acontecendo incentivado pelo Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas.

Como parte importante da pesquisa, destaca-se as dificuldades e/ou desafios para desenvolver a interdisciplinaridade na Educação do Campo.

Os depoimentos dos professores entrevistados são:

O tempo de permanência dos professores ACT, nas escolas do campo é um dos fatores que contribui para as dificuldades de integração e desenvolvimento das ações escolares. Causando descontinuidade do planejamento da escola, o que prejudica o desenvolvimento de projetos de trabalho e integração com a comunidade escolar. A formação continuada proposta pela SME nas escolas do campo, fica interrompida, no momento do encerramento do contrato de trabalho do professor, ficando outro educador assume o lugar. Acrescenta-se também a falta de formação adequada, por meio de programa de educação do campo específica. (ESTREVISTAS DOS PROFESSORES)

Nesse aspecto, os professores relatam que os cursos de graduação não os formam para contextos diferentes, (meio rural e meio urbano), há generalização no

desenvolvimento dos conteúdos e atividades durante o curso. Há falta de entendimento de professores para integrar as disciplinas e contextualizá-las com o campo.

Outro desafio apontado pelos professores é a presença de vícios pedagógicos que dificulta a mudança de postura pedagógica e didática do professor, num trabalho interdisciplinar.

Relatam também a necessidade de materiais pedagógicos e de pesquisa condizentes com as especificidades do campo. Reclamam a falta de investimentos por parte da SME, para aquisição de materiais e equipamentos tecnológicos em maior quantidade para alunos e professores.

Como desafio para a SME, em curto período de tempo, os professores entrevistados dizem que: “há necessidade de documento e materiais norteadores que direcionem e facilitem o entendimento do professor, principalmente para o professor ACT. Esses materiais devem ser contextualizados com a especificidade do campo, conteúdos e sugestões de atividades que devem ser abordados durante o ano letivo. Finalmente relatam a importância da integração e comprometimento da totalidade dos educadores, demonstrando compromisso com a educação do campo de Canoinhas”.

4.3.2 Pais dos alunos

Das 13 escolas do campo de Canoinhas, são cerca de 1000 pais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem de seus filhos. Desse total de pais, entrevistou-se uma amostragem de 285 (28,5%) que participaram da pesquisa, de acordo com o questionário, (APÊNDICE – 5).

Iniciou-se a coleta de dados, perguntando aos pais sobre o grau de conhecimento das ações do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo na Escola de seu filho. Desta questão, 251 (88%) dos pais entrevistados responderam que conhecem as ações e objetivos do projeto; 26 (9%) responderam que não têm conhecimento e, 08 (3%) não responderam a questão.

Na questão seguinte questionou-se sobre o grau de escolaridade dos pais e estes se classificaram na seguinte forma: 09 (3%) são analfabetos; 121 (42%) não concluíram o ensino fundamental; 63 (22%) dos entrevistados possuem ensino

fundamental completo; 28 (10%) não concluíram o ensino médio; 47 (17%) possuem ensino médio completo, somente 09 (3%) possuem ensino superior e 08 pessoas, (3%) dos pesquisados não responderam à questão.

Em análise a estes números, percebe-se a necessidade de ampliação de ações imediatas na questão do analfabetismo, EJA no meio rural e oportunidade de ampliação da escolaridade em nível de ensino médio, como também em nível superior, preferencialmente com cursos que auxiliem o planejamento, gestão e inovações nas propriedades rurais dessas pessoas.

Sobre o entendimento dos pais da contextualização dos conteúdos desenvolvidos na escola do campo, estes responderam: 260 (91%) percebem que está sendo contextualizado; 22 (8%) não têm percepção dessa contextualização e, 03 (1%) não responderam.

Pelo entendimento dos sujeitos da pesquisa, o desenvolvimento das ações do projeto é conceituado como: ótimo, para 98 (35%) respostas; bom, para 167 (58%); regular para 17 (6%) e, 03 (1%) não atribuíram nenhum conceito.

Quanto ao interesse dos alunos e a melhoria da aprendizagem, percebido pelos pais, estes responderam: 270 (95%) entendem que as inovações pedagógicas realizadas nas escolas do campo estão contribuindo; 12 (4%) não perceberam mudanças e, 03 (1%) não responderam.

Questionou-se os pais de que forma essas ações podem ser observadas no contexto familiar e obteve-se as seguintes respostas: 1º lugar (158 respostas) conscientização e cuidados com o meio ambiente; 2º lugar (132 respostas) organização da horta em casa; 3º lugar (105 respostas), pelo maior interesse e motivação pelas atividades escolares; 4º lugar (89 respostas) no modo como os filhos estão auxiliando no cuidado e planejamento do jardim de casa; 5º lugar (65 respostas), pelo cuidado e interesse no cultivo de ervas medicinais; 6º lugar (59 respostas) na atenção e entendimento ao desenvolver os cálculos matemáticos; 7º lugar (52 respostas), no interesse e conhecimento com atividades de poda dos pomares e árvores existentes em casa, como também na realização de enxertia das plantas; 8º lugar (42 respostas), no cuidado, cultivo e interesse pelo pomar de casa; 9º lugar (37 respostas), no manejo das culturas agrícolas praticadas em casa; em 10º lugar (30 respostas), consciência e cuidados com o solo.

Diante dessa manifestação dos pais sobre seus filhos, pode-se entender que estes estão atentos às mudanças de comportamento e de atenção dos filhos no período que estão em casa, praticando atividades com as famílias. Com isso, pode-se entender que a escola está desenvolvendo atividades diferenciadas e os alunos, estão colocando em prática em suas casas o que aprendem.

Foi questionado aos pais, se eles têm necessidades ou anseios em realizar cursos de qualificação profissional que auxiliem na geração de novas alternativas de renda para completar o orçamento familiar, procurando saber o interesse dos mesmos. As respostas foram às seguintes: 202 (71%) responderam que gostariam de realizar cursos contextualizados com o meio rural; 66 (23%) responderam que não gostariam de fazer nenhum curso e, 17 (6%) não responderam a questão.

Nessa questão há predominância das respostas dos pais desejam realizar curso de capacitação, considerando-se como ponto positivo em relação à educação do campo de modo geral. Entende-se que os pais estão com autoestima elevada, motivados a aprender novas habilidades em relação às atividades praticadas no campo e pelo campo.

De acordo com Franco (1999), para que se obtenha desenvolvimento local de forma integrada e sustentável, há necessidade de buscar diferentes estratégias de incentivo, formação e qualificação para envolver as comunidades as buscarem seus objetivos, tornando as pessoas autônomas e empreendedoras ao ponto de atingirem sustentabilidade de suas propriedades com o desempenho das atividades diárias.

É nessa perspectiva que se busca oportunidade para a aquisição de novos conhecimentos e, a educação formal do campo é uma dessas formas, que poderá proporcionar maneiras de tornar o meio rural sustentável, procurando fazer do campo um bom lugar para se viver.

Entre as questões respondidas positivamente, há interesse de 97 pais de realizarem cursos relacionados à agricultura familiar, já 90 pesquisados manifestaram interesse em realizar curso na área da administração e novas alternativas de renda; 19 entrevistados entendem que cursos sobre empreendedorismo no meio rural serão uma boa alternativa; 15 entrevistados escolheram cursos na área de associativismo e cooperativismo; 14 pesquisados focalizaram o turismo rural como uma alternativa viável para suas propriedades e, 13

entrevistados manifestaram interesse em realizar curso e se especializar na área agroecológica.

Nas respostas relacionadas a esta questão apareceu interesse por outros cursos de capacitação profissional, destacando-se: costureira, panificação, cabeleireiro, agroindústria, prestação de serviços no meio rural, borracheiro, secador de grãos, curso profissionalizante de técnico agrícola.

Diante dessas indicações, a SME de Canoinhas, poderá buscar apoio de escolas técnicas e organizações parceiras para oferecer os cursos solicitados pelos pais, garantindo dessa forma, a formação continuada e específica também para as famílias dos alunos das escolas do campo.

4.3.3 Alunos

Dos 2.093 alunos matriculados nas escolas do campo (educação infantil e ensino fundamental) participou da pesquisa uma amostragem aleatória de 369 (17,6%) dos alunos, respondendo questionários de acordo com (APÊNDICE – 6).

Para analisar a integração dos alunos às atividades pedagógicas escolares relacionadas pelo Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, questionou-se se possuem conhecimento dos assuntos tratados na Educação do Campo, em sua escola. As respostas citadas foram: 361 (98%) dos alunos entrevistados informam o seu conhecimento e participação nas atividades, mas 08 alunos (2%) dos entrevistados responderam que não têm conhecimento.

Este percentual pode ser o não entendimento da pergunta pelos alunos entrevistados, considerando que o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas existe desde 2005, e os professores recebem capacitações, realizam planejamento pedagógico e conta-se com o apoio do técnico agrícola presente nas escolas. Pode-se considerar também, que estes alunos que demonstram o não entendimento podem ser alunos admitidos pelas escolas neste ano letivo de 2009.

Na questão seguinte, solicitou-se a opinião dos alunos entrevistados a respeito do desenvolvimento do Projeto, e as respostas foram da seguinte forma:

Está sendo muito bom, nos ajuda a aprendizagem dos conteúdos; Ótimo, porque levamos os conhecimentos para casa, para a família e os amigos; Muito bom, pois auxilia os alunos a entender o trabalho do campo; O projeto realiza ações que os alunos podem desenvolver em suas casas; Bom, está melhorando a qualidade de ensino; Está vindo ao encontro

com nossa realidade; Aprendemos novas técnicas para ajudar nossos pais no campo; Os alunos estão tendo um melhor desempenho nas atividades escolares; Estudamos com mais interesse e entendimento; É uma maneira prazerosa de aprender; É bom, porque aprendemos a desenvolver vários projetos que auxiliam nosso aprendizado; Pesquisamos sobre nossa história e planejamos nosso futuro; Os alunos estão ampliando seus conhecimentos; Aprendemos a reaproveitar o alimento por completo, antes jogávamos fora; Aprendemos a teoria na sala de aula e integramos com as atividades práticas; Muito importante porque desenvolvemos novos conhecimentos de forma geral. (ALUNOS ESTREVISTADOS)

Nas questões sobre as atividades desenvolvidas em contraturno, 213 (53%) alunos responderam que participam e 156 (47) responderam que não participam das atividades ofertadas pela escola no período contraturno às aulas.

As atividades desenvolvidas no período contrário às aulas são apontadas como: teatro, aula de informática, aula de canto, cursos de inglês, aula de violão, aula de pintura e artesanato, práticas de enxertia e poda; reflorestamento das nascentes próximas a escola e cultivo de hortas (verduras, legumes e medicinais); projetos ecológicos e culinários, cultivo de mudas de árvores nativas, entre outros relacionados com o desenvolvimento sustentável do campo.

Essas atividades relacionadas pelos alunos são desenvolvidas pela proposta do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, planejadas de forma que o aluno possa aproveitar no seu dia-a-dia. Entre elas relaciona-se ainda: formas de cuidar da horta, realizar a poda e limpeza do pomar e jardim; rotação de cultura, enxertia; formas de captação da água da chuva (cisterna); medidas de área, cálculos e medidas agrárias; sistema de aquecimento solar; cultivo de árvores nativas; preservação da natureza (água, solo, ar); questões ambientais (lixo, agrotóxico, contaminação); coleta de solo; estudo da análise do solo realizada pelo laboratório; preservação das nascentes; condições climáticas; cultivo e conhecimento das plantas medicinais; cuidar do meio ambiente, não fazer queimadas, cuidados com os agrotóxicos; horta em formato circular estruturadas e organizadas com diferentes desenhos circulares e, horta suspensa, inovações e alternativas para as pessoas que possuem espaços reduzidos para cultivo de temperos, chás medicinais entre outras verduras.

Para entender a integração das disciplinas básicas aos temas do campo, os alunos destacaram que a disciplina de matemática é a que mais contextualiza seus conteúdos, (321 respostas); a disciplina de ciências (194 respostas); geografia (139

respostas); língua portuguesa (130 respostas); arte (89 respostas); história (64 respostas); educação física (60 respostas); e ensino religioso (42 respostas).

Por fim a questão aplicada os alunos para uma autoavaliação sobre as atividades desenvolvidas pelo projeto que estão resultando na melhoria de sua aprendizagem, as respostas foram da seguinte forma: 244 alunos responderam que pela contextualização das atividades escolares, houve melhoria no interesse e motivação pelo estudo; 198 alunos reconhecem que as atividades escolares estão ajudando nas atividades com sua família; 172 alunos conseguem compreender mais claramente os assuntos abordados pelos educadores; 134 alunos dizem que aumentou o interesse pela pesquisa; e 110 alunos destacam a melhoria do desenvolvimento escolar e a sua forma de entender e ligar os conteúdos com a vida cotidiana.

4.3.4 Gestores e líderes municipais

De um universo de 70 pessoas, entre gestores e líderes municipais do município de Canoinhas ligados ao Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, investigou-se 45 (64,25%) deles. Esses entrevistados compõem-se de: Secretários Municipais, Diretores das Escolas do Campo, Membros dos Sindicatos Rurais, Técnicos da Epagri, Fumageiras, Professores Universitários, Conselheiros Municipais (CMDA, CME, CMF) e Funcionários Públicos Municipais da área da educação, agricultura, planejamento e orçamento, de acordo com (APÊNDICE – 7).

O objetivo da pesquisa é destacar a percepção deles sobre a qualidade do ensino da educação do campo de Canoinhas. A primeira questão buscou saber dos entrevistados se a realização de atividades escolares contextualizadas com o campo estimulará o desenvolvimento do meio rural do município de Canoinhas.

De acordo com as respostas dos entrevistados, pôde-se levantar o conhecimento e expectativa das pessoas, sistematizados da seguinte forma:

O ensino e conhecimento das práticas agrícolas devem incentivar a permanência das pessoas no campo, com qualidade de vida; a escola tem possibilidade de maior exploração das potencialidades contidas nos conteúdos teóricos e o consequente aproveitamento dos mesmos no desenvolvimento rural; a escola deve proporcionar interação do aluno correlacionando com a teoria/prática e o estudo de alternativas para o desenvolvimento rural; a escola pode proporcionar integração do ensino básico às atividades comuns do dia a dia do aluno; a escola deve

possibilitar o reconhecimento do agricultor seja (criança, jovem e adulto) como protagonista da própria história e desenvolvimento; deve haver mudanças de estratégia no planejamento curricular básico que fortaleça a visão de desenvolvimento; as atividades curriculares devem ser contextualizadas com o nosso campo, pois é um estímulo à valorização do meio; a motivação à autoestima para que desenvolvam habilidades e competências inovadoras são pontos fundamentais para o desenvolvimento local; a escola deve proporcionar novas técnicas desenvolvidas estrategicamente que estimulem e valorizem o homem do meio rural; a escola deve trabalhar a conscientização dos jovens, enxergando os 'valores do campo'; o investimento no estudo contextualizado pela escola fará com que as crianças e jovens enxerguem as potencialidades existentes em suas propriedades; a escola deve estimular a postura de coragem, emancipação, vendo o seu meio como empreendimento; deve também estimular a permanência dos jovens no meio rural, pela melhoria dos processos agrícolas e aumento geral da economia; entende-se que se o aluno aprender a teoria em sala de aula, ele poderá fazer a prática em sua casa, (GESTORES ENTREVISTADOS).

Os entrevistados acreditam que a escola proporcionará mudanças e melhorias educacionais se os profissionais realizarem trabalho conjunto, de acordo com os depoimentos:

Com bom desenvolvimento oportunizado pela escola, o aluno terá uma visão empreendedora do campo e verá que a qualidade de vida é melhor no campo, desde que saiba inovar; a educação está no caminho certo e realizando a sua função, porém faz-se necessário instruir os alunos de forma a utilizar todos os recursos disponíveis com sustentabilidade; acredito que a médio/longo prazo desenvolva-se nos alunos novas expectativas de vida e a permanência dos jovens no meio rural; é por meio do conhecimento que novas possibilidades aparecem e podem se transformar em fontes alternativas; a escola deverá realizar a formação de múltiplas formas para garantir a sustentabilidade do campo; as mudanças ocorrerão se houver desenvolvimento de práticas significativas, e principalmente o envolvimento de pais, comunidade e entidades responsáveis pelo campo; com o incentivo e novas técnicas os futuros produtores, atualmente alunos, poderão desenvolver novas fontes de renda. (GESTORES ENTREVISTADOS).

As respostas da questão, descritas pelos gestores e líderes, mostram como seria a escola ideal para o campo.

Percebe-se desconhecimento das ações realizadas e também da competência que a escola de educação básica, principalmente, os níveis atendidos pela RME, (educação infantil e ensino fundamental) que deve desempenhar. Não entendem que as escolas do campo não possuem estrutura adequada para realizar as ações sugeridas ou idealizadas pelos sujeitos da pesquisa.

Esse modelo expressado pelos gestores vem ao encontro do que dizem Arroyo; Fernandes (1999), citado por (Alves, 2009, p. 50). "Uma escola do campo é

a que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população”.

Diante da análise das respostas percebe-se que há gestores com pouco conhecimento das ações realizadas. Porém, há gestores que descreveram a sua percepção atual das escolas do campo e sua efetividade educacional, com as seguintes respostas sistematizadas:

Com a inserção desse projeto nas escolas municipais do campo, percebe-se grande evolução e entusiasmo entre educadores que se empenham para contextualizar seus conteúdos; a educação do campo está transmitindo mais informações e desenvolvendo conhecimentos integrados com a realidade do aluno; no futuro, esses alunos terão mais estratégias para realizar o planejamento de suas atividades. Analisando que, por muito tempo o meio rural ficou esquecido em nosso município e região, hoje os as atividades educacionais estão sendo realizadas de forma direcionadas e está havendo reconhecimento de que o campo pode ser considerado como um bom lugar para se viver. Os educadores estão tendo outra postura pedagógica para trabalhar com a educação do campo, trazendo resultados no ensino e aprendizagem, enquanto que o aluno está sendo estimulado para enxergar as possibilidades de suas propriedades, (GESTORES ENTREVISTADOS).

As respostas obtidas pela pesquisa se referem ao que diz Boisier (1999), o qual salienta a necessidade de produção de conhecimento endógeno vinculado à cultura e ao conhecimento local, considerados como capital cognitivo. O autor refere-se à valorização das comunidades, principalmente, os novos saberes acumulados a vida, conhecimento endógeno.

Os entrevistados concordam (100%) que com a inserção de atividades pedagógicas contextualizadas no currículo escolar básico, haverá melhoria da qualidade educacional das escolas do campo, destacando-se as considerações:

Permitirá com que os alunos relacionem a teoria com a realidade em que vivem e, dessa forma tenham maior interesse em frequentar a escola; a escola estará voltada à realidade de seus alunos, obtendo motivação, participação e interesse coletivo; a escola rural precisa diferenciar-se da urbana e desenvolver atividades contextualizadas; de acordo com John Dewey, 'só se aprende a fazer, fazendo', a aprendizagem é mais eficiente na escola da vida para a vida; O despertar por atividades condizentes com a realidade do aluno estimula o interesse e com isso melhora a qualidade do ensino; a qualidade do ensino contextualizado com o campo deve ser um compromisso de toda sociedade; o ensino do jovem rural está mais próximo de sua realidade; pela motivação oriunda da visualização dos fins da educação, pela maior aplicabilidade dos conceitos teóricos, pela maior participação da comunidade; a escola está fazendo a sua função, exercendo a formação do aluno de maneira

correta; através do conhecimento adquirido pela escola, desenvolvido de forma interdisciplinar; a educação do campo necessita de ações inovadoras, e a pesquisa e a construção de novos materiais é o caminho para a diferença; o aluno aprenderá novas técnicas, verá as atividades na prática, e com isso se motivará a aprender; o educando sente que o meio onde vive é valorizado, enxergando o que existe de bom. (GESTORES ENTREVISTADOS).

Nesse sentido, 45 (100%) dos gestores acreditam que os alunos concluintes do ensino fundamental e médio nas escolas do campo, terão mais motivação e conhecimento para desenvolver atividades inovadoras para o campo, melhorando a condição financeira e de qualidade de vida.

Justificam que esses alunos concluintes terão mais condições de planejar as suas propriedades; criar novas alternativas de renda; possibilidade do aluno, enxergar a sua propriedade como fonte lucrativa. Continuam relatando que: a soma de atividades motivadoras que formam uma visão diferenciada do campo possibilita a ampliação do currículo escolar básico. Salientam que a pessoa preparada e educada desde cedo terá sua autoestima mais elevada, e com isso o desenvolvimento virá conseqüentemente.

Os alunos estarão motivados a estudar, inclusive o ensino superior, usar técnicas variadas de plantio e melhorar a qualidade de sua produtividade. Completam dizendo que: a formação está para todos os alunos que possuem maior interesse, estes, saberão buscar a melhoria da qualidade de vida, seja no campo ou na cidade.

As respostas dos gestores se completam com a citação de Boisier (1999, p.72), referindo-se ao capital social, “[...] quanto mais se desenvolve o capital social, mais se reproduz ações para o desenvolvimento”.

Quando se questiona se somente ações educacionais direcionadas para o desenvolvimento do campo são suficientes para manter a população no meio rural? as respostas são novamente unânimes, 100% negativas. Os 45 entrevistados possuem entendimento que somente a educação não dará conta de manter ou estimular o homem a viver no campo. Há necessidade de ações conjuntas entre todos os setores da sociedade, com a inserção de programas e políticas públicas nacionais que valorizem e oportunizem essa opção. Políticas que melhorem a infraestrutura das pessoas que vivem no campo. Em nível municipal deverá haver mais integração entre as secretarias, órgãos públicos e privados, formando um plano

de desenvolvimento amplo, para abranger as especificidades do local. O caminho será efetivar as políticas públicas e articulações imediatas em parcerias com empresas e órgãos competentes. Buscar a efetivação das políticas públicas nacionais, estaduais direcionadas para o campo, para que estas cumpram com o seu dever de apoiar os pequenos agricultores, que têm seu direito conquistado pela legislação. Por fim, há necessidade de estímulo para manter a população no campo com qualidade de vida e isso deve ser uma ação de governos (municipal, estadual e federal).

Para entender a percepção dos entrevistados questionou-se como o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo está estimulando as comunidades escolares a melhorarem a autoestima para proporcionar mudanças na ordem organizacional, ambiental, lazer e valorização da cultura, local?

De acordo com os entrevistados, o projeto vem estimulando o envolvimento das famílias dos educandos na escola da seguinte forma:

O estímulo acontece pelo desenvolvimento de atividades curriculares contextualizadas com o meio rural; resgate e desenvolvimento de conhecimentos, que por vezes, estavam esquecidos; valorização da cultura e o senso de trabalho em equipe; através do desenvolvimento de novas atividades realizadas com o apoio das parcerias; a contribuição para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo; pelo planejamento participativo, pelas ações mobilizadoras envolvendo a comunidade e muitas parcerias e pelo processo que estimula o crescimento global dos diversos setores da vida e da comunidade rural; sem dúvida, pela valorização dos professores, alunos e pais, integrados no contexto escolar; através do incentivo e da indicação de possibilidades e meios alternativos de permanência no campo, com melhores condições de vida; através dos resultados quantitativos e qualitativos, obtidos nas escolas, bem como, o envolvimento das parcerias. (GESTORES ENTREVISTADOS).

Em síntese, os gestores entrevistados responderam que as ações tornam-se motivadoras pelo fazer local, dando visão de concretude possível, das atividades propostas pelos programas e projetos planejados localmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos ao entorno da educação do meio rural mostram a falta de atenção no tratamento educacional dos filhos das classes trabalhadoras do campo brasileiro.

A educação do campo tratada anteriormente como educação rural sempre foi desenvolvida com precárias condições de infraestrutura física e materiais didáticos pedagógicos, além da pouca formação acadêmica dos professores. O objetivo da educação rural, sempre foi simplesmente atender os filhos dos subordinados do latifúndio empresarial e, do controle político sobre a terra.

De acordo com Antonio; Lucini (2007), pelos motivos socioculturais, a educação rural sempre foi relegada a planos inferiores do governo, ficando por décadas no esquecimento, tornando-se precária em todos os níveis e modalidades de ensino.

Pela interpretação dos artigos da CFB/1988, abrem-se caminhos para o surgimento de políticas públicas que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do meio rural. Compreende-se através desta constituição, que não basta ter escolas no campo, é preciso escolas com projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, as necessidades, à história e a cultura do povo trabalhador do campo.

A partir da década de 1990, iniciam-se debates promovidos pela participação dos movimentos organizados, salientando a importância e a função da escola do campo para o desenvolvimento da sociedade. Desse período em diante, a sociedade organizada enxergou os seus direitos, que se encontram descritos nas leis educacionais brasileiras, visualizando novas alternativas de desenvolvimento educacional e, a possibilidade de surgimento de políticas públicas nas diferentes instâncias governamentais.

Mas como se pôde entender as políticas públicas nascem do desejo e necessidade das pessoas que buscam a transformação de uma sociedade e, para que essas transformações sejam concretizadas, há necessidade de ações efetivas com planejamento e avaliações permanentes.

A problematização da pesquisa, coloca em foco o desenvolvimento da qualidade do ensino na educação do campo, especialmente nas treze unidades escolares do município de Canoinhas-SC. Com essa pesquisa, constata-se que há direcionamentos didáticos e pedagógicos eficientes que implementam ações

diferenciadas e oportunizam a melhoria educacional no meio rural de forma contextualizada.

Estudos referenciados na pesquisa mostram a importância da formação do capital humano para o desenvolvimento local, descrevendo que a produção do conhecimento endógeno deve estar vinculada à cultura e ao conhecimento local. Portanto, pode-se entender que a escola que desenvolve metodologias de ensino, baseada em proposta pedagógica contextualizada e vinculada aos anseios das comunidades do meio rural, pode despertar o espírito empreendedor, autonomia e noções básicas de planejamento em seus alunos. Valores, que somados aos conhecimentos das disciplinas curriculares da educação básica, farão a diferença na fase adulta desses alunos.

Essa questão confirma-se com os depoimentos adquiridos pelas entrevistas realizadas com os gestores e líderes municipais, os quais entendem que a educação é o caminho para ensinar seus alunos a planejar e realizar desenvolvimento sustentável em suas propriedades.

Para ter educação de qualidade, há necessidade de professores capacitados, comprometidos e com ações educacionais contínuas, sendo que um dos desafios da SME de Canoinhas é superar a problemática da rotatividade dos educadores (ACT) nas escolas do campo. Nessa questão a pesquisa apresenta percentuais significativos de (57,5%) dos educadores com essa situação funcional na RME. Esse percentual é considerado desafio a ser superado a médio e talvez até longo prazo, pela rede de ensino no município.

Além dos dados obtidos pela pesquisa documental, pode-se comprovar pela pesquisa realizada a campo, a dificuldade para se obter qualidade no desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Esses dados estão implícitos, nos depoimentos dos próprios educadores que atuam nas escolas do Campo do município de Canoinhas.

Os desafios a serem superados são muitos, no que diz respeito aos educadores do campo, porém há avanços e pontos positivos que favorecem as perspectivas de se chegar à qualidade de ensino. Um deles é a formação acadêmica dos professores, 90,9% possui qualificação adequada para atuar como professores são habilitados com magistério, graduados e pós-graduados na área educacional favorecendo o entendimento na contextualização das questões educacionais.

Outra questão importante é o tempo que estes professores atuam nas escolas do campo. Mesmo não atuando permanentemente nas mesmas escolas, pela situação de serem (ACT) 87,3% dos professores, trabalham há mais de 05 anos nas escolas do meio rural, facilitando com isso, o conhecimento das especificidades de cada localidade rural.

Como forma de inovar e provocar mudanças positivas na educação do campo de Canoinhas, a SME criou a partir de 2005, o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo. Por se tratar de uma proposta pedagógica interdisciplinar, abrange eixos norteadores: humano e agrossilvipastoril, que contribuem com o desenvolvimento de atividades diferenciadas e motiva toda a comunidade escolar (gestores, professores, alunos e pais). Estas pessoas aprendem e desenvolvem a teoria, relacionando com a prática pedagógica escolar.

Os resultados da pesquisa demonstram satisfação nas ações realizadas pelo Projeto, salientando que esse procedimento adotado, estimula o ensino e a aprendizagem, trazendo qualidade educacional, favorecendo a integração das atividades e contextualização das mesmas com a realidade dos alunos. O ensino interdisciplinar exige planejamento por parte dos professores e isso faz com que as aulas sejam elaboradas com atenção e, com atividades seqüenciadas, passando por constantes avaliações.

A inserção do profissional técnico agrícola, na escola do campo desde 2006, também contribuiu para o desenvolvimento das atividades escolares, auxiliando no entendimento da teoria, através das experiências e pesquisas realizadas na prática.

Nesse processo de trabalho os alunos se mostram mais interessados, reduzindo os índices de faltas, melhorando o aproveitamento educacional.

A interdisciplinaridade, vista como integração, acontece também, entre as organizações governamentais e não governamentais, pela ligação das atividades e desenvolvimento das diferentes políticas públicas relacionadas ao campo.

De acordo com a pesquisa, comprova-se que a SME de Canoinhas, está desempenhando a sua função de acordo com suas competências e possibilidades, abrangendo a educação infantil e o ensino fundamental. O ensino médio é realizado pela rede estadual de ensino em parceria com a rede municipal, dessa forma, completa-se a educação básica dos jovens do campo.

Em resposta a questão norteadora, sobre a existência de políticas públicas educacionais, e se estas estão oportunizando aos jovens do meio rural a ampliação da escolaridade, que favorecerá na obtenção de atividades sustentáveis. Pode-se entender, pela pesquisa, que muitos avanços estão sendo conquistados pelas Conferências Nacionais, debates e criações de leis específicas para direcionar a educação do campo com qualidade e equidade a nível nacional.

No município de Canoinhas, há projetos para continuidade e ampliação da escolaridade dos jovens e adultos do meio rural, exemplificando com o projeto aprovado pelo MEC, que será realizado em parceria com Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC). Este projeto tem por objetivo, integrar o conhecimento básico do ensino fundamental com a informática, incluindo pessoas acima de 18 anos do meio rural.

Além desse projeto, destaca-se a parceria com o CEJA de Canoinhas, para proporcionar alfabetização às pessoas que não tiveram acesso a escolarização na sua idade apropriada. Com isso, se reduzirá o índice de 5,8% de analfabetismo do município.

Como pode-se perceber o jovem do campo, precisa sair do campo para estudar no meio urbano o ensino superior, que na maioria das vezes, é descontextualizado com a sua realidade e seu anseio e escolha de curso. Geralmente, estes jovens cursam o ensino superior na cidade e não retornam ao campo para continuar as atividades econômicas de seus pais nas propriedades rurais. Esta é uma das preocupações dos gestores públicos de Canoinhas, que buscam a conscientização e integração de novas parcerias para estudar formas de amenizar estes desafios educacionais.

Com isso, entende-se a preocupação dos movimentos organizados do campo, pois de acordo com o (IBGE 2008), a população rural no Brasil está resumida a 16,25%, dessa forma, como se obterá a sustentabilidade do campo? Esse mesmo questionamento se faz em relação à Canoinhas que possui somente 26,59% da população residente no campo de acordo com dados do (IBGE 2000).

A pesquisa realizada com os pais dos alunos do campo de Canoinhas mostra uma situação curiosa em relação à escolaridade. Dos 285 pais entrevistados, 09 (3%) ainda são analfabetos; 121 (42%) não concluíram o ensino fundamental; 63 (22%) dos entrevistados possuem ensino fundamental completo; 28 (10%) não

concluíram o ensino médio; 47 (17%) possuem ensino médio completo, somente 09 (3%) possuem ensino superior.

Com esses dados, comprova-se a inexistência de políticas públicas educacionais eficientes para abranger essa parcela adulta da população do meio rural. O incentivo da rede municipal de ensino não é suficiente, considerando que a sua competência é ensino fundamental regular. Neste caso, há necessidade de programas e projetos organizados pelas instituições universitárias de nível superior pública e privadas existentes no município e região que, preferencialmente, ofereçam cursos que auxiliem o planejamento, gestão e inovações nas propriedades rurais dessas pessoas.

A rede estadual de ensino que tem suas competências básicas voltadas para a formação em nível de ensino médio, precisa ampliar seus programas para oportunizar a ampliação da escolaridade dos jovens e adultos do campo, de forma abrangente a todas as localidades rurais e não somente em três unidades sedes como possui atualmente.

Investir no capital humano é, sobretudo, formar as pessoas para buscar inovações, tecnologias adequadas, aprender a planejar e gerenciar os seus negócios com entendimento e competência. E isso não se aprende sozinho, precisa apoio da escolarização e formação intelectual adequada, comprometida com a realidade local. Diante disso, somente a união das instituições educacionais poderá gerar forças para a construção de novas idéias, planos e novas aprendizagens, criando confiança e conhecimento específicos entre os grupos e a sociedade, proporcionando o desenvolvimento econômico, social, educacional e político de uma região.

O objetivo geral desta pesquisa, possibilitou estudar os avanços e os desafios existentes no desenvolvimento da qualidade do ensino da Educação do Campo de Canoinhas-SC, no período de 2005 a 2009. Este período foi marcado pela criação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, planejado para desenvolver o ensino e aprendizagem das escolas do meio rural. Esta iniciativa da SME que surgiu pela integração de política pública de desenvolvimento rural local, está trazendo inovações no processo educacional, valorizando a história e cultura do município.

Pelos depoimentos obtidos na pesquisa de campo realizada com professores, alunos, pais, gestores e líderes municipais, pode-se considerar que este projeto está trazendo avanços na qualidade do ensino da rede municipal.

Outro fator importante nesse projeto é a integração das parcerias nas ações educacionais, inclusive na formação continuada dos educadores que necessitam de conhecimentos técnicos, direcionados ao contexto socioeconômico dos alunos.

O nível de satisfação obtido pelos relatos e depoimentos dos entrevistados mostra que a educação está sendo realizada de forma contextualizada, comprovando o compromisso da SME de Canoinhas, com o bem estar educacional das pessoas do campo.

A pesquisa demonstra a preocupação da rede municipal de ensino, com uma educação de qualidade que concorda com os questionamentos de Vendramini, (2007), quando se refere aos seguintes aspectos socioeducacionais: o que caracteriza hoje o trabalho no campo? Qual educação é necessária ou requerida para esse espaço? Qual a participação dos movimentos sociais na criação de formas de vida, trabalho e de educação no campo?

São questionamentos norteadores para um trabalho de concretude, respaldado nas necessidades locais. Podem-se dizer locais, porque as diversidades sociais, econômicas, culturais e educacionais devem ser consideradas para a implementação de políticas públicas em nível local. É o estudo reflexivo que mostrará os caminhos a serem seguidos para o desenvolvimento.

Não basta querer fazer ações, instituir projetos diferentes e descontextualizados. Há necessidade de integração de ações e reflexão para tornar política pública que favoreça a população, seja rural ou urbana.

A realização da pesquisa, por meio dos questionários, envolvendo professores, alunos, pais e gestores das escolas do campo, bem como os gestores e líderes municipais, é um instrumento de avaliação importante das ações que estão sendo desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, especialmente nas escolas do campo. O Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, que se encontra em desenvolvimento desde 2005, é o ponto de partida para implementar educação para o meio rural com eficiência e de forma contextualizada.

De acordo com os registros da SME, nos anos anteriores, o processo educacional da rede municipal de ensino era tratado como um todo, independente de ser do meio rural ou urbano, sem atenção e direcionamentos distintos.

Como se pôde perceber no desenvolvimento da pesquisa, muitos avanços ocorreram na educação do campo, em nível nacional, estadual e principalmente a nível municipal, especialmente no período estudado, com isso, percebe-se organização e planejamento de programas e projetos e a concretização da política pública.

Percebe-se também que os caminhos estão sendo percorrido passo a passo, sempre com embasamento legal, apoio governamental e da sociedade civil organizada.

Nesse sentido, o desafio a ser superado em curto prazo será a organização de documento legal, que direcione as ações pedagógicas dos professores, de forma planejada e contextualizada. Diretrizes que mostrem caminhos a serem seguidos diariamente na sala de aula, com atividades pedagógicas interdisciplinares. Essas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo do município de Canoinhas, servirão como objeto legal para implementação de novas atividades pedagógicas sustentáveis e integradas ao desenvolvimento do meio rural de Canoinhas. Com a efetivação deste documento, será possível a transformação efetiva de Projeto Interdisciplinar para Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, abrindo-se possibilidades para elaboração de Proposta Curricular Municipal de Educação do Campo. Com esse recurso legal, as possibilidades de permanência das ações educacionais e administrativas para o campo serão sustentáveis e permanentes além dos governos municipais, tornado-se política pública estruturada e devidamente regulamentada.

Essas metas de ações estruturantes da educação do meio rural de Canoinhas são desafios que poderão ser superados pela SME, servindo como subsídio para futuras pesquisas de mestrado ou doutorado na área específica de educação do campo.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, José Carlos. **Tendências nos Discursos Pedagógicos sobre Educação Rural**. Capítulo 9. In: ALVES, Gilberto Luiz. Educação no Campo: recortes no tempo e no espaço. (org.) – Campinas-SP: Autores Associados, 2009.

_____. **O educador a caminho da roça**: notas introdutórias para um conceito de educação rural. Campo Grande: UFMS, 1986.

Afubra - Associação dos Fumicultores Brasileiros, 2006.

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação no Campo**: recortes no tempo e no espaço. (org.) Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. **Ensinar e aprender na educação do campo**: processos históricos e pedagógicos em relação. Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação e Sociedade. 72. Educação do Campo, 1ª edição, maio/ago. São Paulo, 2007.

ANDRADE, Rosamaria Calaes. **O empreendedorismo na escola**. Artmed - Rede Pitágoras, 2005: (coleção Escola em Ação; 5).

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de Formação de Educadores(as) do Campo**. Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação e Sociedade, Educação do Campo, 1ª edição, maio/ago. São Paulo, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (organizadores). **Por uma educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Marcio Adriano. **Política de Educação do Campo**: concepções, processos e desafios. 2006. Tese (Doutorado e bolsista do CNPq pelo Programa de Pós Graduação em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves. **Políticas Públicas e educação**: debates contemporâneos. Maringá, Eduem, 2008.

BOISIER, Sergio. **El desarrollo a partir de La construccion de capital inergético**. In: Redes, Jan/abril de 1999.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, Editora do Brasil S/A. Brasília/DF – 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília; MEC, SEB/Inep, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Programa Escola Ativa - Orientações Pedagógicas para a formação de educadoras e educadores. Brasília; SECAD/MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (SECAD/MEC, 2003).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População do município de Canoinhas. Censo/2000 e contagem/2007a.

Disponível em: http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp?ildMun. Acesso em: 31 de jul. 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comparativo da População Rural de Canoinhas. 1970 a 2000b.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comparativo da População Urbana e Rural de Canoinhas. 1970 a 2000c.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: formação do sujeito ecológico. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CONTAG. **Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Relatório Final. 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina A. **Um projeto em parceria**, São Paulo: Edições Layola, 1991.

_____. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro - Efetividade ou ideologia**, São Paulo: Edições Layola, 1992.

FERNANDES, B. M. & MOLINA, Mônica Castanha. **O Campo da Educação**. São Paulo, 2004.

FRANCO, Augusto. **A Participação do Poder Local em Processo de Desenvolvimento local Integrado e Sustentável**. In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (orgs). Gestão Social – uma questão em debate. São Paulo, Educ: IEE, 1999.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. São Paulo, Imago Editora, 1975.

JORNAL CORREIO DO NORTE, Canoinhas/SC, 30 de jun. 2009.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.)2002. **Educação do Campo**: Identidade e Políticas Públicas. Brasília,

Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 136p. (coleção por uma Educação do Campo, 4).

Levantamento Agropecuário Catarinense – LAC, 2004.

LOVATO, Deonice Maria Castanha. **A reedição da fixação do homem no campo e a especificidade da escola rural nos programas educacionais**. 2008. Disponível em <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009>. Acesso em 08 de novembro de 2009.

MENNUCCI, Sud. **A Crise Brasileira de Educação**. 2ª ed. São Paulo, Editora Piratininga, 1934.

MILANI, Maria Luiza *et al.* **Estudo do Perfil e da Percepção dos Jovens das Microbacias: Córrego do Souza e Salto D'água Verde - Canoinhas/SC, 2008** UnC-Campus de Canoinhas/Porto União, Curso de Serviço Social e Epagri, escritório local. Disponível em: <http://www.cni.unc.br/unc2009>. Acesso em: mar, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDESCOLA - Fundo de Fortalecimento da Escola. **Escola Ativa, Aspectos Legais**. Brasília/DF, 2001.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – SECAD – **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 1 – Brasília/DF, 2002.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais – Educação Básica**, Conselho Nacional de Educação, Brasília/DF, 2004.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo**. Resolução N ° 2, de 28 de abril de 2008.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Saeb e Censo Escolar/2009**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/Numeros.aspx?cidade>. Acesso em: Fev. 2010.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO/FNDE – Estimativa da Receita Anual do Fundo e Coeficientes de Distribuição dos Recursos por ente Governamental – 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/fundef-legislacao>. Acesso em: 25 de Fev. 2010.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Tecnologia Educacional ProInfo. MEC/FNDE/2009.

PEYREFITTE, Alan. **Sociedade da Confiança**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1999.

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Canoinhas, 2000. Disponível em: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Prefeitura do Município de Canoinhas. **Estatuto do Servidor Público Municipal de Canoinhas**, Lei 2.305 de 03/07/1990.

Santa Catarina: **Plano de Desenvolvimento da Microbacia**: Planejamento Estratégico e Operacional. Epagri/SC, 2008.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, Canoinhas-SC. **Plano Municipal de desenvolvimento Rural Sustentável**. 2007.

Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural – SAR. **Cartilha Informativa do Projeto Microbacias 2**. Florianópolis/SC, 2003.

Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Disponível em: <http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia>. Acesso em: 18 de Fev. 2010.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas/2009 - Caderno do Movimento Econômico de Canoinhas, 2008.

Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 2010. Investimento na Educação Municipal período entre 2005 a 2009.

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009a

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009b

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009c

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009d

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009e

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009f

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009g

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009h

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009i

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009j

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009l

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009m

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009n

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009o

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas-SC, 2009p

Secretaria das Escolas Estaduais de Canoinhas-SC, 2009.

Secretaria Municipal de Planejamento e Obras de Canoinhas-SC, 2009.

Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas. **Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo**, 2007.

SOUZA, Maria Antonia. **Educação do Campo. Propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006.

TOKARSKI, Fernando. **O Extrativismo florestal na região do Contestado**. Canoinhas-SC, 2005.

Universidade do Contestado UnC-Canoinhas. **Projeto de Capacitação de Jovens da Agricultura Familiar do Planalto Norte Catarinense, 2008**.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e Trabalho**: Reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação e Sociedade. 72. Educação do Campo, 1ª edição, maio/ago. São Paulo, 2007.

_____. **A Escola diante do multifacetado espaço rural**. Perspectiva, Florianópolis, V. 21, n.1, p.145-166, jan/jun. 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE - 1

AÇÕES DO PROJETO MICROBACIAS NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

O município de Canoinhas é banhado pela bacia do Rio Iguaçu, compondo-se a área rural por 23 microbacias que abrangem territorialmente 2.622 hectares ocupados por famílias rurais. Para oportunizar melhor qualidade de vida à população rural, foi planejado e executado em todo o Estado de Santa Catarina o Projeto Microbacias 1 no período de 1989 a 1999. Com o objetivo de diagnosticar e desenvolver ações no âmbito da conservação do solo e água nas áreas contempladas pelo projeto.

Esse projeto foi liderado por instituições públicas e/ou privadas, técnicos, famílias rurais entre outros atores sociais que estimulam e produzem inovações de proteção ambiental, geração de renda e organização da propriedade. Essas inovações solicitam atenção das autoridades no sentido de se tornarem reconhecidas para obter apoio e valorização por parte da sociedade. Para dar continuidade e potencializar os esforços locais, bem como, promover a construção de uma nova lógica para o desenvolvimento das comunidades rurais. A partir do ano 2000, foi (re)planejado e lançado o Projeto Microbacias 2,

Este novo projeto procura desafiar paradigmas estabelecidos na cultura e na prática das instituições para que se possam seguir caminhos pouco ou ainda não trilhados que, por sua natureza exigem uma reflexão sobre o papel e a postura das diversas organizações e agentes que interagem com o setor rural. Microbacias 2, (2003, p. 6).

A intenção do Projeto é estimular e responsabilizar as organizações dos setores educacional, social e econômico, no sentido de promover ações que oportunizem a melhoria da população que vive no meio rural. Nesse sentido, objetiva-se também, ampliar o enfoque ambiental desenvolvido no Projeto Microbacias1, incluindo novas ações para aumentar a renda e melhoria da vida social das comunidades rurais envolvidas.

De acordo com a descrição da Cartilha Informativa do Projeto Microbacias 2, (2003, p. 9), observa-se os objetivos:

Objetivos gerais: Contribuir para aumentar a inclusão dos agricultores familiares empobrecidos social e economicamente, trabalhadores rurais e comunidades indígenas nos processos de desenvolvimento sustentável, através: da preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais; aumento da renda das famílias rurais; melhoria da infra-estrutura social, familiar e comunitária; aumento da efetividade das ações voltadas a estas populações. E como objetivos específicos: diminuir as oscilações dos níveis nos cursos d'água; melhorar a qualidade da água; recuperar e conservar a biodiversidade; criar oportunidades de ocupação da mão-de-obra rural; aumentar a apropriação pelos agricultores familiares do preço final dos produtos e serviços; incentivar a melhoria dos sistemas de produção agrícola; melhorar as habitações rurais; melhorar o saneamento ambiental nas propriedades agrícolas; preparar as pessoas para o enfoque de sustentabilidade; aumentar e melhorar os espaços de participação social.

De acordo com as estratégias gerais do projeto, destacam-se ações sociais e econômicas que devem ser planejadas em consideração ao capital social e cultural existente nas comunidades rurais, bem como, as outras redes de relações que extrapolam o âmbito da microbacia⁹. Na integração dessas ações sociais e econômicas pode-se incluir as ações educacionais do campo, através da participação dos educadores, pais e alunos que se integram nesse processo. A escola do campo está diretamente ligada às ações desenvolvidas, pois os sujeitos contemplados pelas microbacias são os mesmos sujeitos da escola do campo.

As etapas do Projeto microbacias 2 está chegando ao final, e com elas iniciam-se novas ações, norteadas primeiras edições, as quais continuarão oportunizando às comunidades rurais alternativas de melhores condições para a qualidade de vida.

De acordo com informações da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, (Epagri, 2010)¹⁰. O Projeto que dará continuidade ao microbacias 2, está sendo elaborado por um grupo de trabalho, denominado como

⁹ Microbacia é a menor área do sistema hidrográfico, delimitada pelo topo dos morros por onde as águas das chuvas são drenadas dando origem a ribeirões, riachos e pequenos rios. Em uma microbacia pode existir varias comunidades rurais. (SC – Microbacias 2, 2003).

¹⁰ <http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia>.

Santa Catarina Rural, cujo objetivo principal será o de promover o aumento da competitividade da agricultura familiar. Em seis anos, o SC Rural prevê investimentos da ordem de US\$ 180 milhões, dos quais US\$ 90 milhões serão financiados pelo BIRD e US\$ 90 milhões serão aplicados pelo Estado, como contrapartida.

APÊNDICE - 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PAIS PROFESSORES E LIDERES MUNICIPAIS

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **Avanços e Desafios no Desenvolvimento da Qualidade do Ensino na Educação do Campo de Canoinhas/SC**, cujo objetivo é: **Avaliar o Programa Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas/SC, no período de 2005 a 2009, destacando os avanços e os desafios existentes no desenvolvimento da qualidade do ensino**. Para a realização da pesquisa os dados serão coletados através de questionários. Sua colaboração neste estudo será muito importante, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Espero que sua participação contribua com as propostas de ações e projetos para a melhoria da qualidade de ensino da educação do campo de Canoinhas. Os resultados obtidos durante este estudo serão mantidos em sigilo, mas concordo que sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados.

Autorizo igualmente o uso de minha imagem através de fotografias e filmagens. Poderei consultar a Pesquisadora responsável **Rosimari de Fátima Cubas Blaka, pelo telefone: (47) 3621- 7710**, sempre que for necessário para obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo. Tenho a garantia de tomar conhecimento, pessoalmente dos resultados parciais ou finais desta pesquisa.

Canoinhas/SC, _____/_____/2009.

Sujeito da Pesquisa

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE - 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA ENTREVISTADOS MENORES (ALUNOS DAS ESCOLAS DO CAMPO)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **Avanços e Desafios no Desenvolvimento da Qualidade do Ensino na Educação do Campo de Canoinhas/SC**, cujo objetivo é: **Avaliar o Programa Interdisciplinar de Educação do Campo de Canoinhas/SC, no período de 2005 a 2009, destacando os avanços e os desafios existentes no desenvolvimento da qualidade do ensino.** Para a realização da pesquisa os dados serão coletados através de questionários.

A colaboração **DO SEU/SUA (FILHO(A))** neste estudo será muito importante, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a SUA FAMÍLIA. Espero que a participação DE SEU/SUA FILHO(A) contribua com as propostas de ações e projetos para a melhoria da qualidade do ensino na Educação do Campo de Canoinhas. **Eu, responsável** pelo menor acima identificado, autorizo sua participação, como voluntário(a) no presente projeto de pesquisa.

Autorizo igualmente a imagem de meu/minha filho(a) através de fotografias e filmagens, se necessário. Poderei consultar a Pesquisadora responsável **Rosimari de Fátima Cubas Blaka, pelo telefone: (47) 3621- 7710**, sempre que for necessário para obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e minha participação no mesmo. Tenho a garantia de tomar conhecimento, pessoalmente dos resultados parciais ou finais desta pesquisa. Declaro que obtive todas as informações necessárias e esclarecimento quanto às dúvidas por mim apresentadas e, por estar de acordo, assino o presente documento em duas vias de igual teor (conteúdo) e forma, ficando uma em minha posse.

Canoinhas/SC, _____/_____/2009.

Sujeito da Pesquisa

Responsável pelo Sujeito da Pesquisa

Pesquisadora Responsável pelo Projeto

APÊNDICE - 4

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO/UnC-CANOINHAS

PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

QUESTIONÁRIO 1 - PARA OS EDUCADORES ATUANTES NAS ESCOLAS DO CAMPO/CANOINHAS/SC.

1) Quanto à participação geral da escola:

a) A Escola está se envolvendo no Programa Interdisciplinar de Educação do Campo?

() Totalmente; () Parcialmente; () Não se envolve

b) Como está sendo possível integrar a sua disciplina/trabalho com o eixo norteador proposto em sua escola?

c) Há trabalho em grupo entre (direção, técnico agrícola, professores e serventes)?

() Sim; () Não; () Às vezes

d) Nas reuniões e encontros pedagógicos internos da escola, é realizado planejamento e avaliação dos conteúdos curriculares contextualizados com o campo?

() Sim; () Não; () Às vezes

e) O Programa Interdisciplinar de Educação do Campo no contexto escolar está trazendo melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem? () Sim; () Não; Como:

f) Com a implantação das atividades voltadas à Educação do Campo, os alunos estão apresentando:

() maior interesse e motivação para aprender

() redução do índice de faltas

() estão valorizando o meio onde vivem

() acrescenta valores e conscientização na questão ambiental

() não apresentam alterações nos comportamentos

g) Você tem conhecimento dos percentuais de aprovação, reprovação, evasão, transferências, dos últimos 3 anos de sua escola?

() Sim; () Não; () Parcialmente; Justifique: -----

2) Quanto à atuação do Técnico Agrícola:

a) Está havendo interação multidisciplinar com os professores da escola em relação à teoria e prática? () Sim; () Não; () Parcialmente

b) A permanência do Técnico Agrícola na Escola (carga horária semanal) está:

() Suficiente; () Insuficiente; Qual a sua sugestão? -----

c) Há interesse do Técnico Agrícola em integrar-se no planejamento curricular da escola e adaptar suas técnicas? () Sim; () Não; () Parcialmente;

d) O Técnico Agrícola está propondo novas alternativas, integrando o ensino e aprendizagem de acordo com a proposta do Programa Interdisciplinar de Educação do campo?

() Sim; () Não; () Parcialmente; Como? -----

e) Como é sua avaliação sobre o desenvolvimento integrando, das atividades escolares:

() Ótimo; () Bom; () Regular

3. Destaque os Pontos Positivos do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo da sua Escola:

4. Quais as dificuldades/desafios para desenvolver a Interdisciplinaridade na Educação do Campo.

2. Identificação do Sujeito da Pesquisa	
Unidade Escolar:	
Nome:	
Data de Nascimento:	
Profissão:	Cargo:

APÊNDICE - 5

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO/UnC-CANOINHAS

PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

QUESTIONÁRIO 2 - PARA PAIS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DO CAMPO/CANOINHAS/SC.

UNIDADE ESCOLAR: -----

- 1) Você tem conhecimento das ações do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo na Escola de seu filho (a)? () SIM; () NÃO

- 2) Assinale o seu grau de escolaridade:
() Não alfabetizado
() Ensino Fundamental incompleto
() Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio Incompleto
() Ensino Médio Completo
() Ensino Superior

- 3) Os conhecimentos ensinados na escola de Seu filho(a), são condizentes com a realidade da área rural? () SIM; () NÃO

- 4) Conceitue o trabalho que está sendo desenvolvido na Escola de seu filho(a):
() Ótimo; () Bom; () Regular;

- 5) Em sua opinião as atividades de Educação do Campo que estão sendo desenvolvidas na escola, estão despertando o interesse e contribuindo para a melhoria da Aprendizagem do seu filho(a)?
() SIM; () NÃO

- 6) Onde você tem percebido o desenvolvimento dessa aprendizagem:
() Organização de sua horta em casa;
() No jardim de sua casa;
() Manejo das culturas agrícolas;
() Conscientização e cuidados com o meio ambiente;
() Cálculos matemáticos;
() Maior interesse e motivação pelas atividades escolares;
() Atividades de poda, enxertia;
() Cultivo de ervas medicinais;
() Cuidado e coleta de solo;
() Cultivo do Pomar

Outros:Quais?

.....

7) Você gostaria de fazer um curso de formação ou qualificação profissional?

Sim Não

8) Assinale o curso que melhor se adapta a sua atividade.

Agricultura Familiar

Agroecologia

Empreendedorismo rural

Associativismo e Cooperativismo

Administração e novas alternativas de renda

Turismo rural

Outro: Qual?

2. Identificação do Sujeito da Pesquisa	
Nome:	
Data de Nascimento:	Localidade:
Profissão:	

APÊNDICE - 6

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO/UnC-CANOINHAS

PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

QUESTIONÁRIO 3 - PARA ALUNOS DAS ESCOLAS DO CAMPO DE CANOINHAS/SC

UNIDADE ESCOLAR: -----

1. Você tem conhecimento dos assuntos trabalhados na Educação do Campo em sua Escola?

() SIM; () NÃO

2. O que você acha do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, que está sendo desenvolvido em sua escola?

3. Você participa de projetos no contraturno em sua escola?

Sim() Não() Quais? -----

4. Cite assuntos apreendidos na escola, decorrentes do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, e que você pode aproveitar no seu dia-a-dia.

5. Qual a disciplina que mais realiza atividades voltadas à área rural?

() Língua Portuguesa

() Matemática

() Ciências

() Geografia

() História

() Artes

() Educação Física

() Educação Religiosa

6. As atividades teóricas e práticas desenvolvidas na sua escola auxiliam:

() na melhor compreensão dos assuntos abordados pelos educadores;

() no seu desenvolvimento e raciocínio rápido,

() no seu interesse e motivação pelo estudo

() no seu interesse pela pesquisa

() no apoio às atividades com sua família?

2. Identificação do Sujeito da Pesquisa	
Nome:	
Data de Nascimento:	Localidade:

APÊNDICE - 7

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO/UnC-CANOINHAS

PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

QUESTIONÁRIO 4 - PARA GESTORES MUNICIPAIS DE CANOINHAS/SC, ENVOLVIDOS COM O DESENVOLVIMENTO DA ÁREA RURAL ENTIDADE/INSTITUIÇÃO:

1. Em sua opinião, como a realização de atividades escolares contextualizadas com o campo, estimulará o desenvolvimento da área rural do município de Canoinhas?

2. Com a inserção de atividades pedagógicas contextualizadas no currículo escolar básico, haverá melhoria da qualidade educacional das escolas do campo:
() sim; () não

Como? -----

3. De acordo com o seu conhecimento, os alunos egressos do ensino fundamental e médio das escolas do campo, terão mais motivação e conhecimento para desenvolver atividades inovadoras para o campo, melhorando as condições financeiras e de qualidade de vida?
() sim () não

Como? -----

4. Somente ações educacionais direcionadas para o desenvolvimento do campo são suficientes para manter a população no meio rural?
() sim; () não

O que deve ser feito também? -----

5. De acordo com o seu conhecimento, como o Programa Interdisciplinar de Educação do Campo está estimulando as comunidades escolares, a melhorarem a autoestima proporcionando mudanças (organizacional, ambiental, lazer, valorização da cultura, local, entre outros)? -----

2. Identificação do Sujeito da Pesquisa	
Nome:	
Data de Nascimento:	Profissão:
Endereço:	Cargo:
E-mail:	

ANEXOS

Anexo 1 - Decreto nº 245/2009 – Alteração da Nomenclatura das Escolas Isoladas Municipais de Canoinhas-SC.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
"Departamento de Leis e Decretos"

DECRETO Nº. 245/2009

ALTERA DENOMINAÇÃO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, Resolução do Conselho Municipal de Educação números 001, 002, 003 e 004 alteram a denominação das Escolas Isoladas da Rede Municipal de Ensino, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam alteradas as denominações das Escolas Isoladas a partir de 01/01/2010, em conformidade com o quadro abaixo:

DENOMINAÇÃO ATUAL	DENOMINAÇÃO ALTERADA
Escola Isolada Municipal Campo dos Buenos	Escola Rural Municipal Campo dos Buenos
Escola Isolada Municipal Professora Edemita da Conceição Rosa	Escola Rural Municipal Professora Edemita da Conceição Rosa
Escola Isolada Municipal Bonetes de Cima	Escola Rural Municipal Bonetes de Cima
Escola Isolada Municipal Campina dos Ribeiros	Escola Rural Municipal Campina dos Ribeiros

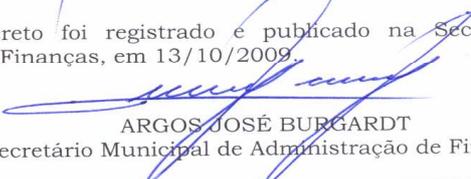
Art. 2º – Fica transformada a Escola Isolada Municipal Menino Jesus para Grupo Escolar Municipal Menino Jesus, a partir de 01/01/2010 em conformidade com a Resolução nº. 006 do Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de outubro de 2009.


LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/10/2009.


ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração de Finanças

Anexo 2 - Parecer nº 010 - Conselho Municipal de Educação (CME) – 2005

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

PROCEDÊNCIA: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Rural

PARECER Nº 010/CME/2005

ASSUNTO OU SOLICITAÇÃO: Projeto de Educação do Campo

ANÁLISE/ DECISÃO:

O Conselho Municipal de Educação através da apresentação do Projeto de Educação do Campo é de parecer favorável a sua implantação no ano de 2006 nas Escolas Rurais do município de Canoinhas.

Salienta que é de suma importância que todas as Unidades Educacionais do Município de Canoinhas comprometam-se com a sua execução, pois com certeza promoverá melhorias na qualidade da Educação, dando uma formação adequada aos alunos das Escolas Rurais.

Canoinhas, 01 de dezembro de 2005.

Membros do Conselho Municipal de Educação.

Elfi Irene Noernberg Pangratz

Solange Stelzner Tavares

Liane Regina Fiedler

Raquel Aparecida Dambroski

Marlene de Miranda Lima

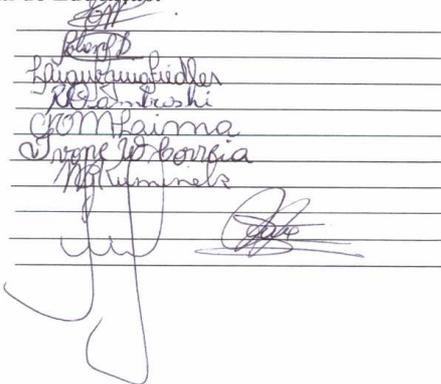
Ivoen Wagner Correia

Maria Goreti Moreski Kuminick

Francisca F. Stocker Maiorki

Sebastião Pereira Nunes

Izane Maria Pereira



Anexo 4 - Logotipo da Educação do Campo de Canoinhas-SC.



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)